

KARLA FÜNFELT

**HISTÓRIA DA PAISAGEM E EVOLUÇÃO URBANA
DA CIDADE DE ERECHIM - RS**

Dissertação apresentada a Universidade Federal
de Santa Catarina para obtenção do Título de
Mestre em Geografia

Área de Concentração: Desenvolvimento
Regional e Urbano

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Margareth de Castro
Afeche Pimenta

Florianópolis

2004

HISTÓRIA DA PAISAGEM E EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE ERECHIM - RS

Karla Fünfgelt

Dissertação submetida ao curso de Mestrado em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Área de Concentração: Desenvolvimento regional e Urbano, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Prof. Dr. Norberto Olmiro Horn
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM:

Prof^a. Dr^a. Margareth de Castro Afeche Pimenta
Orientadora

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota
Membro da Banca

Prof. Dr. Nazareno José de Campos
Membro da Banca

AGRADECIMENTOS

À professora Margareth de Castro Afeche Pimenta, pela dedicação e orientação.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade.

Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, em especial à Marli pelo seu sempre pronto auxílio.

À CAPES, pelo apoio financeiro que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus pais por tudo o que sou e tenho nesta vida.

À minha irmã Mônica pela revisão e auxílio na finalização do trabalho, conjuntamente com meu cunhado Valdir pelo acolhida durante o ano de 2002.

Carlos e Karine, irmão e cunhada, pelo incentivo e apoio.

Cassiano, que apesar da distância procurou, a seu modo, sempre me auxiliar e incentivar.

Aos funcionários da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Erechim (RS), bem como aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal pelas informações prestadas e pela disposição em auxiliar.

Ao Sr. Francisco Stein pelo empréstimo do maravilhoso álbum de fotografias de Erechim.

Beto Hachmann pelo empréstimo das fotografias e pelo empenho em auxiliar.

Ao Sr. Altair Menegatti pelas informações prestadas, especialmente em relação à colonização da região.

Àqueles que colaboraram com seus relatos, Sr. Enori Chiaparini, Sr. Helly Parenti, Sr. Samuel e Sra. Sara Bilacheriene, Sr. Abraham Joveleviths.

Aos amigos que acompanharam o meu trabalho e me apoiaram de alguma maneira.

Enfim, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

“Os signos consagrados para a perenidade das civilizações são os fantasmas maravilhosos da História fragmentada visto que o curso do tempo se rompeu, deixando entrever no rodameio dos signos os fragmentos únicos das sociedades e dos seres considerados desaparecidos”.

Henri-Pierre Jeudy

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de refletir a respeito da evolução urbana da cidade de Erechim, procurando resgatar a história urbana, por meio da compreensão das transformações ocorridas na paisagem da área central.

Erechim teve o início de sua ocupação efetiva na década de 1910, a partir de um plano de Imigração e Colonização efetuado pelo Estado, o que lhe confere características especiais quanto a sua urbanização.

A cidade apresenta um traçado urbano resultante de projeto oficial, em malha xadrez com avenidas diagonais que convergem a uma praça central destinada a ser seu centro político, administrativo e religioso. Este projeto segue conceitos de racionalidade e ordem adotados pelo urbanismo barroco tardio, a exemplo das cidades de Belo Horizonte e Paris.

Apesar da rigidez estabelecida pelo plano, esse sofreu alterações posteriores. Em conjunto com as alterações produzidas na malha, o processo de desenvolvimento ocasionou diversas mudanças na paisagem da cidade. Como resultado, a perspectiva horizontal e a uniformidade, pretendidas no plano inicial, foram abandonadas.

A área central de Erechim, núcleo original onde se passou toda sua história urbana, guarda ainda em suas paisagens parte da identidade e memória cultural da cidade. Os constantes processos de renovação urbana acabam por promover a perda gradual dessa identidade. É necessária a busca pela preservação da memória urbana da cidade, resgatando desse modo sua identidade cultural e social, tornando possível um presente e um futuro constituídos a partir das raízes do passado.

ABSTRACT

This work aims a reflection about the urban evolution of Erechim city, trying to rescue the urban history, by means of the transformations understanding, which happened in the landscape of the central area.

Erechim had the beginning of its effective occupation in the decade of 1910, starting from an Immigration and Colonization plan made by the Rio Grande do Sul State government, which confers its special characteristics in its urbanization layout.

The city shows an urban plan, resultant of an official project, in plaid mesh with diagonal avenues that converge to a central square, designed to be its political, administrative and religious center. This project follows a concept of rationality and order, adopted by the late Baroque urbanization, using as example the cities of Belo Horizonte and Paris.

In spite of the rigidity established by the plan, this one had subsequent alterations. Adding the alterations produced in the mesh, the development process has caused several changes in the city landscape. As result, the horizontal perspective and the uniformity, intended in the initial plan, are discarded.

The Erechim central area, original nucleus where happened all its urban history, still keeps in its landscapes, part of the city identity and cultural memory. The constant urban renewal processes have promoted the gradual loss of this identity. The search for the preservation of the urban memory of the city is necessary, bringing back its cultural and social identity, becoming possible a present and a future constituted starting from the roots of the past.

LISTA DE MAPAS

1.	Localização da área de estudo.....	09
2.	Planta da Colônia Erechim em 1913.....	12
3.	Plano Urbano da Sede Paiol Grande 1914.....	18
4.	Plano Urbano – Detalhe malha.....	19
5.	Plano Urbano – Detalhe eixo central/praças.....	20
6.	Plano Urbano – Detalhe quadras.....	21
7.	Projeto de Ampliação da Vila datado de 1934.....	30
8.	Planta Geral Vila datado de 1936.....	33
9.	Projeto Vila Operária.....	39
10.	Planta Provisória da Cidade de Erechim Dec.50.....	40
11.	Planta Zoneamento Plano Diretor 1981.....	45
12.	Planta Evolução Ocupação.....	54
13.	Planta Perímetros Urbanos.....	55
14.	Mapa Estrutura Urbana Área Central.....	61
15.	Planta da área de abrangência Ato 22/1931.....	71

LISTA DE FOTOS

1.	Vista Panorâmica Vila Paiol Grande 1917.....	26
2.	Balseiros no Rio Uruguai.....	27
3.	Vista Aérea Cidade Dec.40.....	35
4.	Vista Aérea Cidade Dec.50.....	38
5.	Empresa Intecnial.....	43
6.	Vista Aérea Cidade final Dec. 80.....	48
7.	Vista Aérea Região Master Sonda Shopping.....	49
8.	Vista Aérea Área Central Dec. 90.....	51
9.	Vista Aérea Bairro Atlântico final Dec.90.....	53
10.	Vista Aérea geral cidade 2004.....	55
11.	Estação Paiol Grande 1912.....	62
12.	Edifício Casa Comercial "A Economia do Povo".....	65
13.	Construção "Castelinho" 1915.....	66
14.	Vista vila Paiol Grande 1918.....	67
15.	Bar do Quiosque na Praça Júlio de Castilhos.....	68
16.	Vista Av. José Bonifácio início Dec.30.....	79
17.	Incêndio Av. José Bonifácio em 1931.....	72
18.	Prédio da Prefeitura Municipal Dec. 30.....	75
19.	Vista Av. José Bonifácio a partir da Praça Cristóvão Colombo Dec.30..	76
20.	Vista Av. José Bonifácio segunda quadra leste Dec.30.....	79
21.	Vista Av. José Bonifácio lado leste Dec.30.....	80
22.	Vista Av. José Bonifácio sentido Norte-Sul Dec.30.....	81
23.	Prédio Esq. Av. Presidente Vargas com Rua Aratiba 1948.....	82
24.	Vista Av. Maurício Cardoso sentido Norte-Sul Dec.40.....	83
25.	Vista Av. Maurício Cardoso a partir da Praça da Bandeira Dec. 50.....	84
26.	Vista Av. Maurício Cardoso Construção Condomínio 1958.....	85
27.	Vista Av. Maurício Cardoso a partir Praça final Dec. 60.....	87
28.	Vista cidade sentido Norte-Sul início dec. 70.....	87
29.	Demolição Igreja Matriz em 1969.....	90
30.	Catedral	92
31.	Viaduto Rubem Berta Dec. 60.....	92

32.	“Footing” na Av. Maurício Cardoso dec.60.....	93
33.	Café Graziottin Dec. 60.....	94
34.	Desfile Cívico Av. Maurício Cardoso	95
35.	Vista área central dec. 80.....	98
36.	Av. Maurício Cardoso – Lojas HM.....	100
37.	Vista aérea Praça da Bandeira 2000 Canteiros.....	103
38.	Vista aérea Praça da Bandeira 2000.....	104
39.	Edifício esquina Av. Maurício Cardoso c/ Rua Nelson Ehlers.....	105
40.	Edifício antigo cinema Av. Maurício Cardoso.....	106
41.	Passeio canteiro central Av. Maurício Cardoso.....	106
42.	Prédio dos Correios.....	107
43.	Vista Av. Maurício Cardoso ano 2000.....	109

SUMÁRIO

RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
LISTA DE MAPAS.....	VII
LISTA DE FOTOS.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	01
REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO.....	03

CAPITULO 1

EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE ERECHIM

1. A CIDADE DE ERECHIM.....	08
2. PRIMEIRA FASE – Erechim antes de 1910.....	10
3. SEGUNDA FASE – 1910-1940 - O Estado como organizador.....	11
4. TERCEIRA FASE 1940-1970 - Desenvolvimento e expansão urbana....	34
5. QUARTA FASE – 1970-2000 – Industrialização.....	42

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA DA PAISAGEM DA ÁREA CENTRAL

ÁREA CENTRAL DE ERECHIM:

História da Paisagem.....	57
1. AS PRIMEIRAS TRANSFORMAÇÕES.....	62
2. NOVAS TRANSFORMAÇÕES.....	69
3. INDÍCIOS DE MODERNIDADE.....	85
4. CONTEMPORANEIDADE – Novas Paisagens.....	96
5. A PAISAGEM URBANA EM 2004.....	103

CONCLUSÃO.....	110
-----------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	113
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

As cidades, espaço do homem, se transformam, se modificam para se adaptar a novas necessidades da sociedade, a cada período histórico, deixando em suas paisagens o testemunho de seu passado; de sua história e de sua memória cultural. No entanto, a forma predadora de crescimento das cidades, tem levado a uma constante destruição destas marcas do passado nos processos de renovação urbana, apoiados nos conceitos de “progresso e modernidade”.

Partindo dessa premissa, este trabalho tem como objetivo estabelecer uma reflexão teórica a respeito da evolução urbana da Cidade de Erechim (RS), na tentativa de compreender as transformações ocorridas na paisagem da área central e, com a finalidade de resgatar parte da história urbana do Município.

A Cidade de Erechim (RS), objeto de estudo deste trabalho, teve o início de sua ocupação efetiva na década de 1910, a partir de um plano de Imigração e Colonização efetuado pelo Estado. Nos oitenta e seis anos de história de Erechim, comemorados em maio do corrente ano, a Cidade teve, ao longo dos tempos, diversas transformações, decorrentes de processos econômicos, políticos e sociais, que deixaram marcas na paisagem, modificando a imagem projetada pelos idealizadores.

A atividade econômica de Erechim esteve baseada na Agricultura e no Comércio por diversos anos. A Cidade era usada, como entreposto comercial da região, e o auge de seu desenvolvimento foi na Década de 50. No fim Década de 70, a economia do município mudou de rumo, com a implantação do Distrito Industrial, quando o setor secundário despontou, ao lado do setor terciário, como novo destaque na economia do Município. Nos períodos de franco desenvolvimento, a Cidade foi expandida horizontal e verticalmente, a malha planejada e a rigidez, estabelecidas pelo primeiro plano, foram alteradas.

A área central da Cidade, núcleo urbano original, onde se passou toda a sua história urbana, guarda, ainda, nas paisagens, parte da memória urbana

da cidade. Entretanto, devido ao constante processo de renovação urbana que ocorre na área, esta ocasiona uma gradual perda de sua identidade cultural.

Estudar a evolução urbana da Cidade, do mesmo modo que, tentar resgatar a memória urbana, é um processo novo para a Cidade de Erechim, uma vez que não existem trabalhos similares a este, que proporcionem a análise da evolução urbana, do mesmo modo que não existem publicações a respeito da memória urbana do Município. Constatando-se, desse modo, a falta de estudos na área, e o conseqüente abandono, por parte da Administração Pública, da memória urbana, é que foi desenvolvida esta pesquisa; com o objetivo de que, ao ser publicada, seja o precursor de uma proposta de resgate de parte da cultura e da memória, da Cidade.

Preservar a memória urbana da Cidade é preservar sua identidade cultural e social, tornando possível um presente e um futuro, constituídos a partir das raízes do passado.

REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

Desse modo, este trabalho tem como objetivo a análise das transformações da paisagem na área central da Cidade de Erechim. Para que seja levado a efeito, no entanto,, em um primeiro momento, reconhecer a evolução urbana da Cidade, levando em consideração as transformações decorrentes dos processos econômicos, políticos e sociais. De acordo com LEFEBVRE:

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados, etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade em seu conjunto. (LEFEBVRE, 2001, pg. 46)

As transformações, pelas quais a Cidade passou, podem ser percebidas nas paisagens expressas na área central, espaço condensador da memória e que acumula em seu espaço fragmentos de diferentes períodos.

Desse modo, a presente pesquisa foi dividida em duas etapas, organizada em dois capítulos. No primeiro capítulo foi elaborada a Evolução Urbana da Cidade de Erechim, onde serão demonstrados os processos de transformação da Cidade, por meio de sua história, levando em consideração que: "Sempre que a sociedade (totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial". (SANTOS, 1997, pg.49).

Nesta etapa, serão analisadas obras bibliográficas, escritas por autores locais, os quais relatavam, parcialmente, a história da Cidade, com alguns "vácuos", principalmente no que diz respeito à documentação oficial. Os relatórios da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas do Estado, localizados nos arquivos da Prefeitura Municipal¹, foram os principais referenciais bibliográficos utilizados para a compreensão do início da ocupação

¹ Foram localizados em uma sala da Prefeitura Municipal. Provindos dos arquivos do Estado, sem nenhuma referência ou catalogação; simplesmente depositados em uma sala. Do mesmo modo que o conjunto de mapas da cidade. Posteriormente os documentos foram entregues ao Arquivo Histórico, cujos técnicos iniciaram o processo de catalogação e guarda dos mesmos. Os mapas continuam depositados no setor de topografia da Prefeitura Municipal, sem conservação ou catalogação.

da Cidade. Mapas da Cidade, de diversos períodos, também localizados nos arquivos da Prefeitura Municipal, do mesmo modo que fotografias aéreas, que também foram utilizadas, a fim de possibilitar uma melhor compreensão da evolução da ocupação e da malha urbana.

A segunda etapa, a pesquisa se deterá, especificamente, a respeito da área central. Em um primeiro momento foi efetuada uma fundamentação teórica a respeito da paisagem e centralidade, relacionando-a com a área central de Erechim. No segundo momento, foi feito um aprofundamento no estudo das transformações ocorridas, especificamente na área central, núcleo urbano, o qual, de acordo com LEFEBVRE (2001), é a parte essencial da imagem e do conceito de uma Cidade, de onde se procurará analisar as alterações das paisagens nas diferentes parcelas de tempo.

Por meio da análise das transformações ocorridas nas paisagens e estabelecidas no decurso de sua história, objetiva-se, neste contexto, a compreensão dos processos que, progressivamente, transformam a área central. Objetiva-se, do mesmo modo, a compreensão dos fatos que compõe a história, na tentativa de resgatar a memória urbana da Cidade, utilizado o recurso do retorno ao passado não como um princípio básico da pesquisa, mas como uma maneira de compreender o presente.

Desse modo, para esta etapa, foram pesquisadas, junto às bibliografias de autores locais, referências em jornais antigos, revistas e fotografias. Foram obtidas também, algumas entrevistas com antigos moradores da Cidade, do mesmo modo que foi realizada uma pesquisa e um estudo de toda a legislação urbana, os quais auxiliaram na compreensão dos processos de transformação da paisagem da área central.

ESPAÇO, HISTÓRIA E MEMÓRIA URBANA

O homem modela o seu espaço, dando a ele uma forma, um significado, a cidade. LEFEBVRE (2001) define a Cidade como sendo "a projeção da sociedade sobre um local". Desse modo as cidades, espaço do homem, se transformam, se modificam para se adaptar as novas necessidades da sociedade a cada período histórico. De acordo com SANTOS:

Sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. (SANTOS, 1997, pg. 49)

Nesse sentido, o espaço pode ser definido como um produto social em constante transformação e, a fim de compreendê-lo, torna-se necessária uma compreensão de sua relação com a sociedade. SANTOS (1997) considera o espaço uma instância da sociedade, sendo a essência do espaço social. Portanto, o espaço não é formado apenas pelos objetos, pela natureza, mas, por um somatório: da natureza e dos objetos mais a sociedade. O mesmo autor define então o espaço como a soma da paisagem (ou, ainda melhor, da *configuração geográfica*) e da *sociedade*. LEFEBVRE (2002) coloca ainda que

(...) a estrutura espacial é resultado de uma história que deve ser concebida como a atividade de "agentes" ou "atores" sociais, de "sujeitos" coletivos operando por impulsos sucessivos, projetando e modelando de modo descontínuo (relativamente) extensões de espaço. (LEFEBVRE 2002, pg. 119)

Desse modo, a sociedade transforma o espaço e é transformada por ele progressivamente, desenhando e redesenhando-o em um processo contínuo de escrita da história da cidade. A cidade é então produto de várias sociedades e de diferentes momentos históricos. Conforme LEFEBVRE:

A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e grupos bem determinados que realizam uma obra nas condições históricas. (LEFEBVRE, 2001, pg.47).

A história da cidade se descreve a partir da sociedade, das transformações impostas por ela; modifica-se constantemente, assumindo configurações diferentes, resultantes das formas históricas de apropriação do espaço, pela sociedade que a constrói. Desse modo, pode-se afirmar que a cidade é composta por várias camadas de história desenhadas pelas diversas sociedades que nela imprimiram a sua memória urbana.

Portanto, a memória da cidade não se encontra somente impressa nas obras que nela são realizadas, nos monumentos, nos signos e marcos visuais,

mas também na vida do dia-a-dia, vivida nas ruas, praças, parques e nas casas da sociedade que nela habita.

Ao longo do processo histórico, os administradores das cidades brasileiras, têm, sistematicamente, destruído a memória urbana, a partir dos novos conceitos de modernidade e progresso, fazendo com que sejam perdidos os valores importantes da cultura e da memória da sociedade.

Uma vez que as formas modernas de destruição impõe o risco de uma eliminação dos traços, o sujeito não parece mais poder deixar uma marca duradoura no tempo e na história. (JEUDY, 1990, pg. 56)

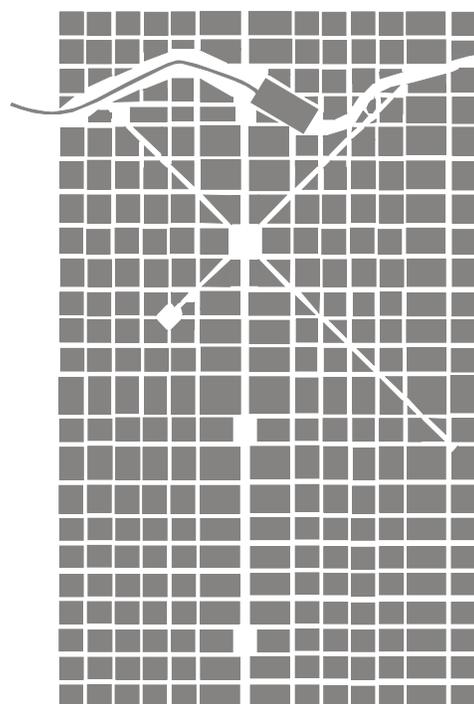
A preservação da memória urbana deve ser vista com um esforço pela apropriação da cidade, buscando assim resguardar seus significados culturais os quais testemunham modos de vida e experiências. É preciso ter claro que a importância da preservação não anula o progresso, o qual, pode e deve existir, no entanto, sem abandonar ou se deixar de transferir às gerações futuras as manifestações culturais que permanecem. De acordo com JEUDY (1990):

(...) conservar não quer mais dizer preservar ou salvaguardar, mas primeiramente restituir, reabilitar ou reapropriar-se. O tom dramático está presente. Não se trata de algo comparável à representação das escavações arqueológicas; não se trata de descobrir o que o tempo recobriu, mas sim compreender a urgência do perigo da perda dos traços ainda atuais, vivos, que comprovam um passado que não estaria verdadeiramente morto. Em seus próprios territórios, os grupos sociais sofreriam com o desaparecimento de seus referenciais culturais. (JEUDY, 1990, pg. 2)

Se o passado é preservado, é porque ele tem algo a expor, a fim de constituir e referendar o presente. A memória de uma cidade também é a memória de seus habitantes. A sociedade necessita da exposição contínua de seu passado, pois é nele que são encontradas as referências para o futuro. De acordo com JEUDY (1990) "Patrimônio do amanhã, patrimônio do futuro. O passado projetado no futuro, única resposta ao presente." Desse modo, não podemos imaginar a cidade sem memória, sem os vestígios do passado, dos quais podemos retirar, em qualquer tempo, partes da história, as quais possam nos servir de modelo para o presente e projeção para o futuro.

CAPÍTULO 1

Evolução Urbana da Cidade de Erechim



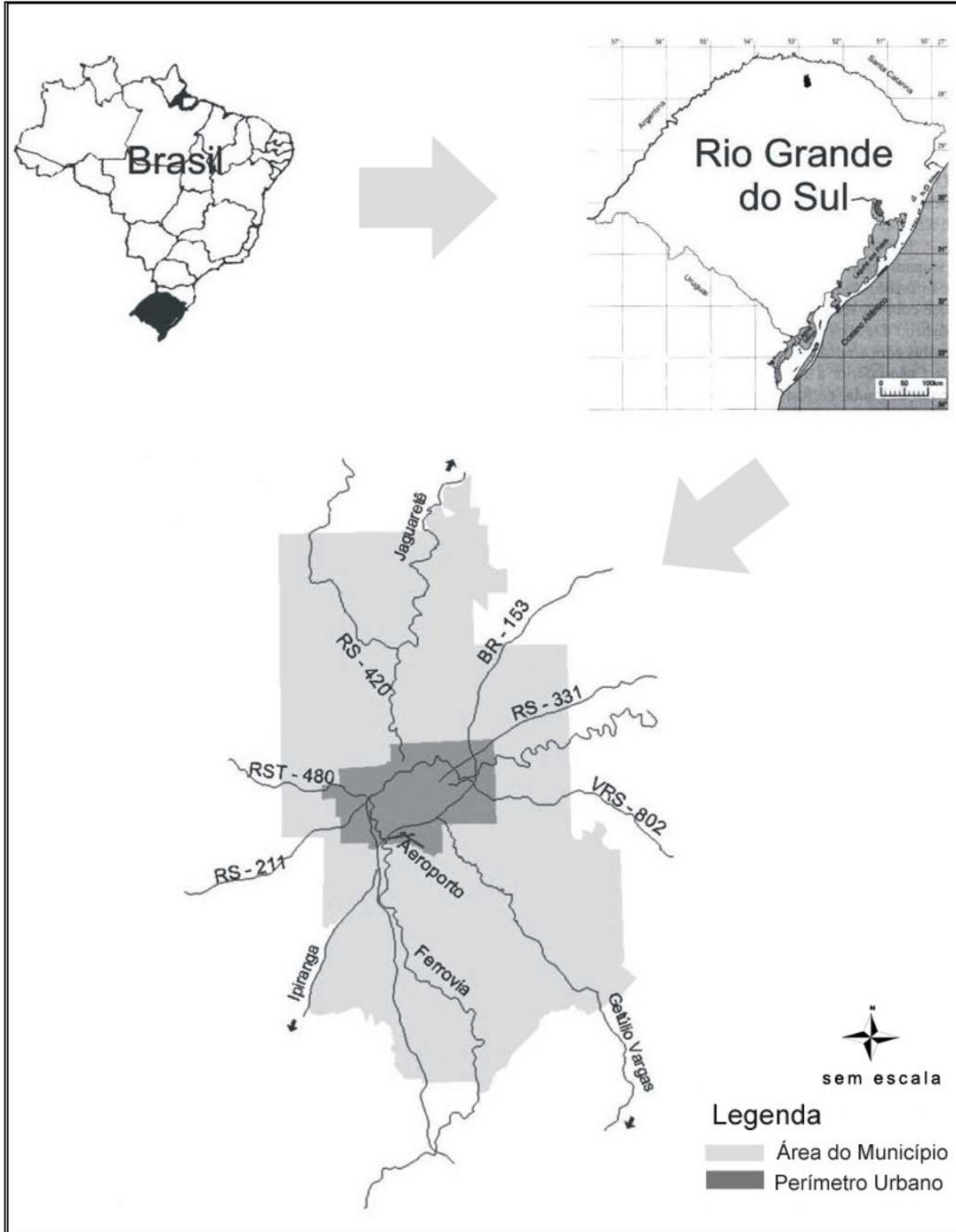
1.

A CIDADE DE ERECHIM

O município de Erechim se localiza no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, na microrregião denominada Alto Uruguai, situada sobre a cordilheira da Serra Geral, tendo como limites, ao norte, os municípios de Aratiba e Três Arroios; ao sul, os municípios de Getúlio Vargas e Erebangó; a leste, os municípios de Gaurama e Áurea e, a oeste, os municípios de Paulo Bento e Barão de Cotegipe, distando, aproximadamente, 360 km da capital do Estado. Suas coordenadas geográficas são 27° 37' 54" Sul e 52° 16' 52" Oeste (ZANIN,2001, pg.21).

Erechim possui, hoje, uma área de 762,04 km² e uma população de 90.347 habitantes, sendo que desses, 82.026 ocupam a área urbana e 8.321 a área rural. A cidade possui uma população de 81.033 habitantes, distribuída em trinta bairros, em uma área de 41,95 km², de acordo com dados do levantamento realizado pelo IBGE no ano de 2000. A "Capital do Alto Uruguai" modo como é, carinhosamente, chamada, pela sua importância na região, está inserida na micro-região da AMAU – Associação dos municípios do Alto Uruguai, sendo seu município pólo.

O município, com 84 anos, destaca-se no setor comercial e de serviços e no setor industrial, impulsionado pelo Parque Industrial voltado ao setor metal-mecânico e agroindustrial, estando em 21º lugar em participação no Produto Interno Bruto do Estado, de acordo com dados da FEE – Fundação de Economia e Estatística.



Mapa 1 – Localização da área de estudo
 Fonte:Modificado de Zanin, 2001

2.

PRIMEIRA FASE

Erechim antes de 1910

A ocupação das terras da Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, se deu anteriormente à colonização oficial, promovida pelo Governo do Estado e por companhias particulares.

No fim do século XIX a Região era habitada por índios "Kaingangs", bandeirantes paulistas, caboclos, e, também, por fugitivos das revoluções Farrroupilha, de 1835 e Federalista, de 1893.

Foram, portanto, os primeiros moradores de nossas terras, das matas de Erechim, os descendentes dos bandeirantes, que, vindos em busca da prata, por aqui ficavam cruzando a raça com os Kaingangs. Aos caboclos birivas se foram juntando, com o passar dos anos os foragidos da justiça. (CASSOL, 1979, pg.127)

Esta população, que vivia das culturas de subsistência e com alguma criação animal, isolada em pequenas propriedades, tinha, nas matas bastante densas da Região, a sua proteção. Abrigados pela floresta, os moradores podiam se esconder da polícia e obtinham da mata os seus alimentos e as ervas para curar doenças.

No fim do século XIX e início do século XX, como assinalou BENINCÁ (1990, pg.27), verificou-se, no âmbito econômico, um estrangulamento da agricultura pelo latifúndio. Diante de tal situação, era necessário que o Estado tomasse medidas eficazes para livrar o sistema capitalista da ruína. Com a justificativa de aliviar as tensões sociais e resolver a crise da agricultura, o governo estadual deu início ao plano de colonização da região Alto Uruguai, com intuito de abastecer o mercado interno e tendo por base a pequena propriedade e a policultura.

3.

SEGUNDA FASE - 1910-1940

O Estado como organizador

A COLONIZAÇÃO

Em 1902, por meio do ato nº 38 de 21 de outubro, foi criado o 7º distrito do Município de Passo Fundo², com sede em Capoerê³, o qual foi, posteriormente, subdividido em 9 seções. Já em 1905 o mesmo foi suprimido, sendo o seu território, então, subdividido entre o 3º e o 6º distritos do Município de Passo Fundo. A demarcação de terras da região Alto Uruguai iniciou a partir de 1904, em conjunto com a abertura do traçado da ferrovia “São Paulo – Rio Grande”⁴, a qual atravessava o Estado, com início na cidade de Santa Maria, fazendo a ligação desta com o restante do país. No momento em que estavam sendo demarcadas as terras, ocorria a expulsão dos moradores primitivos da região.

De acordo com o plano do governo, na medida em que a ferrovia era implantada, a região seria progressivamente ocupada, e, cada estação daria origem a um novo povoado, trazendo os excedentes de imigrantes das antigas colônias, e evitando desse modo, que as áreas fossem tomadas por posseiros. Paralelamente, o órgão oficial do governo do Estado providenciava a divisão dos lotes rurais, o traçado das vilas, bem como o suporte necessário aos imigrantes.

Conforme o Decreto nº 313 de 4 de Julho de 1900, cada colono receberia a quantia de 25 hectares de terras para cultivo, além das ferramentas de trabalho. O imigrante, conforme mesma legislação, teria um prazo de até cinco anos para pagamento da dívida colonial, originada do valor da aquisição das terras, e dos auxílios prestados pelo Estado, e, somando-se a isso, as multas cobradas por ocasionais atrasos nos referidos pagamentos.

² O município de Passo Fundo foi emancipado em 28.01.1857

³ Neste período trata-se de “Capoerê Velho”, não o atual distrito de Capoerê.



Mapa 2 – Mapa da subdivisão da Colônia Erechim em lotes rurais no ano de 1913
Fonte: Prefeitura Municipal Erechim

No mapa reproduzido acima, se observa a subdivisão da Colônia Erechim, em lotes rurais. Estes possuíam dimensões de 25,00 por 100,00 metros, seguindo orientações diferenciadas, procurando se adequar a topografia local, e ao curso dos rios e córregos existentes. Além do parcelamento em lotes rurais, a colônia foi subdivida em seções e linhas. Na mesma planta, se encontram delimitadas, as áreas de floresta “protetora” ,

⁴ A responsável pela construção no trecho foi a Companhia Belga “Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien”

como também terras particulares, ocupadas por posseiros, e, reservadas para futura ocupação, como é o caso da área destinada à nova sede, Paiol Grande.

Além da colonização oficial, houve, também, a colonização realizada por empresas privadas, destacando-se a Empresa Colonizadora Luce e Rosa, responsável pela ocupação das localidades de Sede Dourado (atual município de Aratiba), Barro (atual município de Gaurama), Três Arroios, Nova Itália (atual município de Severiano de Almeida), Rio Novo (distrito do município de Aratiba); e a empresa Jewish Colonization Association, responsável pela ocupação de Quatro Irmãos (distrito do município de Erechim, emancipado no ano de 2000).

A Colônia Erechim⁵ foi, então, criada em 06 de outubro de 1908, sendo o 8º distrito do município de Passo Fundo, por meio de ato do governo de Carlos Barbosa Gonçalves. O responsável pela demarcação de terras, o Engenheiro Agrimensor Severiano de Souza Almeida escolheu como local da sede da Colônia uma área próxima ao Km 110 da ferrovia, porém a Comissão de Terras e Colonização solicitou o estudo de um novo local que estivesse mais próximo ao centro da Colônia.

Em 15 de julho de 1909, o marco inicial do povoado Erechim foi então “cravado”, a 5.587 metros à noroeste da estação de mesmo nome, no local onde hoje se localiza o município de Getúlio Vargas. A ocupação da sede se deu a partir de 1910 com a construção das primeiras edificações no local, as quais foram: o escritório da Comissão de Terras; a enfermaria; o depósito de materiais e dois barracões para a hospedagem dos imigrantes, que chegaram logo a seguir, sendo trinta e seis colonos (quatro casais com filhos e oito solteiros). Neste mesmo ano, a Colônia atingiria o número de 226 pessoas de diversas nacionalidades: italiana, alemã, francesa, austríaca, entre outras. Desse modo, o número de habitantes aumentava significativamente. No segundo semestre do ano de 1911, a Colônia Erechim teria recebido 1.788 imigrantes formando 354 famílias e 83 solteiros. A população nesse ano chegou a 10.000 habitantes, sendo que a sede da Colônia contava com 103 edificações. Dos 2.123 lotes rurais demarcados, 1.920 já se encontravam ocupados. De acordo com o relatório de 1911 (Relatório de 1911, apud. DUCATTI, 1981), a Colônia contava com dezesseis casas comerciais, uma

⁵ Erechim – Palavra indígena que significa “Campo pequeno”

farmácia, dois hotéis, duas sapatarias, duas barbearias, duas padarias, duas marcenarias, cinco engenhos a vapor, três engenhos a água, duas alfaiatarias, três cervejarias, uma relojoaria e uma olaria, as quais movimentavam a vida na região.

No ano seguinte, a Colônia recebeu 2.957 imigrantes somando 566 famílias e 120 solteiros; imigrantes de nacionalidades preponderantemente polonesa e russa, alcançando em 30 de junho de 1912, um índice de 14.687 habitantes (Relatório de 1912, apud. BENINCÁ, 1990).

Em conjunto com a ocupação da região e incentivando-a, dava-se a continuidade da construção da viação férrea. De 1909 a 1911 foram construídas as estações de Erebango, Capoerê, Paiol Grande e Barro, que formaram pequenos núcleos populacionais. Em 1913, foi concluída a construção da ponte de ferro sobre o Rio Uruguai, no povoado Marcelino Ramos, estabelecendo, em definitivo, a ligação do Estado com Santa Catarina, Paraná e São Paulo, atraindo ainda mais imigrantes das colônias velhas para a região.

Simultaneamente à ocupação das áreas contíguas à Viação Férrea, as áreas de propriedade de empresas colonizadoras privadas também iniciavam o processo de ocupação. Entre 1911 e 1912 iniciou-se o processo de colonização na Fazenda Quatro Irmãos, adquirida pela empresa Jewish Colonization Association em 1909. A firma dividiu parte da fazenda em colônias de 150 hectares cada, as quais foram dotadas de uma residência em madeira e um galpão, e vendidas aos colonos, com pagamento parcelado de 15 a 20 anos e juros de 4% ao ano. Os colonos que ali se instalassem receberiam animais e instrumentos para o cultivo das terras. Os imigrantes judeus que ali se instalaram vieram de colônias que a empresa mantinha na Argentina e de outros países, sob o patrocínio da mesma, a qual defendia a emigração coletiva, selecionada e dirigida (DUCATTI, 1981, pg.89).

A Colônia Erechim continuava em pleno desenvolvimento e contava em 1913, com uma população de 18.000 habitantes, sendo que 10.000 desses eram imigrantes. Já haviam sido demarcados 5.062 lotes rurais, desses, 4.763 já se encontravam ocupados, do mesmo modo que os lotes urbanos, onde 1.360 lotes estavam demarcados, estando 593 já ocupados. (RELATÓRIO 1913, pg.13). A produção agrícola crescia, e já dispunha de colheitas

suficientes para assegurar a subsistência dos novos habitantes e, até mesmo, para a exportação, sendo que os principais produtos exportados foram, a madeira, a erva-mate, o feijão e a batata-inglesa. Iniciou-se neste período a discussão a respeito da possibilidade de relocação da sede da Colônia de Erechim para Paiol Grande.

De todos os povoados da colônia, é atualmente mais importante Erechim, infelizmente mal localizado e mal instalado, sem prévio estudo do terreno, sobretudo em consequência do atropelo havido na fase inicial da colônia, devido à entrada de grandes levas de imigrantes. (RELATÓRIO 1912, pg.175).

Diante deste quadro, o governo optou pela transferência da sede da Colônia de Erechim para o Povoado Paiol Grande, por este se localizar junto à estação da Viação Férrea, inaugurada em 1910, o que possibilitaria uma melhor administração da Colônia, e conseqüente desenvolvimento da mesma. A estação, que dá nome ao povoado, recebera do engenheiro, que realizava o levantamento para a instalação da rede ferroviária, o nome de "Paiol Grande", quando este trabalhava para o governo na demarcação da via.

Nessa época, 1906, o engenheiro Marcelino Ramos, que locava o traçado da estrada de ferro, ao chegar ao centro da mata encontrou os descendentes dos bandeirantes, mais ou menos agrupados próximos a um grande paiol coletor de erva cancheada. Em sua caderneta de campo, ao lado das anotações topográficas, escreveu o nome do local: PAIOL GRANDE. (PAIVA, 1955 pg. 12)

Além da proximidade da Viação Férrea, a área escolhida possuía outras qualidades, as quais influenciariam na sua indicação como sede da Colônia. KARNAL (1926) faz uma breve descrição da área onde seria instalada a sede, ressaltando as qualidades que, possivelmente, influenciaram na opção pela troca de local da sede da Colônia.

A Villa está situada na região central, num bello chapadão, o ponto mais alto da vasta região do planalto sulino, no km 462 da linha férrea Passo Fundo –Uruguay, sendo a estação da serra de maior altitude da rede do Estado, com 768 metros. Fica a pouco mais de meia distância de Passo Fundo ao Uruguay, a 49 km, pela linha férrea, da estação de Erechim, a 29 km, a rumo, da actual sede de Erechim, 2º districto, a 74 km. De Marcelino Ramos, a 22 km de Capoerê, a 40 km de Erebangó e a 41 km de Erechim. Dista poucos km Do rio Dourado, tributário do Uruguay. (KARNAL,1926, pg. 56)

A sede seria, então, organizada pela Comissão de Terras instalada na cidade de Passo Fundo, em uma área de 2300 hectares, com cerca de metade da área aproveitável para o parcelamento em lotes. Conforme assinala o relatório de 1913, o chefe da Colônia se queixava do atraso da organização da nova sede, pela qual havia muita empolgação, sendo elevado o número de pretendentes a lotes (RELATÓRIO 1913, pg. 92).

Havia, assim, uma certa urgência na implantação da nova sede, pois apesar da proibição da implantação de novas edificações, já haviam sido construídas 41 casas de madeira, e já existiam 20 estabelecimentos comerciais, com uma população de 245 habitantes (RELATÓRIO 1913, pg. 93).

Uma vez que a estação da Viação Férrea havia sido inaugurada em 1910, era evidente que ali viriam a se instalar moradores atraídos pela ligação da viação, como o que ocorreu com os outros distritos. Desse modo, os imigrantes que chegavam a Vila Paiol Grande e não tinham onde se instalar, eram recebidos e alojados em um grande barracão feito de madeira tosca, dividido em alguns quartos e com um amplo salão, destinado exclusivamente a abrigar os estrangeiros, antes de se dirigirem à Colônia.

Devido às constantes reclamações, por parte dos responsáveis pela vila, em 1914, o então chefe da Diretoria de Terras, Eng. Carlos Torres Gonçalves, justifica o atraso do projeto da sede, por estar revendo o projeto inicial, modificando-o e adaptando-o à situação do sítio. O projeto definitivo foi entregue no mesmo ano, conforme consta no relatório anual da secretaria de negócios e obras públicas.

Entre os anexos do presente relatório encontra-se o referido projeto, subordinado logicamente as condições do terreno, e não simplesmente riscado de maneira arbitrária conforme se costumava fazer. A sede geral da Colônia Erechim em Paiol Grande será o primeiro caso deste Estado do estabelecimento de uma cidade com projecto previamente estudado. A sua situação e a sua instalação ordenada a tornarão certamente uma bella cidadezinha futura, cujo nome deve ser trocado por outro menos prosaico escolhido com propriedade. (RELATÓRIO 1914, pg.169)

Desse modo, em 1914, a Vila recebeu o seu projeto que lhe deu a sua configuração futura.

O PLANO URBANO DE CARLOS TORRES GONÇALVES

O Plano Urbano concebido pelo Eng. Carlos Torres Gonçalves⁶ teve de se adequar à legislação que regulamentava a organização das colônias do Estado, de acordo com o Decreto nº 247 de 19 de Agosto de 1899, assinado por Borges de Medeiros. O Decreto descreve, em seus artigos, as linhas básicas para a criação de novos núcleos a serem colonizados.

Art 4º Em cada núcleo, preferindo-se parte mais central ou a que ficar próxima de rios navegáveis ou de vias férreas e sempre onde haja abundância de água e se verificarem condições de salubridade, se reservará uma seção de 300 hectares, mais ou menos, para povoação.

Art. 5º - Essa área será subdividida em duas zonas, iguais e concêntricas, separadas por uma avenida de 20 metros de largura.

§ 1º - A área central será dividida em quadras espaçadas umas, de 20 metros, reservando-se duas ou três quadras para praças públicas e subdividindo-se as demais em lotes de 1.250 m².

§ 2º - A outra zona reservar-se-á para logradouros e para o desenvolvimento futuro da povoação, dividindo-se oportunamente em lotes, com prévia autorização do Governo do Estado.

Art. 6º - Numa praça ou no ponto principal da povoação, serão reservados lotes para escolas e edifícios públicos. (IOTTI,2001, pg,736)

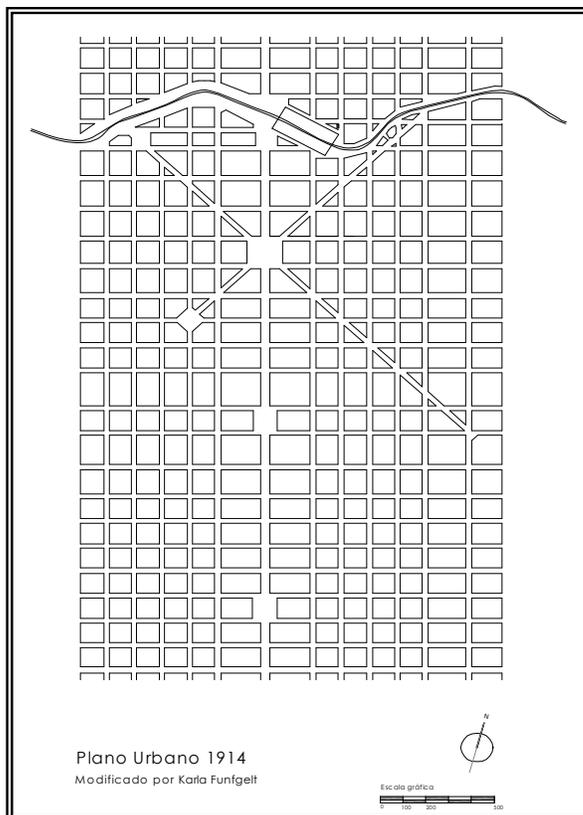
A partir das diretrizes básicas, estabelecidas pelo decreto, o engenheiro projeta a sede, seguindo os ideais positivistas, vigentes na época, e, visivelmente influenciado pelos conceitos de racionalidade e ordem, adotados a partir do urbanismo barroco, a exemplo da reforma urbana, efetuada por Haussmann em Paris, e do plano de Aarão Reis, para a cidade de Belo Horizonte.

O Plano previa uma ocupação de cerca de 15.000 habitantes, dispostos em 2.500 lotes, em uma área delimitada de 589 hectares.

⁶ Carlos Torres Gonçalves se formou engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1898, a qual formou também Francisco Pereira Passos, Aarão Reis, Saturnino de Brito entre outros engenheiros, responsáveis por alguns dos mais importantes e reconhecidos planos urbanos efetuados em cidades do Brasil.

O traçado, adotado pelo engenheiro, para o projeto, foi o de malha xadrez: quadras de dimensões regulares, entrecortadas por quatro avenidas diagonais à malha principal. A superposição das avenidas diagonais à malha xadrez, resultando em quadras triangulares, quebrando a monotonia do traçado xadrez, o que traz à lembrança o traçado urbano de Belo Horizonte, onde Aarão Reis adotou o traçado xadrez, sobreposto de outro traçado diagonal.

Percebe-se que o planejamento da sede toma como ponto de partida o traçado das vias, considerando, como função primordial da cidade, a circulação. MUNFORD (1998, pg.424), analisando o traçado Barroco, coloca que "(...) a cidade foi sacrificada ao tráfego na nova planta; a rua, não a vizinhança ou o bairro passou a ser a unidade de planejamento".

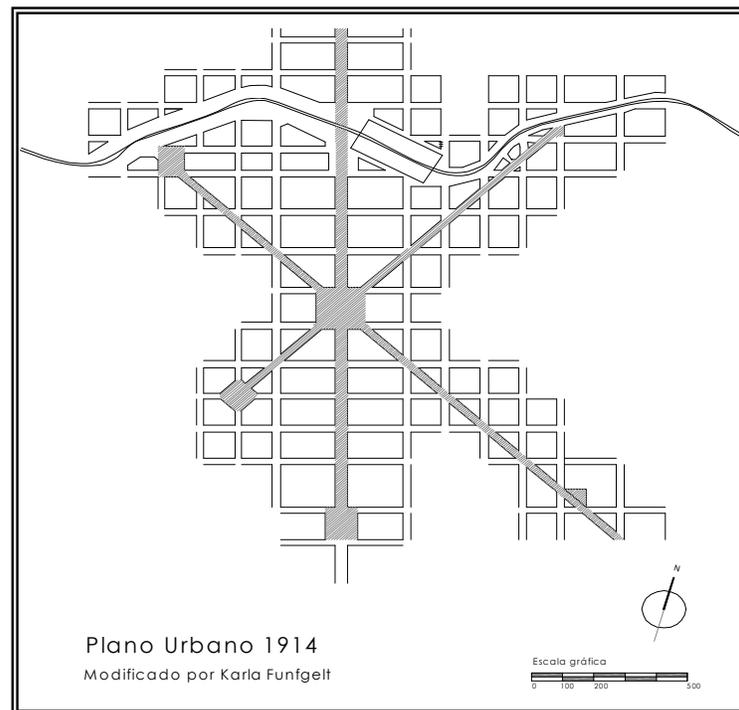


A malha xadrez é planejada a partir de uma avenida central, no sentido norte-sul, projetada com uma largura de quarenta metros, de onde partem as ruas perpendiculares e paralelas de menor dimensão. As avenidas diagonais são sobrepostas à malha na porção superior da planta, irradiando a partir de uma praça.

Mapa 04 – Croqui efetuado a partir do Plano Original
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

O Plano previu, a construção de oito praças, todas localizadas nos eixos das avenidas, servindo como pontos de fuga das perspectivas monumentais criadas por estas.

A nova ordem era definitivamente extrovertida: caracterizada pela praça aberta ou cercada, com suas avenidas e ruas irradiantes, atravessando imparcialmente antigos emaranhados ou novas redes, movendo-se para o horizonte sem limite. (MUNFORD, 1998, p. 496)



Mapa 05 – Croqui efetuado a partir do Plano Original
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

A exceção se dá em uma das diagonais, na qual foi projetado, após a praça localizada no eixo da avenida, o cemitério municipal. A Praça Cristóvão Colombo⁸, com dimensões maiores, de onde irradiam as avenidas diagonais, foi destinada a se tornar um centro político, administrativo e religioso. O Plano prevê, em uma das faces da praça, a instalação do edifício da “Comissão de Terras”.⁹

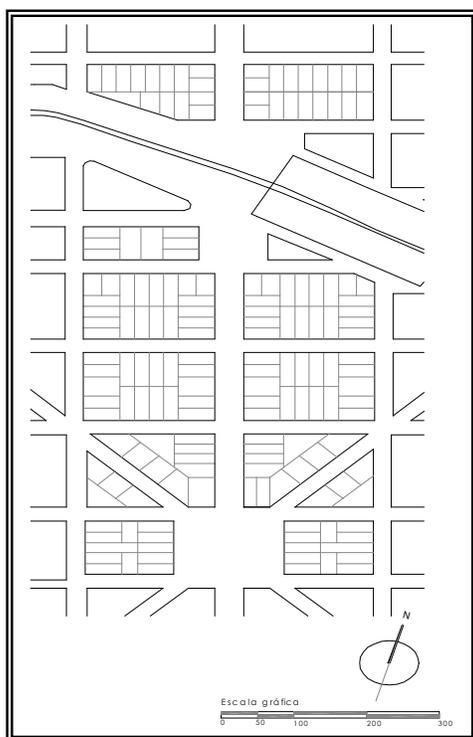
⁸ A praça Cristóvão Colombo recebeu posteriormente o nome de Praça da Bandeira. Foi instalada recentemente uma bandeira do Brasil, em um mastro de 20 metros de altura, justificando, desse modo, seu nome dado anos antes.

⁹ Comissão de Terras – Órgão do Governo do Estado, responsável pela administração da Colônia na época.

Nas décadas seguintes, são instaladas no entorno da praça, a prefeitura, a catedral e o fórum, ratificando a sua função de centro político, administrativo e religioso. Desse modo, pode se concluir que a praça projetada por Torres Gonçalves apresenta algumas das características externadas no traçado barroco, conforme descreve MUNFORD:

É necessário voltar às praças principais, àquelas que devem ficar junto do palácio do príncipe ou àquela destinada ao encontro dos Estados, conforme o país seja uma monarquia ou uma república. O fisco e o tesouro público, onde o dinheiro e as economias do público são depositados, devem igualmente ficar junto dela, assim como as prisões.(MUNFORD, 1998, pg.427).

As quadras foram projetadas seguindo padrões pré-estabelecidos. Suas dimensões variavam, apresentando uma certa hierarquia quanto à localização e dimensionamento dos lotes. Quadras de maiores dimensões se encontravam próximas à avenida central e praças, as quais possuíam número maior de lotes voltado à avenida, reforçando a importância deste eixo.



Mapa 06 – Croqui quadras adjacentes
Av. José Bonifácio
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Os lotes obedeciam ao dimensionamento mínimo de 1.250,00 m² de área, conforme determinava o decreto do Governo do Estado, mesmo aqueles que se encontravam nas quadras triangulares. A existência da Viação Férrea, na parte norte da cidade proposta, desde a elaboração do plano, não interferiu no projeto, pois o mesmo foi apenas sobreposto à linha de trens. Pode-se observar que a mesma não interrompe a continuidade do traçado, apenas o fragmenta.

As quadras adjacentes à linha, não seguiram o padrão regular das demais, sendo necessária a sua adaptação às curvas dos trilhos. Junto à linha de trens foi prevista uma avenida, que a acompanha por toda a extensão dentro do perímetro urbano.

O local escolhido para sediar a Vila, possuía uma topografia irregular, entrecortada pela linha de trens. Ao norte, aproximadamente a cem metros da linha de trens, o relevo se acentua, e a última rua projetada se localiza na borda de um vale. Já na parte sul, a topografia se regulariza, com apenas algumas ondulações, as quais voltam a se acentuar na parte oeste. Isso fez com que as dificuldades topográficas, para a implantação do traçado, fossem detectadas durante a implantação do plano. Foram executados, então, diversos cortes e aterros, em grande parte das ruas da cidade, para a adequação do projeto ao relevo, especialmente na área adjacente à praça Cristóvão Colombo.

A subordinação do conteúdo da vida urbana à forma exterior era típica da mentalidade barroca; mas seus custos econômicos eram quase tão extravagantes quanto suas perdas sociais. Se a topografia era irregular, o terreno devia ser aplainado, não importava o custo em materiais e mão-de-obra, simplesmente para fazer funcionar o plano: a avenida não desviará o seu curso nem alterará em nada a sua largura, a fim de poupar uma bela árvore ou de manter intacto um precioso edifício. Na eventualidade de um conflito com interesses humanos, o tráfego e a geometria têm prioridade. (MUNFORD, 1998, pg. 500).

Percebe-se, portanto que, apesar da afirmação do Eng. Carlos Torres Gonçalves de que o projeto teria sido pensado para uma melhor adaptação à topografia, o mesmo foi superposto ao terreno sem grandes preocupações em relação à topografia do local.

A racionalidade do plano se espelha também na sistematização da toponímia que foi aplicada de forma geométrica, distribuída por conjuntos. As ruas paralelas, no sentido Norte-Sul, foram denominadas com topônimos de Estados, formando um conjunto no lado Leste, e, no outro conjunto, do lado Oeste, de países. As ruas perpendiculares, no lado leste, também foram agrupadas, e denominadas com topônimos das capitais dos Estados

Brasileiros, e, no lado Oeste, cidades do Estado do Rio Grande do Sul. As praças foram denominadas homenageando personagens da história do Brasil.

A avenida que corta a malha no sentido norte-sul foi fracionada em duas, pela Praça Cristóvão Colombo. A parte norte foi denominada Av. José Bonifácio¹⁰, e a parte sul, de Av. Sete de Setembro. O eixo principal e as diagonais receberam assim a classificação de avenidas, as demais foram classificadas como ruas, demonstrando claramente, mais uma vez, a hierarquia já prevista no projeto.

As ruas e avenidas foram renomeadas posteriormente e a planta é delimitada em quadrantes, nos quais as ruas são denominadas respeitando, novamente, uma hierarquia pré-determinada. No quadrante nordeste, a denominação homenageia personagens da história municipal e estadual; no quadrante sudeste, nomes de Estados; no quadrante noroeste, de países e no sudoeste, de personagens da história do país.

A OCUPAÇÃO

A locação da sede inicia ainda em 1914, em seguida a aprovação do projeto pelo Governo do Estado, sob os comandos do Eng. Norberto de Barros Lacerda.

Em conjunto com as obras efetuadas na sede da colônia, o Estado ia interligando as estações ferroviárias aos povoados por meio de estradas de rodagem internas, facilitando assim o escoamento da produção agrícola.

Essas estradas vicinais eram mantidas pelos próprios colonos por meio do pagamento em forma de trabalho, no qual, cada colono teria que prestar, o correspondente a seis dias de trabalho ao ano, a cada 25 Ha, do qual era proprietário. Essa prática ficou conhecida como "prestação dos seis dias".

Com o intuito de extinguir os auxílios prestados aos imigrantes até então, e, considerando que os mesmos recursos poderiam ser aplicados no desenvolvimento da Viação, facilitando, desse modo, a circulação dos produtos agrícolas, além da aplicação em outros projetos que pudessem proporcionar o progresso do Estado, o Governo propõe o fim da imigração oficial subsidiada,

por meio do através do decreto nº 2098 de 13/07/1914, dando início a um processo de migração interna e espontânea.

Com o fim dos incentivos do governo do Estado à Imigração Oficial, as empresas colonizadoras dão continuidade a venda de lotes em terras de sua propriedade. Em 1915, a Empresa Colonizadora Luce & Rosa, instala um escritório no povoado "Barro"¹¹, iniciando o processo de colonização nas localidades de Sede Dourado, Nova Itália e Rio Novo¹².

A aquisição de terras era facilitada pela empresa. Enquanto as terras vendidas pelo Estado teriam que ter um pagamento imediato de 1/3 do valor dos lotes, e o restante dividido em cinco anos, de acordo com a nova Lei, os lotes da colonizadora eram adquiridos a preços mais acessíveis, e o pagamento era dividido em três prestações anuais (BENINCÁ, 1990, pg.33). A empresa providenciava também a subsistência aos colonos durante o período de instalação montando lojas¹³, oferecendo aos imigrantes os produtos necessários para o seu sustento, em troca de produtos agrícolas, produzidos por eles. A companhia procurava a integração e adaptação dos imigrantes, instalando-os de acordo com sua origem étnica, costumes e religião, a fim de não criar problemas étnicos e facilitar a comunicação, uma vez que os imigrantes, em sua maioria italianos e alemães, falavam praticamente só o seu idioma, criando, desse modo, núcleos povoados somente por italianos ou somente por alemães.

Em 1915 a população da sede Paiol Grande chegava a 520 habitantes, e a população total da Colônia era de aproximadamente 27.000 habitantes. O desenvolvimento se justificava pela fertilidade dos solos ali encontrados, e pela ligação da Colônia com as demais regiões do Estado e do país, por meio da Viação Férrea, barateando, desse modo, os custos de transporte da produção agrícola, justamente pela localização geográfica da Colônia, no extremo norte do Rio Grande do Sul. Portanto, conclui-se, como assinalou ROCHE (1969, pg.69): a atividade comercial traduz a brilhante prosperidade da Colônia, ou antes, é a causa dela.

¹⁰ Posteriormente a Av. José Bonifácio recebeu o nome de Av. Maurício Cardoso.

¹¹ Hoje Município de Gaurama.

¹² Atual distrito da cidade de Aratiba, Município de Severiano de Almeida e Município de Aratiba, respectivamente.

¹³ Estas lojas eram denominadas "Armazém de Secos e Molhados", pois ali se podia encontrar de tudo, desde tecidos, confecções até alimentos e equipamentos para a agricultura como pás e enxadas.

EMANCIPAÇÃO DA COLÔNIA

Em 30 de abril de 1918, o governo do Estado, por meio do decreto 2342, eleva a categoria de "Município de Erechim", o território constituído pelo oitavo distrito de Passo Fundo, então Colônia Erechim, tendo por sede a Vila Paiol Grande, que no momento da emancipação passou a ser denominada Vila Boa Vista.

De acordo com o decreto, o Município seria regulamentado pela lei orgânica do município de origem (Passo Fundo) até que o Conselho Municipal decretasse a Lei Orgânica respectiva, o que ocorreu em maio de 1920. O Município seria administrado por um intendente provisório nomeado pelo Governo do Estado, sendo escolhido então, o engenheiro chefe da Comissão de Terras, Dr. Ayres Pires de Oliveira, para assumir o cargo.

No ano de sua emancipação, o Município contava com uma população de 38.526 habitantes sendo 5.590 na zona urbana e 32.936 na zona rural. Sua sede já contava com uma população de 1.700 habitantes e 110 edificações, incluindo diversas casas comerciais, bancos, igrejas e até um cinema, construído em 1916. Assim, já no ano seguinte, foi estabelecido o perímetro urbano e suburbano da Vila Boa Vista. O novo perímetro excluía da área urbana, antes delimitada no plano de Torres Gonçalves, quatro quadras, localizadas a nordeste da Vila e toda uma linha de quadras localizadas a oeste do plano.

As edificações existentes na Vila eram em sua totalidade construídas em madeira, produto ainda abundante na região e, que tinha neste período grande importância na economia do Município, favorecendo o surgimento de atividades ligadas à extração e transformação, incluindo uma fábrica de vagões de trem.

Os engenhos, como eram chamadas as serrarias, têm seu período áureo, que duraria meio século, até o esgotamento dos pinheirais. Os "engenheiros", primeiros empresários da floresta, derrubam a árvore no mato, dividem-na em toras que são arrastadas por juntas de bois até a serraria, depois do falquejo desdobram-nas em tábuas, linhas, caibros, mata-juntas, tabuinhas, sarrafos, costaneiras. (FONT, 1983, pg.113).

Na imagem a seguir, foto tirada a partir do Norte em direção ao sul da Vila de Boa Vista, observa-se a grande quantidade de madeira empilhada na beira dos trilhos da Viação Férrea, aguardando o embarque, bem como as edificações, todas me madeira, inclusive as cercas das casas. Observa-se também, o grande desmatamento que houve no período, sendo visível as poucas árvores que restaram na área urbana, e ao fundo a grande quantidade de vegetação, ainda inexplorada.

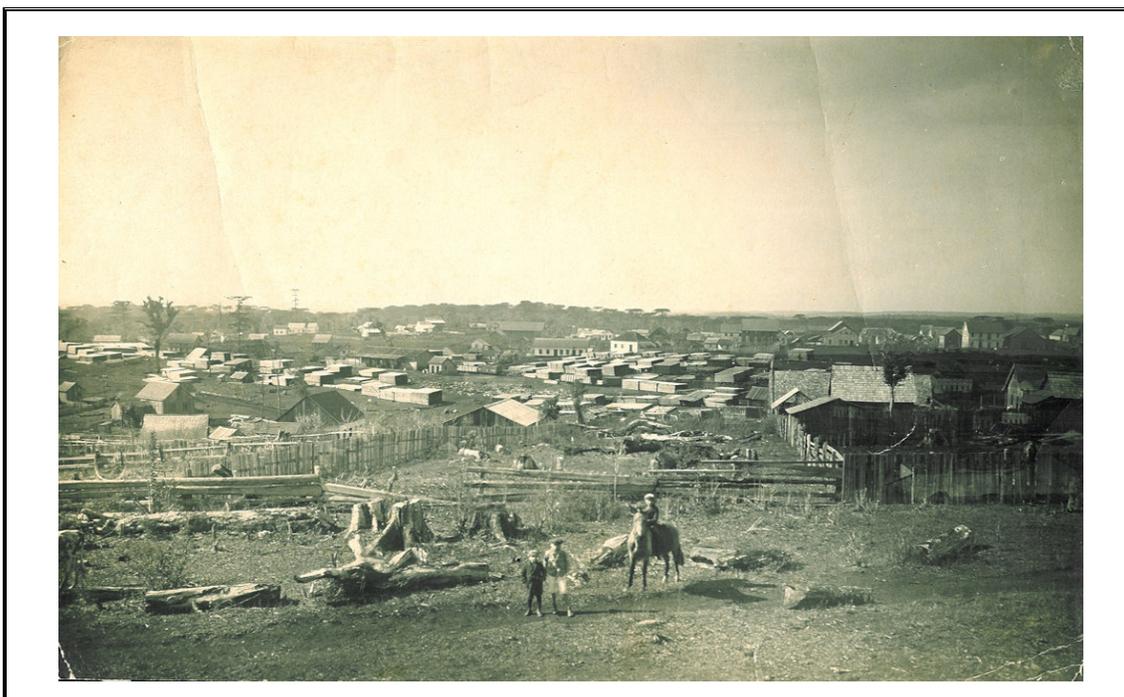


Foto 01 – Vista da Vila Boa Vista em 1917

Fonte: Arquivo Pessoal

A madeira retirada era exportada por meio da Viação Férrea, e, em maior volume, por meio do Rio Uruguai, através de portos fundados nas suas margens, de onde o produto era transportado, através de balsas, para cidades da Argentina.



Foto 01 - Balseiros no Rio Uruguai
Fonte: Arquivo pessoal

A atividade econômica do Município não se restringia somente a produção agrícola ou extração e transformação da madeira; nesse período já se verificava a existência da indústria de transformação de produtos suínos. A Banha figurava em quarto lugar nas exportações, antecedida apenas pela Erva-Mate, que ocupava o segundo lugar, e, pelo Milho em terceiro. (FONT, 1983, pg.115).

Em conjunto com as demais atividades, o comércio surgia com a necessidade de receber e comercializar os produtos agrícolas e ao mesmo tempo, abastecer a área rural com todo o tipo de artigos industrializados, resultando na criação de casas comerciais diversificadas.

Duas famílias se destacaram nesta atividade, a Família Pagnoncelli, a qual possuía sua casa comercial localizada na Av. José Bonifácio¹⁴, e a Família Massignan, com seu estabelecimento localizado próximo à saída para o Vale do Rio Dourado.

Em 07 de Setembro de 1922, a Vila até então denominada "Boa Vista" passou a se chamar "Boa Vista do Erechim", acrescentando ao seu nome anterior, o nome da colônia "Erechim".

¹⁴ De acordo com relatos, a Família Pagnoncelli, ao contrário da maioria dos imigrantes, veio à região para ampliar seus negócios, uma vez que já possuía algumas posses, antes de se instalar na Vila.

A REVOLUÇÃO DE 23

Os anos que se seguem são de grande agitação no Estado, movimentação esta, decorrente da Revolução de 1923, a qual se refletiu diretamente no recém criado município.

A eleição de Borges de Medeiros, pela quinta vez consecutiva para a presidência do Rio Grande do Sul, foi o fator causador do desencadeamento da revolução. Os oposicionistas, liderados por Assis Brasil, ficaram inconformados e, alegando fraude, iniciaram batalha armada contra o Governo Estadual, por meio de uma série de levantes regionais. Os rebeldes exigiam que Borges de Medeiros renunciasse ao poder, e, exigiam também, a revisão da Constituição do Estado, a qual era baseada nos princípios positivistas, e, permitia as reeleições consecutivas dos governantes.

O Município foi tomado pelos revolucionários (Maragatos) em meados de abril de 1923, momento em que foi nomeado, como administrador provisório, o Capitão Themístocles Celso Ochoa, o qual governou até o mês de setembro do mesmo ano, quando foi restabelecido o governo legal.

Os maiores combates se deram no Distrito de Quatro Irmãos, onde se deram dois combates violentos, como também na localidade denominada "Desvio Giaretta"¹⁵, onde resultaram muitos mortos e feridos, e, assustando a população de Boa Vista do Erechim, pois o local do combate ficava próximo à Vila.

Apesar dos problemas decorrentes da revolução, a cidade não foi totalmente prejudicada. A população crescia constantemente; profissionais liberais, artesãos, trabalhadores, empresários, e colonos continuavam chegando em grande número; a produção agrícola crescia e o comércio se desenvolvia; os empreendimentos industriais prosperavam e alguns estabelecimentos bancários instalavam agências e filiais na cidade.

A DÉCADA DE 30

A agricultura continua sendo a máquina propulsora do desenvolvimento do Município. O governo do Estado inicia neste período, o incentivo à cultura do trigo, favorecendo a plantação na pequena propriedade, o que era o caso do Município de Erechim.

Por esse tempo começam a ser distribuídos vistosos cartazes em tricromia representando espigadas lavouras de trigo com a frase "plantai trigo, ele é a fartura dos lares, a riqueza dos campos e a felicidade da nação" sublinhada pela assinatura do presidente. (FONT, 1983, pg. 187).

A indústria, no Município, também já se colocava de maneira significativa, prevalecendo sempre a de transformação de produtos agrícolas. Em 1932, instalou-se no Município, o "Frigorífico Erechim", filial da empresa denominada "Sociedade de Banha Sul Riograndense", para trabalhar como refinaria de banha. Na mesma época já havia se instalado na cidade, no Polígono Três Vendas, o "Frigorífico Boavistense", servindo como elemento que impulsionaria a ocupação daquela área da cidade, a qual já se encontrava em fase de ocupação, estando localizada em um dos principais acessos do Município, na estrada que ligava ao Povoado Floresta¹⁵, e na beira da Viação Férrea, onde se localizaram alguns estabelecimentos comerciais.

NOVO PLANO URBANO PARA A VILA DE BOA VISTA DO ERECHIM

Ainda no início da Década de 30, o Governo Estadual determinou uma mudança no plano inicial, projetado pelo Eng. Carlos Torres Gonçalves. O novo desenho urbano remetia à imagem da Cidade Jardim, influência urbanística implantada no Brasil a partir da Década de 1910, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

¹⁵ Sobre o Combate no Desvio Giaretta ver MENEGATTI (2003)

¹⁶ Hoje município de Barão de Cotegipe

O arruamento proposto é desenhado a partir das curvas de nível, procurando se adaptar perfeitamente à topografia local, e ao curso dos córregos, criando um sistema natural de drenagem das águas. Como resultado tem-se um traçado completamente irregular, com quadras de tamanhos e formas diversas. Mesmo com a irregularidade das quadras, os lotes foram projetados de forma regular, de modo que fossem preservadas as dimensões mínimas estabelecidas (1.250 m²).

As ruas foram projetadas partindo da malha xadrez, com a largura original, conformando-se, a seguir, à topografia, sem modificar as suas dimensões. A avenida diagonal, que levava ao Cemitério Municipal, foi preservada no novo plano, do mesmo modo que a localização do Cemitério.

Analisando o novo projeto, percebe-se que a parte do plano que não foi alterada, possuía a melhor condição topográfica, concluindo-se, portanto, que o novo plano foi realizado a partir da verificação da impossibilidade técnica de implantação do plano de Carlos Torres Gonçalves. De acordo com relatos¹⁷, o próprio Torres Gonçalves, em visita à cidade, indicara a alteração aos desenhistas da diretoria de terras e colonização.

As praças, regulares e bem delimitadas no plano de Torres Gonçalves, dão lugar a dois pequenos bosques, localizados em porções distintas do plano. Algumas quadras recebem em seu interior áreas verdes, que se originaram possivelmente, a partir do desenho irregular das quadras, em contraponto a regularidade dos lotes. Algumas pequenas praças (denominadas hoje de rótulas) foram previstas em alguns pontos de convergência de ruas, do mesmo modo que uma área verde de maiores dimensões foi prevista contornando o Cemitério Municipal.

Este plano projetado em 1931, não chegou a ser implantado de todo, mas o seu traçado esteve presente nos mapas do Município até meados da década de 50, quando houve um retorno à malha xadrez.

A área remanescente do traçado orgânico corresponde a apenas uma quadra, localizada em uma área de topografia bastante acentuada.

¹⁷ Não foi localizada nenhuma bibliografia que afirmasse ou esclarecesse a alteração, apenas declarações sem comprovação escrita.

EXPANSÃO URBANA

Em Março de 1938, o Município foi novamente dividido administrativa e juridicamente, em novos distritos, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade, e seus distritos a de vilas, por meio do Decreto Estadual nº 7199. Logo a seguir, em 05 de Abril de 1938, a cidade e o Município são denominados de José Bonifácio.

Em maio, do mesmo ano, a cidade recebeu uma nova delimitação urbana e suburbana, por meio do Ato nº 62 de 24 de Maio. A nova limitação da área urbana modifica aquela estabelecida em 1919, incluindo as quadras na porção nordeste, as quais haviam sido suprimidas na delimitação anterior, e excluindo, aproximadamente, 90 hectares em lotes da porção sul da cidade. O perímetro urbano ficou, então, com uma área, aproximada, de 480 hectares.

Em 1939, o Estado repassou às administrações municipais seus núcleos urbanos. Em Erechim (então José Bonifácio), foram repassados 375 lotes urbanos, totalizando 390.636,00 m², de acordo com o decreto 8053 de 23 de dezembro de 1939, com as seguintes ressalvas:

- 1) Mantenha o Município o atual traçado do projeto urbanístico, modificando-o somente mediante autorização especial do Estado;
- 2) Conserve as condições de concessão estatuídas pelo Regulamento de Terras em vigor;
- 3) Inalienabilidade da área ainda não ocupada pelo povoado e destinada a seu desenvolvimento.¹⁸

Junto ao processo, que determina o repasse dos lotes devolutos ao Município, encontra-se a planta urbana da Vila, com a área urbana e suburbana, desenvolvida em 1936. Nesta planta a área "suburbana" se apresenta parcelada em chácaras de 25 ha, e está subdividida em "polígonos".

A planta retoma parte do projeto de Torres Gonçalves, deixando a malha orgânica confinada em meio ao traçado xadrez.

¹⁸ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 8053, de 23 de dezembro de 1939. Transfere ao Município de José Bonifácio os lotes urbanos devolutos reservados para a sede deste município. Palácio do Governo, Porto Alegre, 23 de dezembro de 1939.

4.

TERCEIRA FASE - 1940-1970

Desenvolvimento e expansão urbana

A partir da década de 40, quando a regulação sobre os lotes urbanos deixa de ser responsabilidade do Estado e passa para o Município, a cidade começa a se transformar. De acordo com CASSOL (1979, pg.114), "Apesar da legislação, o plano viário, a infraestrutura de serviços urbanos, os loteamentos passam a ter interferência e participação da iniciativa privada e começa a surgir o empirismo e o imediatismo". Esse fenômeno se intensifica partir dos anos 50.

Nos anos 40, a cidade já bastante desenvolvida, amplia o seu potencial como centro de comercialização e industrialização de produtos agrícolas. Na agricultura, base do desenvolvimento da cidade e da região, inicia-se o uso da tecnologia, baseada no motor e na eletricidade, modificando o instrumental utilizado, que até então era predominantemente artesanal e de tração humana ou animal.

A indústria de transformação continua em grande expansão. Neste período, várias indústrias do ramo madeireiro se instalaram no município com o objetivo de explorar as grandes reservas de pinheiro-araucária ainda existentes.

O desenvolvimento da agricultura em conjunto com o da indústria, fez com que acabasse prosperando também o comércio. A cidade fora transformada no pólo comercial da região, cujo comércio vendia todos os bens e utensílios necessários para a subsistência dos colonos, bem como adquiria seus produtos agrícolas, para, posteriormente, exportá-los para os grandes centros do país, por meio da Viação Férrea.

Em 1944, o Município, denominado de "José Bonifácio", foi denominado Erechim, nome, com o qual a Colônia fora denominada inicialmente, permanecendo, a partir desse ano, como nome definitivo.

A população urbana teve um crescimento acentuado na década de 40, de 7.511 habitantes, de acordo com o levantamento feito no ano de 1940,

passa a 14.418 no ano de 1950. Isto significa um crescimento de aproximadamente 4,5% ao ano, ultrapassando, nesse período, a população rural.¹⁹ A imagem retrata perfeitamente esse crescimento da população urbana, podendo se verificar, a ocupação de praticamente toda a área urbana delimitada no ano de 1919.



Foto 3 -Vista aérea da cidade, sentido Sul-Norte na década de 40.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

No ano de 1948, a cidade ganha um parque municipal. A área, localizada próximo ao centro da cidade, denominada até então de "Poteiro da Comissão" era utilizada pelos funcionários da Comissão de Terras para guardar e alimentar os cavalos, e tinha em seu interior parte da vegetação nativa ainda preservada. O parque passa, então, ao domínio do Município, e, no ano de 1970 recebe o nome de "Parque Municipal Longines Malinowski".

¹⁹ Os dados demográficos são relativos somente à cidade, sem considerar os distritos municipais.

OS ANOS 50 – O AUGE DO DESENVOLVIMENTO

A atividade industrial, no Município, é expandida, na década de 50, alcançando a marca de 4% da produção no Estado. No entanto, a atividade principal, ainda predominante, é a agricultura. A superfície cultivada, chega a um percentual 6,5% da superfície do Estado, fornecendo 6,5% da produção total em volume, e 7,2% em valor; a riqueza da agricultura faz a da região. (ROCHE, 1969, pg.191). Neste período, devido à política nacional de incentivo para o plantio do trigo, o Município muda o seu perfil de policultura de subsistência, para a monocultura de exportação, obtendo como resultado, o uma grande produção do cereal. Em 1953, o Município produziu grande parte da colheita nacional, e foi nesta época denominado de “Capital do Trigo”, sediando neste mesmo ano a 3ª Festa Nacional do Trigo.

Devido a grande produção agrícola, e os conseqüentes entraves encontrados, os produtores da região buscaram em conjunto, solucionar os problemas, criando uma cooperativa. A data da criação foi 25 de setembro de 1957, e foi denominada de Cooperativa Tritícola Erechim LTDA, COTREL, a qual foi transformada, ao longo de sua existência, em uma sólida rede de armazenagem, sendo a mais importante no Município e região até os dias de hoje.

Além do setor primário, eram buscados investimentos também no setor secundário, com o objetivo de incentivar seu crescimento, de modo marcante e atuante na economia do Município. Em 1952, o então prefeito José Mandelli Filho, buscou incentivar a vinda de novas indústrias, por meio da Lei 196, que concedia isenção de impostos municipais à novas indústrias, desde que não similares às existentes até então. De acordo com CASSOL (1987, pg. 82), o Município contava, em 1955, com 374 indústrias, sendo que as principais eram serrarias e de transformação de madeiras; metalúrgicas, desde fabricação de molas para veículos até espingardas e camas de ferro e indústrias do ramo alimentício, como erva-mate, doces, produtos suínos, farinhas, dentre outros.

Para divulgar os produtos derivados da indústria e da agricultura, a Prefeitura Municipal e Associação Comercial, realizaram, em 1966, a 1ª Feira Regional, Industrial e Agropecuária de Erechim, FRINAPE, e a 1ª Feira Nacional do Mate. O projeto inicial previa que a feira seria realizada a cada dois anos,

em um parque construído especialmente para abrigar o evento. A 2ª FRINAPE foi realizada em 1968. Porém o próximo evento seria realizado somente quatorze anos mais tarde.

Como decorrência de todo o crescimento agrícola e o incentivo ao desenvolvimento industrial do Município, a população urbana teve um crescimento significativo, chegando a 6 % ao ano.

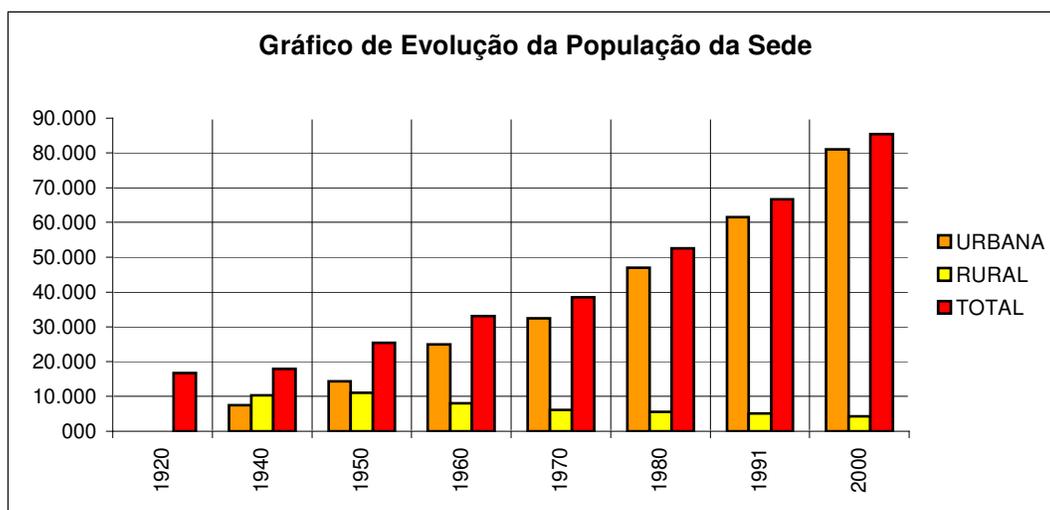


Gráfico Evolução População

Fonte: Dados IBGE

A cidade se urbaniza e várias áreas, antes desocupadas, começam a ser preenchidas com edificações e novos loteamentos. A planta urbana também volta a ser modificada. A malha orgânica é suprimida, retornando, em toda a cidade, ao traçado xadrez. Apenas na área de topografia mais acidentada podem se observar resquícios do traçado orgânico, implantado nessas áreas por impossibilidade técnica de implantação do traçado xadrez.

Na imagem a seguir pode se observar a diferença de nível existente a partir da praça, fazendo com que o traçado tivesse de ser adequado à topografia.

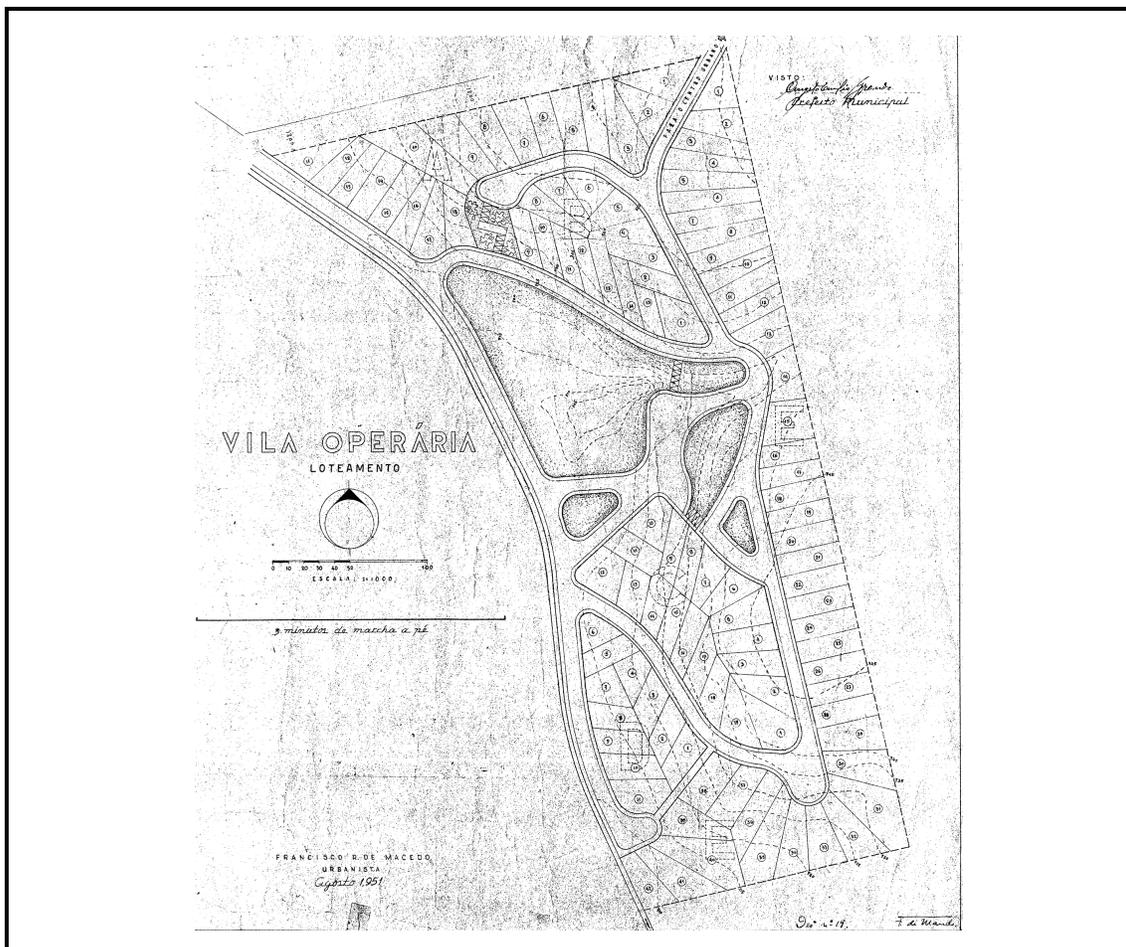


Foto 4 - Vista da área central da cidade, no sentido Oeste - Leste
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Neste período, loteamentos para operários e vilas populares, foram implantados na área suburbana do Município, pelo Estado, em áreas distantes do núcleo central da cidade, a exemplo do que já fora feito na década de 30 quando da implementação da “Chácara para indigentes”.

A “Vila Operária”, projetada pelo Urbanista Francisco Riopardense de Macedo, cria, mais uma vez, uma ilha de traçado orgânico em meio à malha xadrez. A Vila, projetada em 1951, no polígono sul, apresenta o aspecto de um pequeno bairro-jardim, assemelhando-se aos bairros jardins projetados pela Cia. City em São Paulo. As ruas se adaptam perfeitamente à topografia íngreme do local. Onde havia o impedimento da continuidade da via, devido à topografia foram projetados “Cul de Sac”²⁰, do mesmo modo que áreas verdes, com escadarias, para facilitar o acesso aos pedestres.

²⁰ Cul de Sac – Expressão da língua francesa que tem como significado “pequena rua sem saída”.

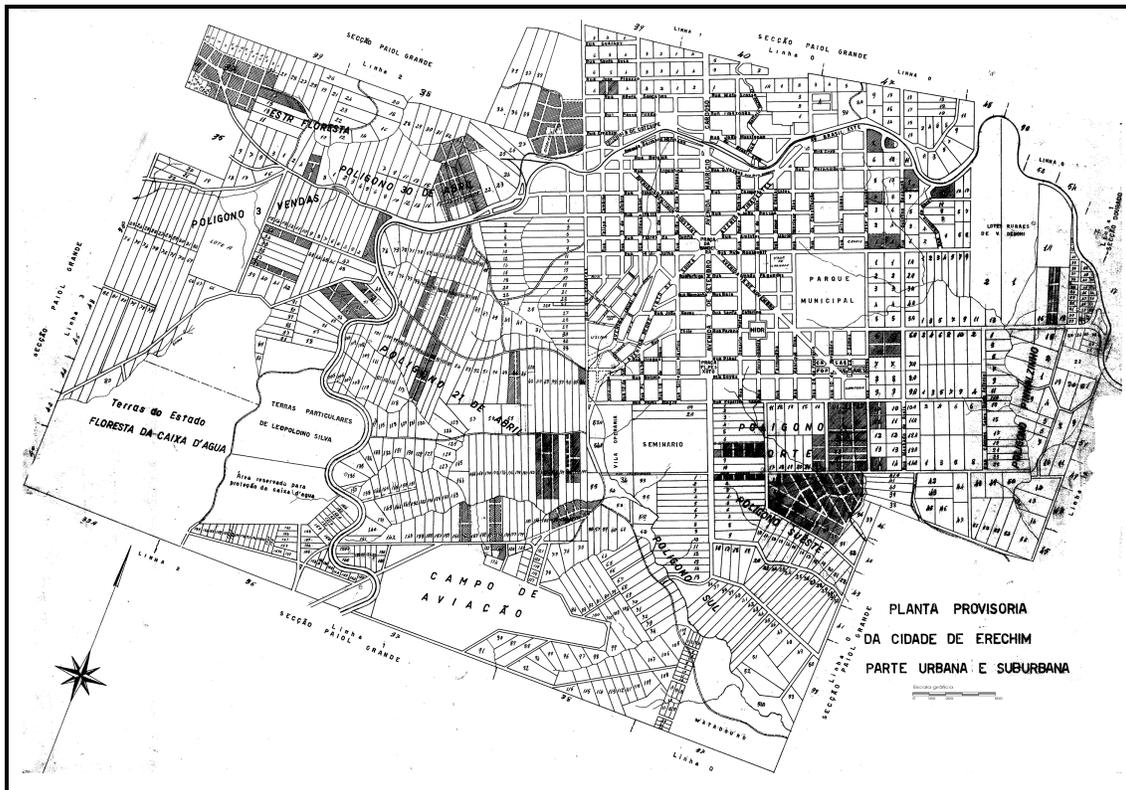


Mapa 09 – Projeto da Vila Operária
Fonte: Prefeitura Municipal Erechim

O polígono 30 de Abril e a Seção Floresta, localizados a oeste da cidade, em uma das vias de ligação do Município com o estado de Santa Catarina, tem uma maior ocupação, expandindo a cidade em direção ao noroeste, acompanhando o desenvolvimento daquela área, nas qual se esboçava uma ocupação desde a década de 20.

Estes novos parcelamentos, feitos pelo Estado e por empresas particulares, não seguem mais às dimensões iniciais estabelecidas para os lotes de 1.000m², modificando o conceito, antes estabelecido, de lotes de dimensões maiores, os quais resultavam em uma configuração diferenciada, com edificações isoladas, pátios frontais, grandes áreas verdes e pátios internos às quadras.

A largura das ruas dos novos parcelamentos também não estava de acordo com as larguras antes utilizadas. Avenidas e ruas com larguras maiores ficaram, desse modo, restritas às áreas parceladas pelo Estado.



Mapa 10 – Planta da cidade, área urbana e sub-urbana, na década de 50
Fonte: Prefeitura Municipal Erechim

A falta de uma legislação específica que regulamentasse o parcelamento do solo na cidade, permitiu a comercialização de lotes em parcelamentos entregues sem infra-estrutura completa, somente com as ruas abertas, a preços menores que aqueles praticados em áreas mais próximas à área central, seguindo a lógica capitalista vigente.

Na planta acima, as áreas em destaque, são novos parcelamentos, aprovados na década de 50. Verifica-se pela imagem que a maioria está localizada na área sub-urbana da cidade, fora da área projetada pelo Estado.

Em conjunto com a expansão horizontal, no fim da década de 50 se inicia o processo de verticalização da cidade. O gabarito máximo de construção utilizado até então, era de quatro pavimentos, aproximadamente doze metros; em 1957 a aprovação de um edifício na área central com doze

pavimentos, muda a configuração horizontal da cidade. No entanto, esta foi uma intervenção pontual; a verticalização efetiva da cidade se deu posteriormente, a partir da década de 80, com a implantação do novo plano diretor.

A cidade, em franco desenvolvimento, se tornou referência nacional como grande produtor agrícola. No entanto, era necessária uma ligação mais efetiva com o restante do país. A fim de suprir essa necessidade, o aeroclube, fundado em 1941 com uma pista de pouso, passa a receber vôos regulares, entre Erechim e Porto Alegre, e com novas melhorias efetuadas na pista, se torna possível também o pouso de aeronaves de empresas de maior porte, como a VARIG, REAL, CRUZEIRO DO SUL e SADIA. No ano 1962, o aeroporto de Erechim era o segundo do Estado em movimento de aviões, os quais transportavam a população e visitantes, do interior para a capital e restante do país, e também boa parte dos produtos das indústrias locais, especialmente produtos perecíveis oriundos dos frigoríficos da cidade.

Ainda nesse período, a Viação Férrea, que teve grande influência no desenvolvimento da cidade, inicia um processo de decadência, decorrente do "surto rodoviário Brasileiro", iniciado no governo Kubitschek, e refletindo na região, a mesma situação que já era enfrentada pela população do resto do país. A falência da rede ferroviária, que percorria a região e fazia a sua ligação com o Estado vizinho através de uma ponte de ferro²¹, prejudicou a continuidade do desenvolvimento do Município. Havia ainda um agravante maior: a ligação rodoviária, entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina pela BR-153, era feita por meio de balsas, uma vez que, ainda não havia sido construída uma ponte que fizesse a ligação entre os Estados, o que prejudicava, em muito, a exportação da produção da região. As estradas eram ainda muito precárias e o asfalto não chegara até a região. Em consequência disso, a economia do Município iniciou uma fase de estagnação.

²¹ Construída da década de 10, sobre o rio Uruguai, na cidade de Marcelino Ramos

5.

A QUARTA FASE - 1970-2000

Industrialização

A década de 70 é marcada pela decadência da atividade primária no Município, e a sua substituição gradativa, pela atividade comercial e industrial, o que ocorre até o fim da década. Com a emancipação dos distritos, e a conseqüente diminuição da área agrícola do município²², a atividade é enfraquecida.

A industrialização se torna ainda mais presente. Várias indústrias encontravam-se dentro do perímetro urbano da cidade, ocasionando diversos problemas, principalmente de ordem ambiental. A Administração Municipal inicia então, neste período, a busca de recursos para a implantação de uma área industrial que pudesse abrigar, de modo adequado, as indústrias do município. O processo é iniciado em 1974, sendo encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado, como Projeto de Lei, solicitando a utilização de uma área, localizada no polígono sul, antigo "matadouro público" para a instalação do Distrito Industrial. O projeto foi aprovado, porém o distrito acabou não se instalando no local.

Dando seqüência ao processo de incentivo à industrialização, em 1978 foi aprovada a Lei Municipal de nº1659/78, a qual instituiu a "Área Industrial". Esta lei, tendo como objetivo principal, a atração de novas indústrias para o Município, estimulando os empresários por meio dos incentivos fiscais²³. Uma nova área de terras, localizada no Polígono Sul, próximo a BR-153, foi adquirida pela Administração Municipal, com o apoio da Associação Comercial e Industrial de Erechim (ACCIE). A instalação definitiva do distrito se deu no ano de 1979, quando se iniciaram as obras de infra-estrutura. Já na década de 80, a Instaladora Técnica Industrial LTDA (INTECNIAL), empresa do ramo metal-mecânico, um dos ramos que acaba predominando na indústria local se torna a primeira empresa a se instalar no distrito.

²² Até a década de 70, o Município tinha perdido 14 distritos.

²³ Os incentivos fiscais, correspondentes à isenção de impostos pelo prazo de 10 anos eram oferecidos desde a década de 50.

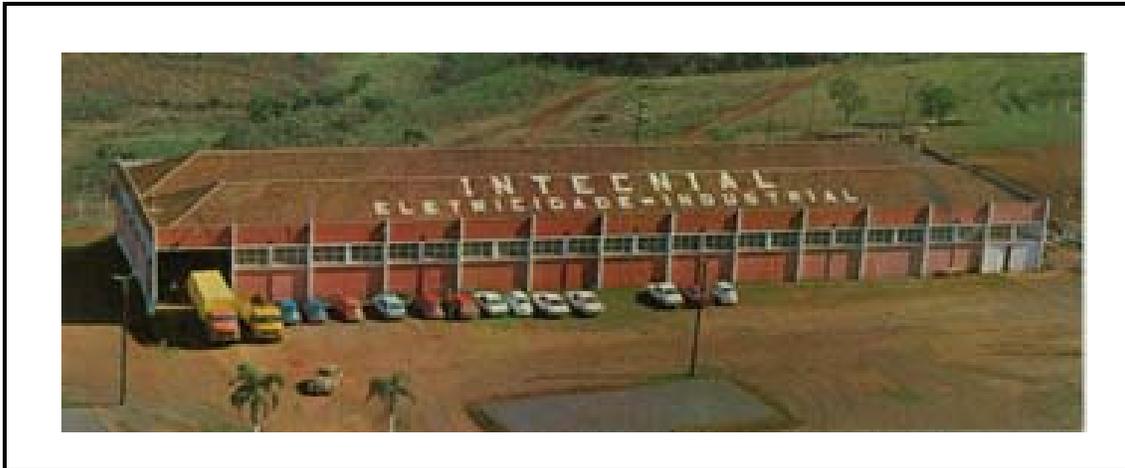


Foto 05 – Galpão da empresa Intecnial
Fonte: www.intecnial.com.br

Ao mesmo tempo em que a cidade busca a industrialização, o comércio continua como uma das principais atividades do Município. Com o asfaltamento da BR 153, e a posterior construção da ponte sobre o Rio Uruguai, na divisa com o Estado de Santa Catarina, que se deu em meados de 1975, a cidade voltou a se desenvolver economicamente. De acordo com ZAMBONATTO (2000, pg.20) "*A partir da abertura da ponte, Erechim deu um salto*".

A nova ligação rodoviária da cidade, com o restante do país, atrai investidores de outras localidades para o Município, alterando o modo como era explorada a atividade comercial na cidade, até então restrita às famílias de imigrantes, principalmente judeus, os quais ainda mantinham suas casas comerciais de pequeno e médio porte. A chegada das grandes empresas, com um novo sistema de crédito e grandes campanhas publicitárias, atraíram boa parte dos consumidores, alterando os seus hábitos de consumo, e, com a forte concorrência, fizeram com que os comerciantes locais se retirassem para dar lugar às grandes lojas, alterando, devido a isso, a configuração urbana, especialmente da área central.

PLANO DIRETOR E EXPANSÃO URBANA

Com o constante crescimento e a falta de regulamentação efetiva, inicia-se a partir de 1970 a especulação a respeito da necessidade de elaboração de um plano diretor. De acordo com ZAMBONATTO (2000), foram feitos diversos contatos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU²⁴, com o objetivo de obter orientação e financiamento para a elaboração do plano.

No ano de 1974 foi aberto o processo de licitação, contando com a participação de integrantes da equipe do SERFHAU, os quais o assessoraram. A empresa vencedora apresentou os estudos para o Plano Diretor do Município no ano de 1975.

O Plano, foi então submetido à apreciação da Câmara de vereadores e, de acordo com o mesmo autor, o processo ficou por vários anos "*peregrinando pelas gavetas e comissões da Câmara*" sem, contudo, obter aprovação, devido a problemas de cunho político. A aprovação se deu somente em 1981, seis anos após a entrega do projeto por parte da empresa contratada.

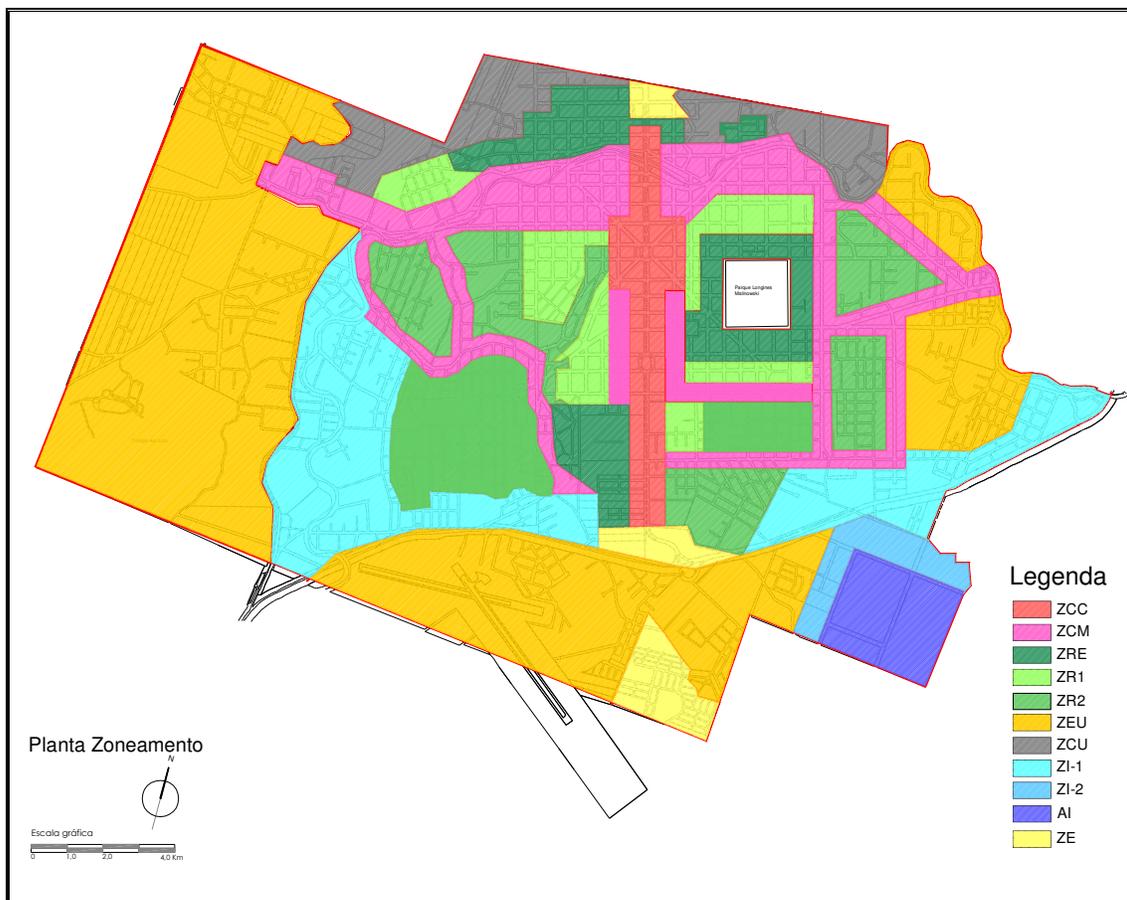
O desenvolvimento da cidade ficou por 68 anos regulamentado por um código de obras da década de 30, o qual, embora estabelecesse algumas regras, não conseguia atender a demanda do crescimento da população, nem estar em acordo com as novas tecnologias. De acordo com relatos de funcionários do setor de análises da Secretaria Municipal de Obras, os projetos encaminhados à Secretaria até a aprovação do plano, eram analisados a partir da Lei Estadual 6503/72 e Decreto 23430/74, "Regulamento sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde pública", onde havia algumas regras gerais sobre edificações e parcelamento do solo, considerando a salubridade da edificação.

O novo plano diretor institui no Município o "Zoneamento Urbano", através da Lei nº1733/81, o qual parcela a cidade em setores de atividades e

²⁴ SCHMIDT (1983) coloca que, a SERFHAU foi criada para atender os emergentes problemas urbanos. A seguir durante o governo Costa e Silva foi criado o Programa de Ação Concentrada (PAC) destinado a dar atenção às questões de saneamento, habitação e reformas administrativas ao nível municipal. Todos os planos deveriam ser feitos por firmas privadas, sob a supervisão da SERFHAU.

determina usos e índices para cada zona delimitada. As zonas criadas pelo plano diretor foram:

- ZCC – Zona Comercial Central
- ZCM – Zona Comercial Mista
- ZRE – Zona Residencial Exclusiva
- ZR1 – Zona Residencial Prioridade I
- ZR2 – Zona Residencial Prioridade II
- ZEU – Zona de Expansão Urbana
- ZCU – Zona de Contenção Urbana
- ZI1 – Zona Industrial
- ZI2 – Zona Industrial Exclusiva
- AI – Área Industrial
- ZE – Zona Especial



Mapa 11 – Planta de Zoneamento da cidade conforme a lei 1733/81
Fonte: Prefeitura Municipal Erechim

Já havia na cidade, nesse período, um zoneamento de atividades, ocorrido de modo espontâneo. A área central sempre foi mantida como o centro comercial. Desse modo, o plano apenas reiterou essa função, estendendo a zona comercial central por toda extensão da Avenida Sete de Setembro, a qual, até então, não havia ainda sido amplamente explorada comercialmente. As denominadas Zonas Comerciais Mistas (ZCM), onde a atividade comercial era permitida, em conjunto com a residencial, foram implantadas em todos os eixos principais da cidade e nas suas áreas limítrofes.

Se, por um lado, o plano objetivava a expansão, com o zoneamento, por outro, continha o desenvolvimento da cidade. As áreas a oeste, sul e leste de topografia menos acidentada, foram consideradas Zonas de Expansão Urbana - ZEU, e a porção norte, área menos propícia à ocupação, devido a topografia mais acidentada, foi considerada como Zona de Contenção Urbana - ZCU. A instalação de indústrias foi prevista em áreas próximas aos acessos rodoviários (BR-153, RS480), devido ao fato de que no momento da execução do plano, ainda não havia uma definição quanto ao local onde seria implantado o Distrito Industrial.

Fazia parte do conjunto de leis do Plano Diretor, a instituição do zoneamento urbano; o novo código de edificações (Lei 1736/81); a legislação referente ao parcelamento do solo urbano (Lei 1735/81) e a legislação referente à organização do sistema viário urbano (Lei 1734/81).

Nesse mesmo período em que se deram os impasses sobre a aprovação do Plano Diretor do Município, foi verificada a necessidade de ampliação do perímetro urbano, pois os limites da cidade ainda eram os mesmos estabelecidos em 1938, aproximadamente 480 Ha. Do mesmo modo como houve impasses em relação à aprovação do Plano Diretor, havia também, impasses na aprovação da expansão do perímetro urbano.

Foi negada a ampliação do perímetro urbano (...) A cidade era praticamente só o centro. O restante era considerado área suburbana e como tal, o imposto era mínimo. Havia propriedades a algumas quadras do centro da cidade, dispendo de toda a sorte de equipamentos urbanos, tais como água, luz, calçamento, telefone, colégio e hospital, mas que estavam cadastradas como área rural. (ZAMBONATTO, 2000, pg. 54)

A aprovação da ampliação se deu somente em 1977, quando o perímetro urbano ficou com uma área aproximada de 2600 Ha, praticamente seis vezes maior do que a área anterior, tornando *urbana* toda a área classificada como *suburbana* até então.

Nas décadas de 70 e 80 os índices de crescimento da população urbana diminuíram de ritmo, se comparados à década anterior. O crescimento da população na década de 70 foi de 4% ao ano e na década seguinte de 2% ao ano. No entanto, a ocupação urbana é comparável ao período compreendido entre as décadas de 50 e 60.

Vários loteamentos foram implantados em todo o perímetro urbano e suburbano, ocupando parte dos vazios existentes, expandindo, mais uma vez, a malha e criando, desse modo, novas áreas sem ocupação a espera de valorização imobiliária.

Mesmo com a ocupação de alguns vazios urbanos, a densidade demográfica do perímetro urbano ainda era muito baixa, em torno de 18%²⁵, o que demonstrava a dispersão dos habitantes na malha urbana. Este processo, já verificado nas décadas anteriores, demonstra claramente a influência exercida pelo capital imobiliário, por meio da especulação imobiliária vigente, na criação de novos loteamentos em áreas mais afastadas do centro e a preços mais baixos, o que valorizava os lotes das áreas mais centrais, expulsando a população menos favorecida para a periferia da cidade.

Simultâneo à expansão horizontal da cidade, o processo de verticalização, delineado no fim da década de 50, tem continuidade efetiva na década de 80. Impulsionados pelas facilidades estabelecidas no novo plano, e pela valorização dos lotes localizados nas áreas centrais da cidade, novos edifícios, de mais de quatro pavimentos, gabarito que era predominante na cidade, são edificados por construtoras na área central da cidade, como se verifica na vista aérea da cidade na final da década de 80.

²⁵ Para este cálculo foram considerados os dados censitários de 1980.



Foto 06 – Vista área central cidade – Av. Maurício Cardoso – Final da década de 80
Fonte: Beto Hachmann

DÉCADA DE 90

Dando continuidade ao processo já verificado nas décadas anteriores, na década de 90 é registrado também um razoável aumento na população urbana, cerca de 3% ao ano. Especulou-se que o fato possa ser resultado do possível incremento na atividade industrial, a qual se torna uma das principais atividades do Município na década, em conjunto com o setor de comércio e serviços.

A agricultura, setor responsável pelo desenvolvimento do Município nas décadas anteriores, representa agora, apenas uma pequena fração na economia municipal.

A crescente atividade comercial já não se concentrava mais somente na área central, difundindo-se para os bairros, onde foram criados novos centros comerciais. Alguns já possuíam as possuíam, como o bairro Três Vendas, que desde a implantação do Município, era usado como entreposto comercial e

industrial, devido à sua localização estratégica, em um dos acessos ao Município. Contudo, apesar da atividade industrial ter se estabelecido parcialmente no bairro, com a instalação de alguns frigoríficos, a atividade comercial é a que predomina.

A área próxima à universidade, que até a metade da década de 90 era estritamente residencial, tem sua característica principal, alterada com a instalação de um supermercado e centro comercial denominado “*Master Sonda Shopping*”. O primeiro shopping da cidade, ilustrado na imagem abaixo, cria uma nova função para o bairro, até então estritamente residencial, excetuando-se algum comércio local e a universidade, incentivando o desenvolvimento maior daquela região.



Foto 07 – Vista aérea do “Master Sonda Shopping”
Fonte: Beto Hachmann

NOVO PLANO DIRETOR

Em 1992 tem início a elaboração de um novo Plano Diretor para a cidade. No período em que era discutido e elaborado pela Prefeitura Municipal, em conjunto com a Universidade e comissões representativas de segmentos da sociedade, foi implantado um plano denominado "Emergencial", com o objetivo de estabelecer um período de transição entre o antigo . O Plano Emergencial, aprovado em abril de 1992, institui uma nova lei de zoneamento para a cidade, e cria um novo código de edificações, continuando em vigência a legislação anterior referente a parcelamento do solo e sistema viário.

A principal alteração ocorrida em relação ao plano anterior se refere à delimitação clara da altura máxima de edificação, estabelecida no novo plano em 45 metros ou 15 pavimentos, e um aumento considerável no índice de aproveitamento, que chega a 5 (cinco) na ZCC para uso residencial multifamiliar vertical, comércio, serviços e garagens. Verifica-se que existe uma intenção de adensamento da área central, bem como um incentivo à construção de edifícios residenciais, comerciais e de prestação de serviços.

O incentivo à verticalização, proporcionado pelo plano diretor, em conjunto com a abertura de novos financiamentos pelo governo federal, marcam o início da década de 90 como o grande "boom" imobiliário na cidade. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Obras, a metragem construída, praticamente duplicou nos anos 90, em relação aos anos 80. Em 1993 foram aprovados aproximadamente 243.000 m² de construção na cidade, um valor bastante significativo se comparado ao de outros anos.²⁶

Em 1994 entra em vigor o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade de Erechim - PDDU. Este novo plano altera completamente o zoneamento urbano e cria novas políticas para o desenvolvimento da cidade como instituição da "permuta de índice construtivo". Esta permuta poderia ocorrer, a princípio na área adjacente a área central. O índice máximo previsto para esta zona seria de 3,5, sendo que ,com a permuta, se poderia chegar ao índice máximo de 5,0, permitido somente na área central, novamente adensada com um índice excessivo e taxas de ocupação que possibilitavam o uso de 100% do lote na base da edificação, impermeabilizando assim todo o

terreno. Posteriormente os índices foram modificados por uma nova Lei, sendo 3,5 o índice máximo, podendo chegar a 5,0 com a permuta de índices.



Foto 08 – Vista aérea da área central na década de 90
Fonte: Beto Hachmann

A verticalização segue no mesmo ritmo dos anos anteriores. Como resultado, tem-se uma área central bastante verticalizada e adensada se comparada à década anterior, como se pode observar na vista aérea da cidade, com ênfase na área central, já bastante verticalizada, com várias edificações de maior altura concluídas e algumas em construção.

POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO

A partir da década de 90, o governo dá início a Política Municipal de Habitação Social, com a criação de vários loteamentos denominados como “Sociais”. O primeiro a ser implantado, “Loteamento Social 1”, foi situado no Bairro Presidente Castelo Branco, Polígono Sul, próximo a BR 153, local onde se iniciou a localização dos parcelamentos, destinados pelo Estado, às classes menos favorecidas da cidade, já na década de 30.

²⁶ Dados obtidos em ROCHA (1997)

De 1990 a 1992 foram implantados nove loteamentos sociais na cidade; todos localizados na periferia do Município, em áreas ainda não ocupadas e com pouca infra-estrutura, seguindo a lógica da ocupação de áreas mais baratas para habitação social.

Os Loteamentos, de acordo com depoimento informal do Secretário de Habitação da época, eram executados com recursos próprios da Prefeitura Municipal, e os lotes eram vendidos “praticamente” à vista, uma vez que durante este período não havia recursos do Governo Federal para este tipo de empreendimento.

Em 1992 a implantação de um loteamento social, denominado “Loteamento Social 10”, iniciou um processo de ocupação da área localizada no lado sul da BR 153, com o intuito de instalar ali os trabalhadores do Distrito Industrial, localizado em área próxima a este loteamento. A partir de sua ocupação, ocorre uma grande expansão urbana da cidade para aquela região, e uma grande área adjacente ao loteamento é parcelada por empresas particulares.

A partir da segunda metade da década de 90, são criadas Cooperativas Habitacionais no Município, com o objetivo de criar núcleos para assentar seus associados, composto em sua maioria por trabalhadores das Indústrias e do Comércio da cidade. A primeira cooperativa a atuar no município, COOPERHABIC, Cooperativa Habitacional da Indústria e Comércio, dá início ao processo de criação de núcleos habitacionais, implantando um loteamento próximo ao Distrito Industrial e ao Loteamento Social 10, e, num espaço de menos de um ano, inicia a ampliação do referido loteamento. Em menos de uma década, aquela área da cidade atinge uma população de 3.495 habitantes²⁷.

Onde há menos de dez anos, havia apenas plantações de erva-mate, hoje habita uma grande parte dos trabalhadores da cidade, em um novo bairro, criado em 1999 e denominado Bairro Atlântico, se tornando um dos maiores bairros, tanto em extensão, quanto em população do Município atualmente.

²⁷ Conforme dados do censo IBGE do ano 2000



Foto 9 – Vista aérea Bairro Atlântico no final década de 90.
Fonte: Beto Hachmann

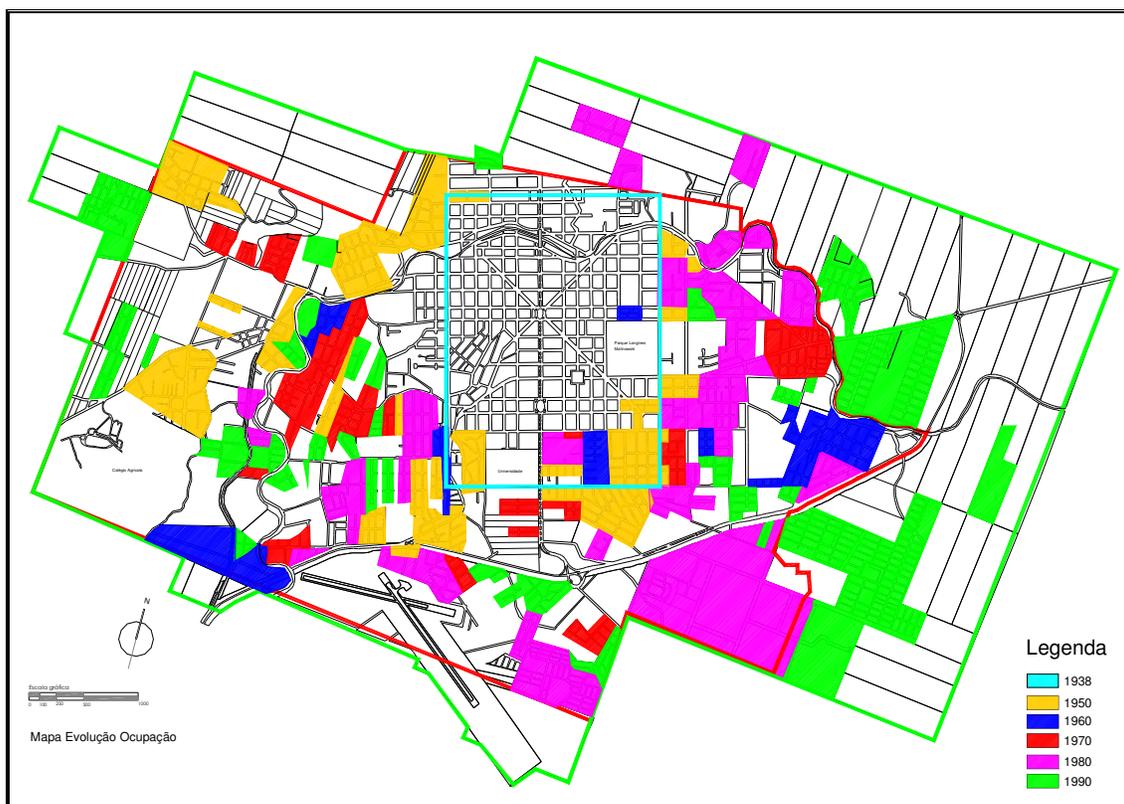
No fim da década de 90, outra região da cidade, a região noroeste, expande-se rapidamente, impulsionada pela política habitacional implantada pelo Governo Municipal. A região começa a receber, a partir de 1997, outra leva de moradores, os quais ocupam mais três loteamentos sociais. DO mesmo modo que ocorreu na região próxima ao Distrito Industrial, os empreendedores particulares aproveitaram a criação de infra-estrutura a fim de implantarem ali seus empreendimentos. A COOPERHABIC novamente implantou um núcleo habitacional próximo a área parcelada pela prefeitura, proporcionando um considerável aumento da população nesta área da cidade.

Os lotes, resultantes do parcelamento efetuado pelo Governo Municipal, têm dimensões reduzidas 250,00 m². Posteriormente, através de alteração de Lei Municipal, foi permitido também às cooperativas que, associadas ao Poder Público Municipal, poderiam executar os parcelamentos em lotes menores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

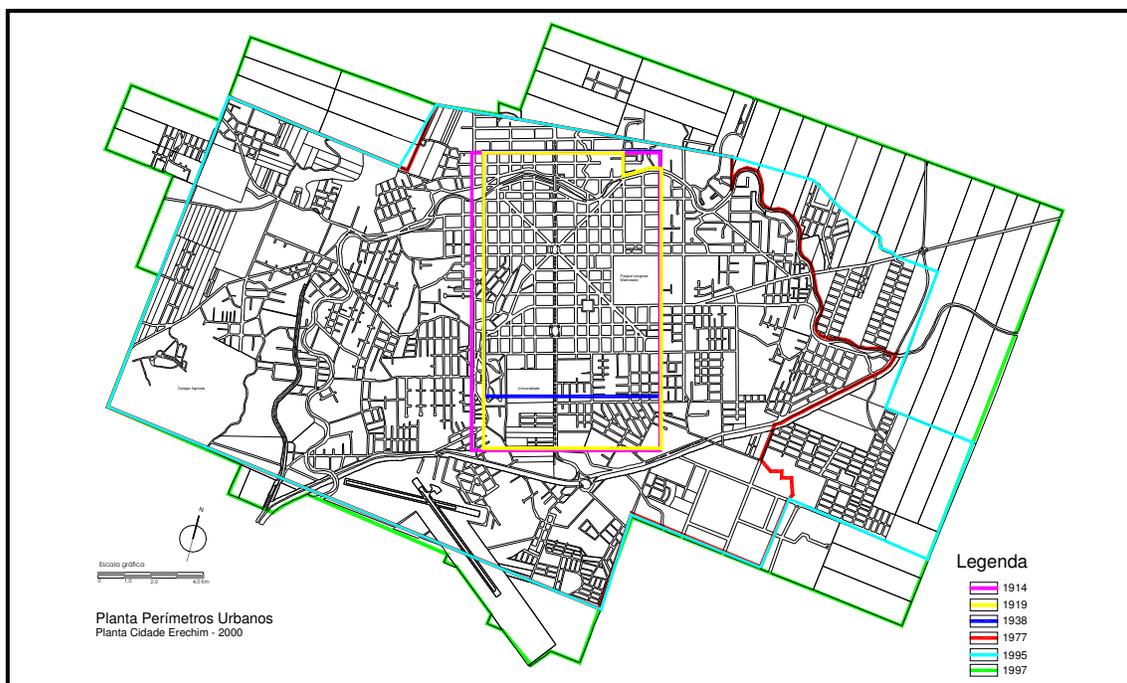
O processo de urbanização da cidade, movido pela especulação imobiliária e com o apoio do poder público, resultou em uma malha fragmentada, repleta de vazios urbanos.

O mapa da evolução urbana da cidade, reproduz parcialmente a evolução da ocupação da malha da cidade, por meio da instalação dos loteamentos²⁸. Pode se observar que, conforme citado anteriormente, a partir da década de 50, inicia o processo de ocupação das áreas suburbanas, que tem continuidade nas décadas seguintes, ocupando áreas cada vez mais distantes da área central.



Mapa 12 – Mapa evolução urbana da cidade
Fonte: Prefeitura Municipal Erechim

²⁸ Os loteamentos cadastrados são aqueles aprovados na Prefeitura Municipal a partir da década de 50, anteriormente a esta data não havia cadastro dos loteamentos junto à prefeitura.



Mapa 13 – Planta dos perímetros urbanos da cidade
 Fonte: Prefeitura Municipal Erechim

Concluindo, pode se afirmar que, a atual configuração urbana da cidade não se assemelha mais àquela sonhada pelos idealizadores da cidade. A memória urbana aos poucos vem sendo abandonada, esquecida, em prol do rápido desenvolvimento e crescimento travestido de “progresso e modernidade”.



Foto 10 - Vista aérea da cidade em 2004
 Fonte: Beto Hachmann

CAPÍTULO 2

História da Paisagem da Área Central



HISTÓRIA DA PAISAGEM DA ÁREA CENTRAL

A cidade revela em suas diferentes paisagens o resultado de acúmulos de tempos, de processos de mudanças sociais, econômicas e políticas, enfim traz as marcas da cultura das diversas sociedades que por ali passaram, se instalaram e se modificaram.

A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades da nova estrutura social. (SANTOS, 1982, pg. 38).

Desse modo, a paisagem não é permanente, pois, transforma - se seguindo os fluxos da sociedade em permanente mutação. As transformações são constantes nem definitivas. Partes de uma paisagem podem se modificar e outras podem continuar intactas. Desse modo, uma mesma paisagem pode ser composta por fragmentos de outras, de diferentes períodos de tempo, representando diversos momentos do curso natural do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem reproduz, em um instante, vários outros passados; não é somente fruto da história, reproduz a história. SANTOS (1997) assemelha o estudo da paisagem a uma escavação arqueológica, pois:

Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de tempos pregressos, embora estes apareçam integrados ao sistema social presente, pelas funções e valores que podem ter sofrido mudanças drásticas. (SANTOS, 1997, pg. 55).

É, portanto, na área central da cidade, que é possível perceber de modo claro, as transformações das paisagens, devido ao fato de ser a área correspondente, na maioria delas, ao núcleo inicial de ocupação; a área mais antiga, local onde se construíram as primeiras moradias; onde foi estabelecido primeiramente o comércio; onde se realizaram os primeiros eventos festivos; os encontros; os cultos, enfim; é o espaço onde os integrantes da sociedade expõem seus valores e sua cultura, a qual é refletida diretamente na paisagem. De acordo com LEFEBVRE (2002) o essencial do fenômeno urbano

é encontrado na centralidade, a qual advém desde o primeiro re-colhimento e da primeira re-coleção de objetos dispersos na natureza e desde o primeiro ajuntamento ou amontoado de frutos. Ainda, de acordo com o mesmo autor; a prática de reunir, amontoar, recolher, é, desde o princípio, essencial na prática social.

A centralidade, que concerne às matemáticas, concerne também ao drama. Ela os reúne, como reúne tudo, inclusive os símbolos e os signos (entre eles os da reunião). Os signos do urbano são os signos da reunião: as coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto, calçada, etc.) e as estipulações da reunião (praças, luzes, etc.). O que evoca o urbano com mais força? A profusão das luzes, à noite, sobretudo quando se sobrevoa uma cidade – o fascínio das luzes, dos neons, anúncios luminosos, incitações de toda espécie – a acumulação simultânea das riquezas e dos signos. (LEFEBVRE, 2002, pg. 111).

A área central é, portanto o espaço onde se concentra a maior parte dos elementos que podem contribuir para a compreensão das transformações da paisagem de uma cidade; elementos citados por CASTELLS(2000) como sendo os Sistemas Econômico, Político Institucional e Ideológico.

O centro é o espaço que permite, além das características de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada destas atividades. A área central geralmente é o ponto de partida de uma cidade que, delimitado espacialmente desempenha um papel ao mesmo tempo integrador e simbólico. (CASTELLS, 2000, pg. 311)

Como ponto de partida da cidade, a área central traz, representada nos seus signos e símbolos, a identidade cultural da sociedade que a construiu, representando, desse modo, os valores culturais e ideológicos dessa sociedade; sendo, portanto local de condensação da memória urbana da cidade.

A ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE ERECHIM

A cidade de Erechim, possui uma área central bem caracterizada e concentradora de funções, mas que aos poucos vem modificando sua estrutura, com a alteração de usos, e um constante processo de renovação urbana.

O centro da cidade foi definido no decorrer de sua história. Antes mesmo da implantação do plano urbano, a cidade teve o seu desenvolvimento iniciado nas proximidades da Estação Ferroviária, onde a função comercial se concentrava. Os regulamentos do primeiro plano urbano ratificou esta já presente "centralidade", projetando a Avenida José Bonifácio e a Praça Cristóvão Colombo, ligando-as diretamente à Estação. De acordo com CASTELLS (2000, pg. 234) "Descobrir os "centros urbanos" não é partir do dado (o centro da cidade), mas retrazar as linhas de força do conjunto de uma estrutura urbana mostrando suas articulações.

A ocupação da cidade, portanto, foi iniciada na região próxima à Estação, se concentrando nessa área e se estendendo em direção à Praça Cristóvão Colombo, mesmo que a área urbana ,delimitada no plano, possibilitasse uma ocupação esparsa.

O Sistema Econômico, constituído pelas funções de produção, consumo e troca, sempre foi o mais destacado na área central, por meio das instituições financeiras e do comércio, o qual era composto pelas mais diversas atividades. A moradia, função que se fez bastante presente no início da ocupação, já não pode mais ser considerada como uma das funções primordiais da área central, visto encontrar-se em permanente declínio nesta área.

O Sistema Político-Institucional, definido por CASTELLS(2000), por meio das relações de *dominação-regulação* e *integração-repressão* exercidas pelas Instituições públicas, foi bem delimitado no primeiro plano urbano da cidade. A Prefeitura Municipal²⁹ e o Fórum se localizam na Praça da Bandeira, considerada o "Centro político-institucional" do Município desde o início de sua ocupação. De acordo com o que já foi citado: no primeiro plano urbano já fora prevista tal definição, com a localização da sede administrativa da Vila junto à

²⁹ Exceção da Secretaria de Educação e Cultura, a qual se encontra hoje no bairro Três Vendas.

Praça. Dentro do sistema político-institucional, destaca-se ainda, a presença da função educação, bastante presente ainda na área central. Entretanto, com a expansão e criação de novos bairros, está presente também neles, inclusive nos mais distantes.

A área central é caracterizada, também, como “Centro Simbólico” ou “Ideológico” por concentrar todos os valores culturais da cidade expressos nos símbolos, nela contidos.

O centro simbólico é a organização espacial dos pontos de interseção dos eixos do campo semântico da cidade, quer dizer o lugar ou os lugares que condensam de uma maneira mais intensa a carga valorizante, em função da qual se organiza de forma significativa o espaço. (CASTELLS, 2000, pg. 318)

O papel de centro “Lúdico”, de acordo com CASTELLS, concentrador de lazeres, não apenas como local onde estão concentrados os bares, restaurantes, cinemas, mas também, como local que proporciona a sublimação do ambiente urbano, ainda se faz presente na área central da cidade, mesmo que em menor escala e de modo diverso que fazia nas décadas anteriores.

É, portanto, na área central da cidade, seu núcleo original, que está concentrada toda a história urbana. Sendo possível identificar neste espaço, os processos de transformação que resultaram na paisagem atual.

ÁREA CENTRAL ERECHIM Estrutura Urbana 2000



Mapa 14 - Mapeamento das funções urbanas na área central
Fonte: Modificado de Prefeitura Municipal por Karla Fünfgelt

1.

AS PRIMEIRAS TRANSFORMAÇÕES

Instalação da Colônia - Plano Urbano

O ponto de partida – A Estação Ferroviária

O início da ocupação da cidade de Erechim se deu, de acordo com o que já foi citado no capítulo anterior, à revelia da vontade do Estado. Os moradores chegavam à região por meio da Viação Férrea e aos poucos ocupavam as terras até então despovoadas e cobertas pela mata nativa, abrindo clareiras e retirando a madeira que serviria como material a ser utilizado para a construção de suas moradias.

Desse modo, esses primeiros moradores, na maioria imigrantes excedentes das colônias velhas, instalavam suas casas comerciais e residências nas proximidades da Estação e linha de trens, a qual era, portanto, o ponto de partida da cidade.



Foto 11 – Vista Estação Paiol Grande em 1912
Fonte: Frederico Stein

Em uma primeira imagem da Vila, datada de 1912, é possível observar, em primeiro plano, a Estação Paiol Grande, construída em alvenaria seguindo

a mesma tipologia adotada em outras estações da região e das colônias velhas, e, em segundo plano, a edificação de propriedade do Sr. Antonio Pedrollo, que, de acordo com KARNAL (1926, pg. 49), teria sido o primeiro comerciante da Vila Paiol Grande. O Sr. Pedrollo, de acordo com a mesma fonte, era o fornecedor dos produtos que serviam para subsistência dos trabalhadores da companhia responsável pela construção da Ferrovia, e para os moradores que começavam a se instalar na Vila.

Já em 1911 instalou-se na Vila o Sr. Albano Albino Stumpf com mais uma casa comercial. Posteriormente o Sr. Stumpf instala o primeiro hotel da Vila Paiol Grande. Foi na casa do Sr. Albano Stumpf que, de acordo com FRAINER (1936), se realizou a primeira missa na Vila Paiol Grande e onde foi hasteada a primeira bandeira do Brasil, em comemoração cívica.

Plano Urbano

Em 1914, a partir da implantação do plano urbano de Torres Gonçalves, é iniciado um processo de transformação da paisagem urbana, da então Vila de Paiol Grande, o qual resultará na sua configuração futura.

O plano adotado, de acordo com o que já foi descrito no capítulo anterior, é o traçado em malha xadrez, com avenidas diagonais superpostas à malha principal. A implantação do plano ocorre no ano de 1914, mesmo ano em que foi apresentado, como objetivo de solucionar rapidamente o problema da ocupação irregular da área da Vila. Para tanto, as residências e casas comerciais construídas antes de sua implantação, tiveram de ser relocadas para os lotes que foram concedidos aos seus proprietários.

Mesmo com a forte intervenção do Estado, que implantava o plano urbano, a Vila se desenvolve a partir da Estação Ferroviária. A ocupação dos lotes e a abertura das ruas ocorrem a partir da estação e nas proximidades da mesma.

Aos poucos, a população da Vila, que até então havia se desenvolvido de forma espontânea, procura se adaptar as formas rígidas do traçado estabelecido pelo plano. As edificações, agora alinhadas, obedeciam a uma ordem pré-determinada, porém ainda não era possível perceber, totalmente, a racionalidade e a ordenação determinada pelo plano.

A ocupação dos lotes reproduzia os hábitos dos imigrantes; as casas eram construídas em alinhamento com a rua, lado a lado, porém nunca geminadas, de modo como ocorria na época da ocupação, realizada nos tempos coloniais. Nos fundos de alguns lotes eram cultivados legumes e verduras em uma horta, onde havia também um pomar, com árvores frutíferas, os quais serviam para a subsistência da família. É possível observar que o uso dos espaços abertos nos lotes variava de acordo com a etnia a que pertenciam os imigrantes, que deixavam transparecer na ocupação do lote e em sua residência seus hábitos e costumes.

As residências eram construídas em madeira, rústicas a princípio. As paredes eram feitas de tábuas largas, aplainadas, encostadas umas as outras e vedadas com tábuas mais estreitas (mata-juntas); os telhados eram feitos com lascas de madeira (mais tarde substituídas por telhas de zinco), em duas águas com grande inclinação³⁰, resultando em mais um cômodo na casa, utilizado para o armazenamento de alimentos, ferramentas, secagem de cereais ou então, como mais um dormitório.

Os comerciantes destinavam o primeiro pavimento de suas casas à função comercial e o segundo pavimento para a residência de suas famílias. Em algumas edificações haviam também os porões, que, devido aos problemas de topografia, encontrados no local após a abertura das ruas, eram feitos em pedras e ficavam abaixo do nível da rua, na parte frontal da casa, fazendo com que a parte térrea, a qual servia para a atividade comercial, ficasse ao nível da rua. O porão era utilizado, na maioria das vezes, como depósito de mantimentos, ferramentas, entre outros³¹.

As edificações tinham uma arquitetura simples, sem ornamentos, produzidas de acordo com o material que havia à disposição na época. É possível observar pelas imagens, que as construções seguiam um mesmo padrão, excetuando-se pelas dimensões. Mesmo com a diversidade étnica dos primeiros moradores, o estilo de construção das casas da vila era o mesmo do utilizado na arquitetura dos imigrantes italianos. A similaridade das

³⁰ A grande inclinação dos telhados era decorrente dos conhecimentos que os imigrantes haviam trazido consigo de seus países de origem, onde os telhados eram construídos com grande inclinação, evitando desse modo o acúmulo da neve.

³¹ O hábito da construção do “porão” persiste até os dias de hoje na cidade, onde as residências mais humildes construídas nos bairros da cidade são edificadas sob pilotis, os quais recebem posteriormente, o

construções é justificada pelo fato de que a maior parte dos construtores do período, era de origem italiana.



Foto 12 – Casa comercial da Família Pagnoncelli
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

A exceção é feita em relação a uma edificação construída em 1915, a qual sediaria a “Comissão de Terras”³², no local destinado, no projeto de Torres Gonçalves, à administração da Vila. O estilo arquitetônico utilizado na construção difere totalmente do padrão adotado para as edificações construídas pelos demais moradores da Vila. Para a construção foi contratado o Sr. Germano Müssig, construtor e possível idealizador da obra³³.

A obra se diferenciou das demais pela sua suntuosidade e pela riqueza de detalhes, até então ausentes na arquitetura local. Os materiais utilizados na construção do “Castelinho” foram trazidos de outras regiões. Mesmo assim,

fechamento em alvenaria, para uso como depósito, do mesmo modo que nos tempos remotos, mesmo que a residência esteja em terreno plano.

³² O Castelinho, como é chamada a edificação, foi tombado pelo Estado do Rio Grande do Sul em 1991, e seu patrimônio foi repassado ao município em 1998.

algumas semelhanças podem ser percebidas em relação às edificações construídas pelos moradores da Vila.

Os telhados foram executados com grande inclinação, do mesmo modo que foi construído um "porão" de pedras. No entanto, ao contrário das residências cujos porões eram executados a fim de nivelar a parte térrea à rua, o construído no "Castelinho" elevou a edificação, conferindo-lhe uma imponência maior, com a construção de uma escadaria, a qual viabilizava o acesso ao interior do prédio.



Foto 13 - Construção do "Castelinho" em 1915
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Neste período a área central da Vila já estava com parte das ruas abertas e os lotes parcialmente ocupados. A Av. Brasil que margeava a Rede Ferroviária e a Av. José Bonifácio, denominada nos relatórios da Comissão de Terras como "avenida principal", do mesmo modo que a praça Cristóvão Colombo, foram as primeiras a serem abertas. A pavimentação era feita com o próprio barro adensado (macadame). Com isso, na época das chuvas as ruas

³³ O "construtor", na época, era além do executor da obra, o seu projetista.

ficavam enlameadas, tornando quase impossível o trânsito de pedestres. Durante o período mais seco, a poeira vermelha se disseminava por toda a Vila.

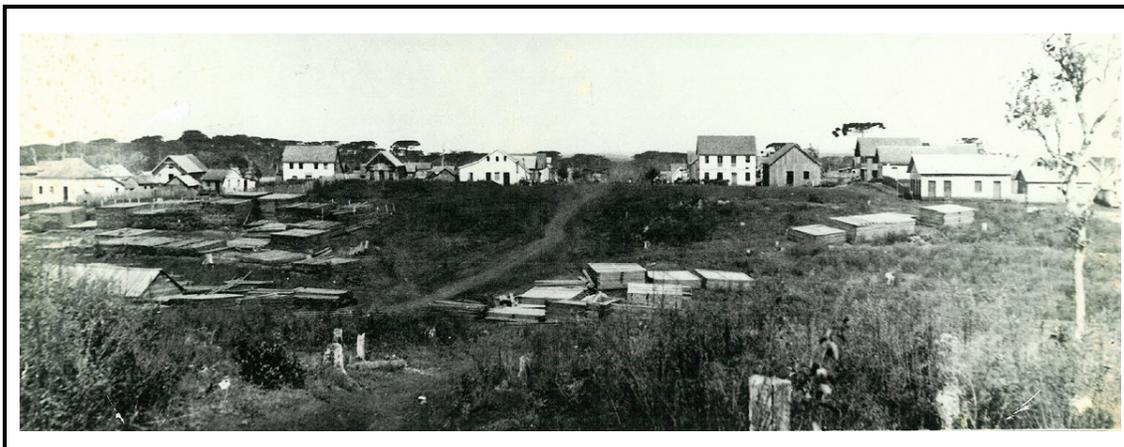


Foto 14 – Imagem da Vila a partir do final da Av. José Bonifácio em 1918.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

A imagem acima, uma vista da Av. José Bonifácio em 1918 a partir dos trilhos da Viação Férrea, no sentido Norte-Sul, ilustra a ocupação próxima à estação e à avenida, a qual já se destaca na paisagem, fragmentando a mata, ainda então abundante, e mostrando a topografia irregular da Vila.

Vida Urbana

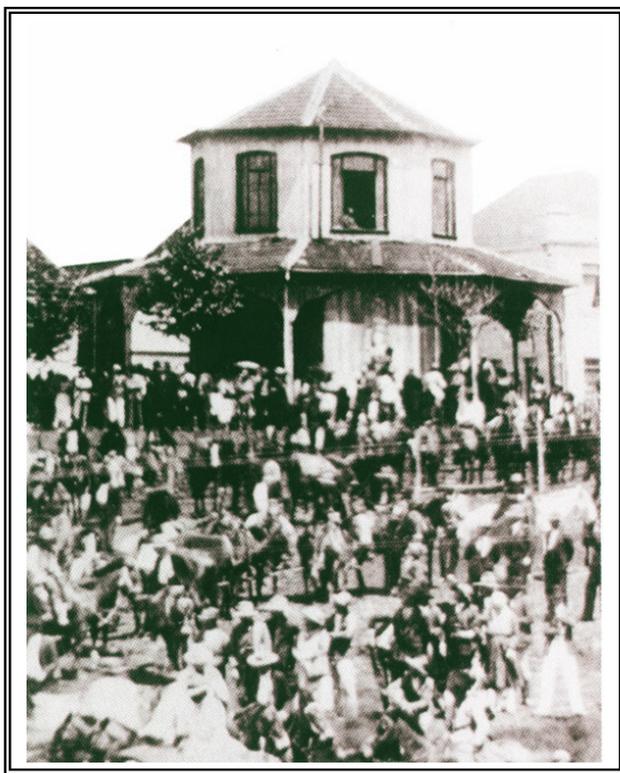
Com o desenvolvimento da Vila e o conseqüente aumento da população, já se verificava uma vida urbana em ebulição. A linha de trens, principal meio de transporte da época, trazia a população de outras localidades a fim de realizarem as trocas no comércio da vila. Os colonos traziam a sua produção e realizavam as trocas por outros artigos no comércio local. Este era diversificado, havendo desde os armazéns de “secos e molhados” até lojas especializadas em tecidos e confecções.

De acordo com o Sr. Helly Parenti:

“(...) a cidade começou lá em cima na praça Júlio de Castilhos por causa da Viação Férrea, e o movimento de Erechim era tão grande naquele tempo, tinha oito hotéis ao redor da Viação Férrea, hoje nós temos oito em toda a cidade; era um movimento de trens, gente vinha para Erechim porque era o eldorado, tinha tudo. Vinham se abastecer, fazer compras, comprar o enxoval da filha, e até não era muito pro filho, por que a filha ganhava uma máquina de costura e uma peça de tecido e o filho ganhava uma colônia. No meu tempo era assim.” (Sr. Helly)

Em frente à estação de trens estava localizada a Praça Julio de Castilhos, que neste período se tornou importante local de reunião da população e visitantes da Vila, os quais usavam a área para aguardar o trem.

Na praça, foi instalado um bar, denominado “Bar do quiosque”. A edificação em madeira, construída por Frederico Müssig, filho de Germano Müssig, tinha a forma de um coreto. O local ficou conhecido pelas diversas atividades de lazer e diversão que ali eram realizadas.



Os “saraus” dançantes eram realizados nos sábados à noite e aos domingos era a vez das “matinês”, animadas por uma orquestra. As atividades festivas realizadas no quiosque não ficavam restritas apenas aos fins de semana; às quartas-feiras a Banda Municipal fazia a “retreta”, e nos demais dias, a direção oferecia refeições e jogos, mantendo desse modo o local constantemente movimentado.

Foto 15 – Bar do quiosque na década de 20
Fonte: Detoni, 1999

2.

NOVAS TRANSFORMAÇÕES

Incêndios - Código de Obras

A década de 30 é marcada por grandes transformações na paisagem urbana da área central da cidade. O novo prefeito, o advogado Dr. Amintas Maciel, que assume ao cargo em Dezembro de 1930, nomeado pelo Interventor Federal do Rio Grande do Sul³⁴, estabelece novas normas a serem aplicadas na cidade, a qual, devido ao seu grande desenvolvimento “precisa tomar outra feição³⁵”, demonstrando desse modo uma preocupação bastante grande em relação ao seu aspecto físico. Os primeiros atos do governo municipal em relação à imagem da cidade, dizem respeito à proibição da construção de edificações em madeira em uma determinada área de seu perímetro.

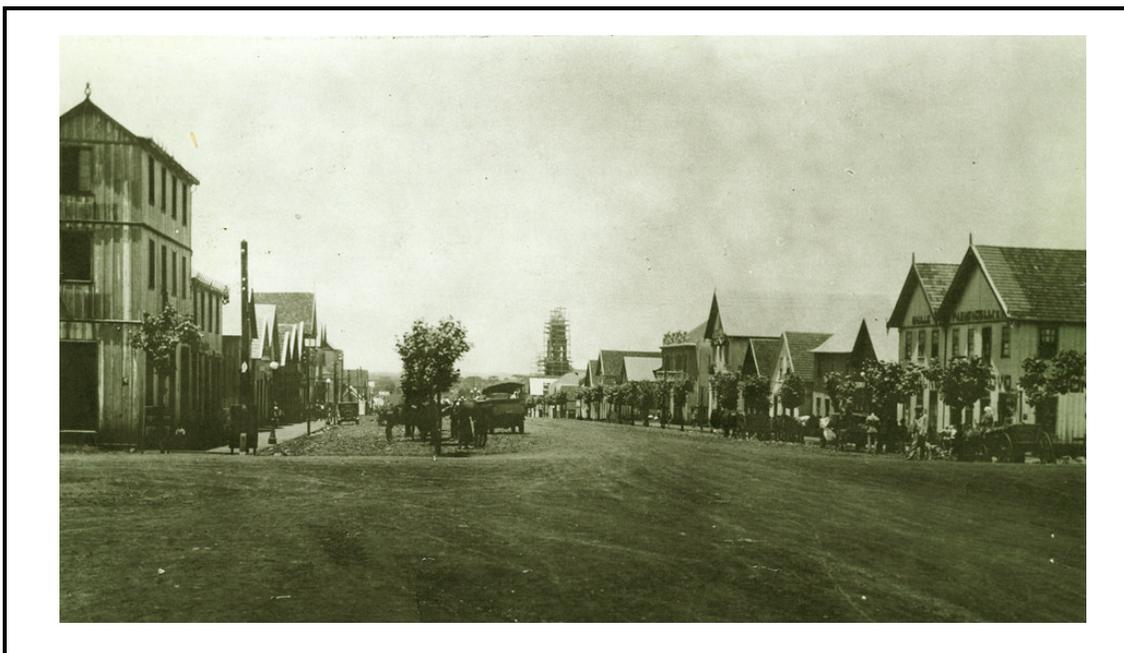


Foto 16 –Av. José Bonifácio , sentido Norte-Sul, início da década e 30
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

³⁴ Um dos primeiros atos do governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto n° 19398, de 11 de novembro de 1930, foi dissolver o Congresso Nacional, do mesmo modo que todos os órgãos Legislativos Estaduais e Municipais, nomeando no lugar dos governadores, Interventores Federais, que, por conseguinte nomeariam um prefeito para cada município.

³⁵ Conforme o Ato n° 22 de 12 de Fevereiro de 1931

O prefeito determina então, por meio do ato nº 22 de 12 de fevereiro de 1931, a proibição da construção de edificações, utilizando como material de construção a madeira.

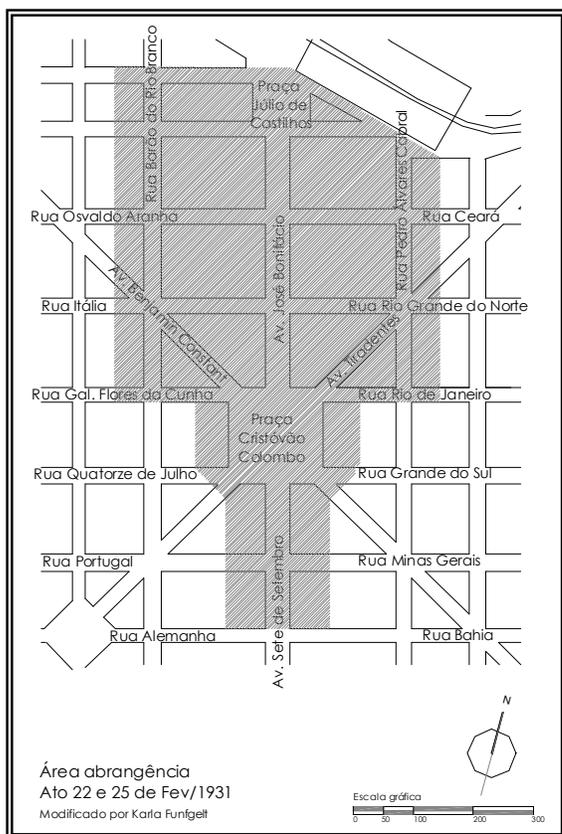
De acordo com a referida Lei, ficam proibidas as construções utilizando o referido material na área a seguir:

Art1º - Na Av. José Bonifácio, no trecho compreendido entre as praças Júlio de Castilhos e Cristóvão Colombo, inclusive as referidas praças; a quadra da Rua Ceará entre a Av. José Bonifácio e a Rua Pedro Álvares Cabral; a quadra da Rua João Pessoa entre a Av. José Bonifácio e Rua Pedro Álvares Cabral; a quadra da rua Oswaldo Aranha entre a Av. José Bonifácio e a Rua Barão do Rio Branco; a quadra da Rua Itália entre a Av. José Bonifácio e Rua Barão do Rio Branco; a quadra da Av. Benjamin Constant entre a Praça Cristóvão Colombo e a Rua Barão do Rio Branco; a quadra da Av. Tiradentes entre a Praça Cristóvão Colombo e a Rua Pedro Álvares Cabral; a Rua Barão do Rio Branco, quadras compreendidas entre as Ruas Argentina Flores da Cunha; a Rua Pedro Álvares Cabral, quadras compreendidas entre a Av. Brasil Este e Rua Rio de Janeiro; a quadra da Rua Argentina entre a Praça Júlio de Castilhos e a Rua Barão do Rio Branco; a quadra da Av. Brasil Este entre a Praça Julio de Castilhos e Rua Pedro Álvares Cabral.

Art. 2º - As construções de madeira ou partes delas existentes na zona compreendida no artigo anterior, não poderão igualmente sofrer modificações algumas ou consertos de qualquer natureza.

Art. 3º - verificado que tais condições necessitam de consertos serão seus proprietários intimados a transforma-los dentro de prazo razoável, em construções de alvenaria e de acordo com a planta aprovada por esta Prefeitura.

Em 26 de Fevereiro de 1931, apenas 14 dias após a instauração do Ato nº 22, o prefeito decreta por meio do Ato nº 25, a ampliação do perímetro a que se referia o ato anterior, estendendo à Av. Sete de Setembro, no trecho compreendido entre a Praça Cristóvão Colombo e Ruas Alemanha e Bahia a proibição da construção de casas de madeira.



Mapa15 - Croqui área central - área de abrangência dos Atos 22 e 25 de Fev/1931
 Fonte: Prefeitura Municipal

Percebe-se, desse modo uma clara intenção em transformar rapidamente a imagem da cidade, que ainda possuía feições rudimentares se comparada a outras cidades de maior porte do Estado, proibindo não somente a edificação de novas construções em madeira, dentro do perímetro estabelecido, como também não permitindo a reconstrução ou reforma das edificações em madeira existentes na área central.

É importante destacar que até o ano de 1931, quando da promulgação da Lei proibindo a construção usando a madeira como material de construção, só haviam três edificações em alvenaria na cidade, a Estação Ferroviária; a casa de comércio do Sr. Atílio Assoni, situada nas proximidades da estação e a residência de Reynaldo Seger, na Rua Portugal, a algumas quadras da Praça Júlio de Castilhos; todas, portanto, fora do perímetro estabelecido pelo Ato governamental. Desse modo, quem quisesse construir uma residência ou casa comercial, edificada em madeira, teria de fazê-lo fora da área central da cidade.

Após a promulgação dos Atos do Governo Municipal, coincidentemente ou não, ocorreram três incêndios de grandes proporções justamente na área delimitada pela Lei.



Foto 17 –Incêndio ocorrido na Av. José Bonifácio em 8/11/1931
Fonte: Arquivo pessoal

O primeiro incêndio ocorrido em 08 de novembro de 1931, de acordo com FONT (1983) iniciou-se durante uma sessão cinematográfica, destruindo doze casas na quadra compreendida entre a Av. José Bonifácio, Rua Torres Gonçalves e Av. Joaquim Brasil Cabral. No local, próximo à Estação Ferroviária, é que se concentrava a maior parte das casas comerciais da cidade. Os prejuízos materiais foram muito grandes, porém não houve feridos.

Após o primeiro incêndio ocorreram mais dois, os quais destruíram uma considerável parte das edificações de madeira existentes na área central. Sete meses após o primeiro sinistro, um segundo incêndio destruiu mais onze edificações de madeira na Av. José Bonifácio. Em 03 de março de 1933, ocorreu o terceiro incêndio na avenida. Este, de proporções menores, teve origem no prédio ao lado da empresa Saule Pagnoncelli & Filhos. Com os ventos soprando em direção ao sul, o fogo se espalhou naquela direção, queimando cinco edificações.

Devido à repetição dos incidentes em curto espaço de tempo, houve questionamentos em relação à natureza dos princípios dos incêndios. Alguns

relatos dão conta de que as edificações destruídas pelos incêndios teriam sido seguradas. As despesas com o ocorrido seriam ressarcidas, portanto, seus proprietários poderiam reconstruir as edificações em alvenaria, uma vez que, de acordo com as novas normas, não poderiam mais reformar ou modificar as edificações em madeira. Desse modo, solucionariam os problemas criados com a nova legislação, e realizariam suas pretensões de se livrarem das casas antigas, substituindo-as por novas.

A Av. José Bonifácio, nesse período, teria sido apelidada de "Av. Livonius", pois era o nome da seguradora, sugerindo, portanto, que os incêndios teriam sido criminosos. De acordo o *site* do Jornal do Comércio³⁶, na página dedicada as empresas centenárias do Rio Grande do Sul, a empresa seguradora Livonius, seria a mais antiga seguradora do país e se encontra em funcionamento até os dias de hoje com o nome de Livonius Administração e Corretagem de Seguros Ltda. De acordo com o mesmo site:

A Livonius foi o maior agente geral do Rio Grande do Sul e chegou a ter 65 funcionários e uma operação em Blumenau, Santa Catarina. A seriedade da empresa é lembrada até hoje com um fato que aconteceu em Erechim, onde vários prédios de uma mesma rua foram atingidos por um incêndio. Como tinham seguro, um dos donos da Livonius foi até lá pessoalmente para levar os cheques com os respectivos pagamentos e honrar o compromisso assumido. O local ficou conhecido como "Rua Livonius".

Outra especulação relatada, a respeito das causas dos incêndios, diz que o então prefeito, Amintas Maciel seria proprietário de uma olaria³⁷. Porém estes fatos aqui citados são apenas especulações não havendo comprovação legal que afirme a veracidade ou não dos ocorridos.

Um fato a ser ressaltado é que na História do Município há relatos de que os incêndios, criminosos ou não, teriam ocorrido antes da instituição dos Atos do prefeito Amintas Maciel. Porém, no decorrer da pesquisa, revendo os dados³⁸, concluiu-se que os incêndios foram posteriores a promulgação das

³⁶ http://jc.plugin.com.br/Comercial/cadernos/empr-cent_04.aspx acesso em 07/09/2004

³⁷ Encontra-se no Arquivo Histórico Municipal um tijolo, onde estão gravadas as iniciais do então prefeito Amintas Maciel. Consta que a peça teria sido encontrada quando da demolição de uma edificação construída no período.

³⁸ O primeiro incêndio ocorreu em 08 de novembro de 1931, portanto oito meses após a promulgação dos Atos do Governo Municipal. Os documentos comprovando as datas do incêndio

Leis. Desse modo, fica um questionamento à cerca da veracidade das declarações a respeito da possibilidade dos incêndios terem sido criminosos, pelo fato dos imóveis sinistrados estarem segurados, e, também, da obrigação do uso intensivo da alvenaria na reconstrução das casas, imposta pelo prefeito, visando interesses particulares.

Os anseios do então prefeito, por uma cidade mais “organizada”, continuam por meio da introdução de novas regras, buscando, com isso, melhoramentos no que diz respeito ao aspecto físico da cidade e alterando, desse modo, por muitas vezes, os usos e costumes da população, além de modificar a paisagem urbana de forma significativa, com a aplicação de normas rígidas e o estabelecimento de multas para o não cumprimento da Lei.

Em 10 de Agosto de 1931, por meio do Ato nº30, o Governo Municipal regulamenta a construção de muros e cercas nos lotes urbanos e suburbanos. Em alguns artigos são estabelecidas diversas regras e, entre elas, a previsão de altura mínima para a construção de muros e cercas em lotes urbanos e suburbanos.

Art.1º - Todo e qualquer muro a construir-se nos lotes urbanos e sub-urbanos, não poderão ser inferior, na altura de 11/2 mt.

Art. 2º - As construções acima mencionadas, só serão admissíveis, mediante a aprovação do projeto respectivo, por parte da secção de Obras Públicas desta Prefeitura.³⁹

Art. 3º - O proprietário que deixar de observar as disposições contidas no presente acto, fica sujeito a multa de 50\$000 e a demolição da obra.

Art. 4º - os edifícios, muros e cercas que dentro dos perímetros urbano e sub-urbano, ameaçarem ruir, serão os seus proprietários notificados a demoli-los dentro do prazo que lhe for marcado, pela seção de obras públicas, reconstruindo-os de acordo com as disposições legislativas em vigor, sob pena de ser a demolição feita pela Prefeitura, pagando o proprietário todas as despesas feitas com a demolição e construção, acrescidas da multa de 30% sobre o total da despesa feita.

se encontram no Jornal Diário de Notícias, de 10 de Novembro de 1931. Do mesmo modo, o documento original do Ato nº 22, de 12 de Fevereiro de 1931, se encontra no Arquivo Histórico Municipal de Erechim.

O livro “Serra do Erechim, Tempos Heróicos” de Juarez Miguel Illa Font, constantemente citado neste trabalho, conta boa parte da história da cidade, seguindo uma ordem cronológica dos eventos e acontecimentos. Desse modo, na página 221 do livro, o autor cita os atos do prefeito Amintas Maciel, sendo que os incêndios são citados a seguir na página 222.

³⁹ No Setor responsável pelo arquivamento das plantas encaminhadas à Prefeitura Municipal podem ser encontrados alguns projetos de construção de muros.

No mesmo período, várias obras públicas são realizadas na área central, sempre com o objetivo de melhorar o aspecto físico da cidade. A mais significativa foi a construção do prédio da Prefeitura Municipal. A obra, que havia sido iniciada em 1929, foi concluída em 1932, implantada na face oeste da Praça Cristóvão Colombo.



Foto 18 - Prédio da prefeitura Municipal na década de 30
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

O projeto da Prefeitura, elaborado na cidade de Porto Alegre, em formas neoclássicas, tinha como objetivo refletir, por meio de sua arquitetura, os símbolos do poder republicano. A monumentalidade do projeto representava a idéia de hierarquia, reforçando ainda mais a Praça Cristóvão Colombo como “Centro Simbólico” da cidade. A praça também recebeu diversas obras de melhoramentos, pois até então, não possuía sequer uma delimitação física, a não ser a demarcada pelo tráfego de pedestres e veículos⁴⁰. Desse modo o prefeito promove a terraplenagem da área da praça e a delimita em forma de elipse com um “duplo cordão de cimento armado”. Executa ainda, no interior da praça, a instalação de postes de ferro para iluminação, com alimentação subterrânea, arborização e execução dos passeios.

No mesmo período, mais uma obra imponente desponta na paisagem da área central. Na esquina formada pela Av. José Bonifácio e a Rua Gal. Flores da Cunha foi erguida a nova igreja Matriz em substituição à antiga, construída em madeira e que estava em precárias condições⁴¹, compondo perfeitamente a paisagem da avenida e praça Cristóvão Colombo.

A igreja Matriz São José, como era denominada, construída em estilo barroco, a partir do projeto idealizado na capital do Estado, pelo arquiteto Vitorino Zani⁴², teve a obra iniciada em 1927 por construtores da própria cidade: o Sr. Tomaso Fávero e o Sr. João Paloshi. Os materiais utilizados na construção foram importados do exterior, como o cimento e os sinos que vieram da Alemanha. Alguns materiais também foram trazidos de outras localidades do país. No ano de 1933, a igreja foi aberta aos fiéis, sem ainda estar completamente concluída; o chão era de terra batida e não havia bancos. A conclusão total da obra, com a pintura definitiva e altar, deu-se somente em 1942.



Foto 19 – Vista Av. José Bonifácio a partir da Praça Cristóvão Colombo na década de 30, em primeiro plano a igreja Matriz.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal

⁴⁰ Nesse período os automóveis já transitavam pela cidade, em conjunto com as carroças e os cavalos, havendo inclusive uma bomba de gasolina de propriedade de Saule Pagnoncelli & Filhos.

⁴¹ Em alguns artigos de jornais e documentos dispersos localizados no Arquivo Histórico Municipal, comenta-se vagamente sobre a existência da antiga igreja em madeira, porém não foi encontrada nenhuma imagem da mesma.

⁴² O arquiteto projetou diversas igrejas no Estado, como a Igreja Matriz Santíssima Trindade na cidade de Nova Palma, na região central do Estado, e a igreja Matriz da cidade de Canoas.

A cidade, de acordo com a pretensão da Administração Municipal de então, deveria representar o desenvolvimento da sociedade local, desse modo outras determinações legais foram efetuadas pelo prefeito.

De acordo com FONT (1983), ficaram proibidos os corrimões em frente aos hotéis e estabelecimentos comerciais situados na Av. José Bonifácio, pois durante os fins de semana, feriados e nos dias de festas religiosas, as carroças e cavalos ficavam amarrados nos corrimões por horas "com todos os inconvenientes daí decorrentes". Além da preocupação com o aspecto estético, havia também atenção com a higiene, pois em conjunto com a proibição dos corrimões para atrelamento dos cavalos, o governo proibiu também a criação de animais em estrebarias e chiqueiros nos pátios das casas na área central, e a circulação dos animais pelas ruas do centro. Entretanto, a nova legislação criada, pelo Governo Municipal, não agrada a todos:

Enquanto a administração cuida de ajardinar e embelezar a avenida principal, a alguns as posturas municipais parecem exorbitantes e inadequadas. Inclusive a um ou outro membro da Liga Pró-engrandecimento da Vila. O prefeito nomeia os advogados Eurydes Castro e Henrique Córdova, Aldo A. Castro e Antão A. Chagas, diretor de "O Erechim", para em comissão elaborar o projeto de novo Código de Posturas. Entretanto prossegue atento aos problemas relacionados com o progresso municipal visando cinquenta anos adiante. (FONT,1983, pg. 220)

Seguindo os propósitos de dar uma nova imagem à cidade, no ano de 1933, o prefeito Amintas Maciel implanta o primeiro Código de Construções para Boa Vista do Erechim o qual passa a regulamentar toda e qualquer edificação na cidade, por meio do Ato nº 73, de 23 de Março de 1933. A implantação do Código de Posturas obedece, não somente às vontades políticas de Amintas Maciel, mas atende também a uma determinação do Governo do Estado, de acordo com o que consta no Relatório de 1931:

Código de edificações urbanas e ruraes – conclusões:

- a) Todas as municipalidades do Estado, dentro do prazo máximo de um ano, procurarão tratar da organização de seus códigos de construções urbanas e ruraes, levando em conta, além de outros requisitos, a higiene, a estabilidade, a esthetica, prevendo também, na parte econômica, os alargamentos, que se tornarem necessários, de suas ruas, evitando desapropriações onerosas. (RELATÓRIO 1931, pg. 115)

O novo código de construções abrangia desde as licenças para a construção, os construtores e até, a regulamentação para depósito de materiais nas ruas da cidade.

O artigo 1º estabelece a obrigatoriedade da licença de construção para qualquer obra dentro dos limites do perímetro urbano, seja construção, reconstrução, acréscimo, modificação ou demolição. No item referente aos projetos, consta no Art. 4º, que deveriam ser encaminhados em duas vias, sendo que uma ficaria arquivada na Seção de Obras da Prefeitura⁴³. O capítulo III, do código, refere-se aos terrenos urbanos, estabelecendo regras atinentes à drenagem das águas e dimensões mínimas de larguras para edificações, sendo: de quatro metros para edificações térreas e cinco metros para sobrados. O capítulo quarto dispõe das condições gerais a serem observadas nas construções e reconstruções, de onde podem ser destacados os artigos a seguir:

Art. 27º Os prédios serão construídos no alinhamento da via pública ou fora dele e, neste caso, afastados, pelo menos, quatro metros para o interior do terreno; em prédios de esquina quatro metros em ambas as faces, conservando a frente cercada;

§1º - Os prédios construídos convenientemente afastados de logradouros, terão suas fachadas principais paralelas ao alinhamento das ruas;

Art.29º - Todos os prédios que se edificarem, reedificarem ou sejam reparados, tendo suas fachadas sobre o alinhamento das ruas, serão providos de platibanda ou beiral, ornamentada na frente da rua, com canalização encoberta ou aparente para receber as águas do telhado, com prolongamento por baixo do passeio, até a sarjeta;

Art. 33º - O pé-direito mínimo das edificações entre o soalho e forro será de modo geral de três metros e meio (3,50 mts) no caso de edifícios no alinhamento, podendo descer até 2,75 no caso de ser construído fora do alinhamento (Bungalow); (CÓDIGO DE CONSTRUÇÕES, 1933)

Pode-se verificar pelos artigos do código de obras que, por meio dele, a Administração Municipal buscava criar uma nova configuração urbana,

⁴³ Mesmo com esta obrigatoriedade, não foram localizados projetos arquitetônicos referentes ao período nos arquivos da Prefeitura Municipal. Possivelmente tenham sido extraviados, ou mesmo destruídos, perdendo-se, desse modo, boa parte da memória arquitetônica da cidade.

estabelecendo regras que tornariam mais homogêneo o aspecto da cidade nas décadas seguintes.

Os incêndios em conjunto com as novas normas promulgadas pelo Poder Público Municipal, promovem então uma mudança drástica na paisagem da área central da cidade. As edificações em madeira destruídas pelo fogo são reconstruídas, gradualmente, em alvenaria, seguindo as normas estabelecidas pelo código de construções, e a idealização dos proprietários, que buscaram reproduzir a arquitetura encontrada na Capital do Estado; cidades maiores, e influência européia, trazida pelos próprios imigrantes.

As novas edificações eram construídas de acordo com a "tendência" da época, com fachadas bastante adornadas com frisos e sacadas de pequenas dimensões (balcões). O ecletismo, como foi denominado o estilo utilizado nestas edificações, marcou a arquitetura da cidade durante toda a década de 30. A arquitetura das novas edificações se adequou perfeitamente às regras estabelecidas pelo Código de Obras, como se pode verificar na imagem.



Foto 20 - Vista da Av. José Bonifácio, segunda quadra, lado leste, sentido Sul-Norte, na década de 30

Fonte: Arquivo Histórico Municipal

As construções ocupavam toda a frente do lote, e eram edificadas alinhadas ao passeio, com gabarito de dois pavimentos. O pavimento térreo era utilizado para a atividade comercial e o pavimento superior era destinado a instalação da residência da família.



Foto 21 – Vista da Av. José Bonifácio, lado leste, terceira quadra sentido Norte-Sul na década de 30
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Aos poucos, a paisagem da área central foi totalmente transformada com a substituição de suas antigas edificações em madeira, por novas em alvenaria, em obediência às normas estabelecidas pelo Governo, dentro de um estilo arquitetônico que reproduzia os preceitos da época. De acordo com REIS FILHO (1987, pg.186) *“O ecletismo foi, pois, em arquitetura, conciliação e progresso, tradicionalismo e progresso, ou, como se diria depois, ordem – com uma conotação determinada – e progresso.”*



Foto 22 – Vista da Av. José Bonifácio, sentido Norte-Sul, na década de 30.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

A partir da década de 40, outro estilo arquitetônico é introduzido e utilizado nas novas edificações da cidade, especialmente na área central, o Art Déco, estilo arquitetônico que tem como referência no Estado a Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha, realizada no ano de 1935, na Capital do Estado, é trazido para a cidade por meio do imigrante austríaco, José Pohl. O construtor foi responsável por boa parte das edificações que seguiram a influência deste estilo na cidade. Diferenciando-as daquelas do período anterior, predominantemente regulares e com uma grande quantidade de adornos, Pohl usou formas simplificadas, inserindo as linhas curvas nas fachadas, dando novas formas às edificações localizadas nos lotes triangulares, nas esquinas formadas pelas avenidas ortogonais, com a utilização de grandes vãos em balanço e lajes amplas. O revestimento em “mica” foi bastante utilizado também pelo construtor em suas obras, conferindo-lhes uma coloração diferenciada.



Foto 23 – Edificação com características do Art Déco, construído em 1948 na esquina da Av. Presidente Vargas com Rua Aratiba
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

As ruas da área central foram se transformando; recebendo pavimentação e nova urbanização.

Para a Av. Maurício Cardoso⁴⁴, projetada com uma largura de quarenta metros, a Secretaria de Obras planejou duas faixas de rodagem de oito metros de largura, cada uma; dois passeios nas laterais de cinco metros e um canteiro central de quatorze metros, com ajardinamento na faixa central e com a colocação de plantas e de árvores de pequeno porte nos passeios.

As calçadas do canteiro central receberam pavimentação com “Petit-Pavê”, em duas tonalidades, formando desenhos em toda a sua extensão. Os passeios foram pavimentados com ladrilhos hidráulicos formando um mosaico diferente para cada rua da área central, os quais foram executados pela própria Prefeitura, para que fosse possível uma execução mais uniforme do desenho proposto.

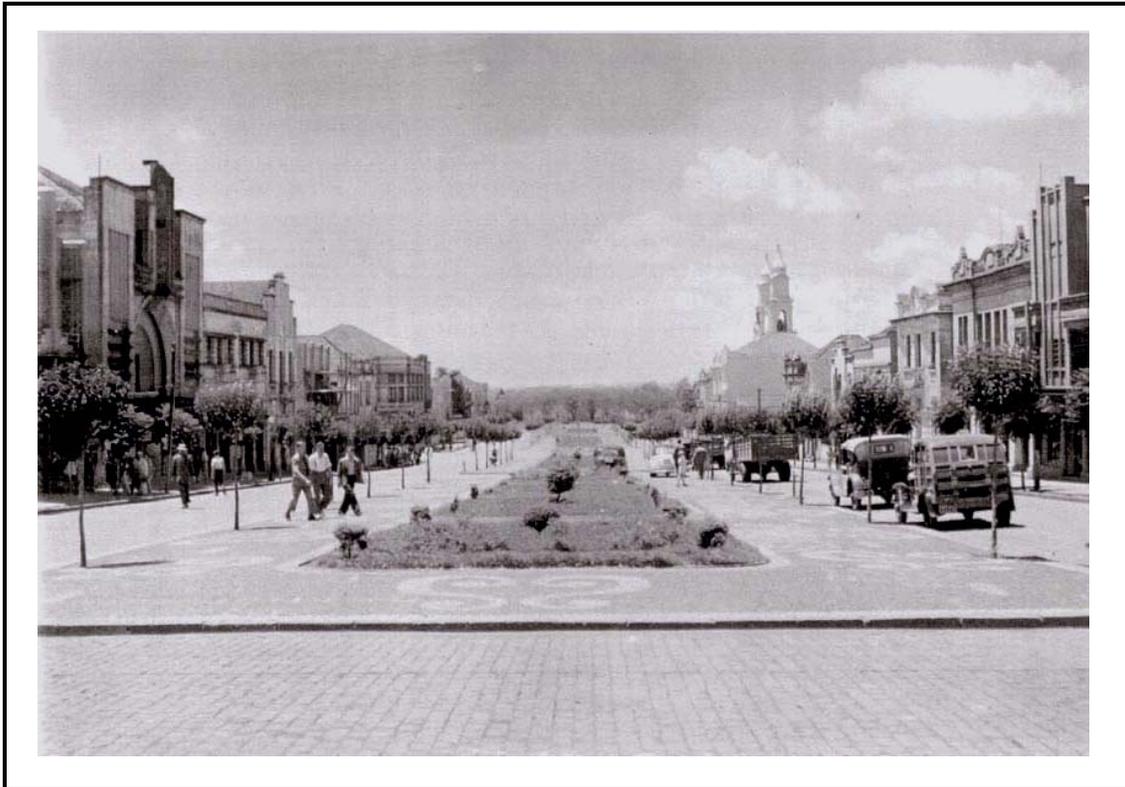


Foto 24 - Vista da Av. Maurício Cardoso, sentido Norte-Sul na década de 40
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

A praça da Bandeira também recebeu novo projeto urbanístico. Elaborado pelo engenheiro e urbanista Francisco Riopardense de Macedo⁴⁵, o qual lhe conferiu uma nova imagem. A pavimentação foi executada em petit-pavê, dando seqüência à pavimentação dos canteiros centrais, com desenhos em um painel, projetado por Riopardense de Macedo representando a vida dos primeiros imigrantes trabalhando na terra⁴⁶. Um chafariz, previsto no projeto, foi implantado no centro da Praça da Bandeira no início dos anos 50. A fonte, trazida do Estado de Minas Gerais, em estilo moderno, era iluminada e, ao projetar a água, difundia matizes multicoloridos.

⁴⁴ A Av. José Bonifácio passa a se chamar Av. Maurício Cardoso em 28 de maio de 1938, por meio do Ato n° 38/1938, do mesmo modo que a praça Cristóvão Colombo passa a se chamar Praça da Bandeira neste mesmo ano.

⁴⁵ Francisco Riopardense de Macedo exerceu suas atividades na prefeitura Municipal de Erechim na Década de 50, como diretor de obras.

⁴⁶ Este painel foi executado com alterações em relação ao projeto original elaborado por Francisco Riopardense de Macedo.

Ao fim da Década de 50, a área central da cidade tem uma imagem consolidada: As edificações forma renovadas; as ruas forma pavimentadas e ajardinadas e a cidade refletia a imagem sonhada por seus idealizadores.

Fica configurado o caráter unitário do espaço: no urbanismo, pela geometria, pela padronização das vias; na arquitetura, pela escala, volumetria e tratamento estilístico; no paisagismo, pela geometrização da arborização das vias. Esse caráter essencial do modo barroco de articulação urbana traduz o desejo de que a ordem seja legível, de imediato, em todos os níveis do espaço e que nela se identifique, sensorialmente, a ordem do Estado.(MAGALHÃES, 1989, pg. 105)



Foto 25 - Vista da Av. Maurício Cardoso a partir da Praça da Bandeira, tendo em primeiro plano a nova Igreja Matriz no fim da década de 50.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

3.

INDÍCIOS DE “MODERNIDADE”

No fim da Década de 50, após uma fase de grande desenvolvimento da cidade, de acordo com o citado no Capítulo 1, a área central teve mais uma importante e definitiva transformação em sua paisagem: a construção do primeiro edifício de maior altura até então, na Av. Maurício Cardoso, obra iniciada em 1957.

Projeto do arquiteto J. Monteiro Leite, o qual exercia sua profissão na Cidade de Porto Alegre, foi aprovado pelo então prefeito, Carlos Irineu Pieta, em 22 de Fevereiro de 1956, e previa a construção de um edifício de doze pavimentos, sendo a parte térrea destinada à função comercial, como era de praxe nas edificações executadas na avenida e os demais pavimentos destinados à função residencial, com apartamentos; o que não seria novidade na cidade, uma vez que já haviam sido executados alguns edifícios de apartamentos na área central. Contudo, o gabarito desses nunca havia ultrapassado a altura média de doze metros.



Foto 26 – Construção do edifício no ano de 1957 na Av. Maurício Cardoso.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

O edifício, que foi denominado de "Condomínio Erechim", tornou-se a marca do desenvolvimento da cidade. Em um artigo publicado na revista do Cinquentenário de Erechim, sob o título "Progresso em todos os sentidos..." observa-se o seguinte texto, ao lado da fotografia do edifício:

Erechim se moderniza cada vez mais. Novos prédios em construção mudam a fisionomia da cidade, havendo estímulo e entusiasmo num município em que tudo é trabalho, amor pelo que é objetivo e patriótico. Um povo que não foge à responsabilidade a predestinação de construir, nesta região, um lugar digno de todos os brasileiros. (COSTA,1968)

O texto reflete a preocupação constante com o "progresso e modernidade". As antigas edificações já não atendiam mais aos anseios de uma grande parte da comunidade. A área central, já bastante valorizada, por suas próprias características de centralidade urbana e pela constante especulação imobiliária, que com o apoio do poder público, empurrava para lugares mais distantes a parcela pobre da população, torna-se, cada vez mais o lugar da "elite". Desse modo, a arquitetura moderna expressa nas linhas do novo edifício, proclama o que seria o novo símbolo de status da sociedade de então.

(...) sob as pressões econômicas do mundo moderno o processo de desenvolvimento precisa ele próprio caminhar no sentido de um perpétuo desenvolvimento. Onde quer que o processo ocorra, todas as pessoas, coisas, instituições e ambientes que foram inovadores e de vanguarda em um dado momento histórico se tornarão a retaguarda e a obsolência no momento seguinte. Mesmo nas partes mais altamente desenvolvidas do mundo, todos os indivíduos, grupos e comunidades enfrentam uma terrível e constante pressão no sentido de se reconstruírem, interminavelmente. (BERMANN, 1987, pg.77)

A paisagem resultante dessa "modernização" já não era mais horizontal. O processo de verticalização se inicia abruptamente.

O edifício, intervenção até então pontual, destaca-se na paisagem a quilômetros de distância. Sabia-se que se estava chegando à cidade, especialmente nas viagens vindas da capital do Estado, quando se avistava ao longe o "Condomínio".



Foto 27 - Vista da Av. Maurício Cardoso a partir Praça da Bandeira no fim da Década de 60
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

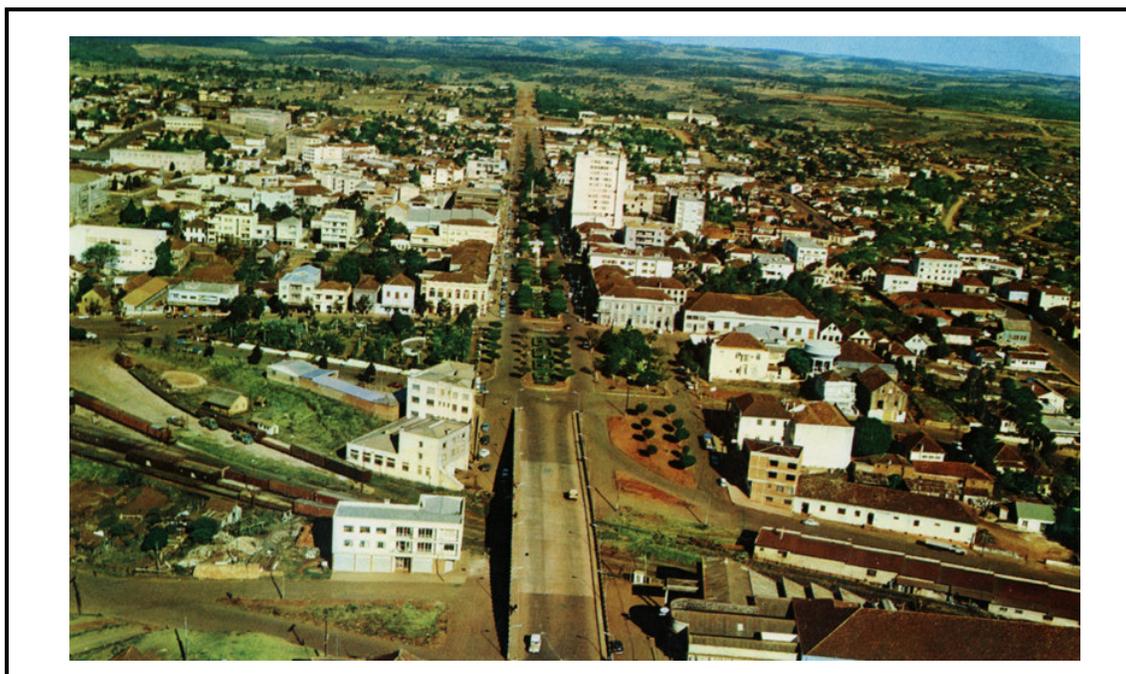


Foto 28 - Vista aérea da área central com ênfase na AV. Maurício Cardoso no sentido Norte-Sul na década de 70.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

DEMOLIÇÃO DA IGREJA MATRIZ

O ano de 1969 foi marcado por mais uma importante transformação da paisagem urbana da área central da cidade: a demolição da Igreja Matriz São José, com o objetivo de ser construída outra, em linhas "mais modernas", a qual se tornou um marco na transformação da área central da cidade. O processo que resultou na demolição da catedral teve início em 1967, a partir da interdição da catedral ao acesso da população.

Em 27 de julho de 1967 o jornal "A Voz da Serra" publicou na capa, artigo com o título: "Interditada a Igreja Matriz São José".

Cerimônias litúrgicas são realizadas na Capela do Colégio São José – Péssimas condições da Igreja Matriz motivaram a interdição – Reformas ou nova construção – Comissão já formada estuda o problema. (A voz da Serra, 27/7/1967, pg. 1)

A interdição teve como motivo, supostamente, ao fato de que a igreja estaria em precárias condições e o teto poderia desabar sobre os fiéis. Relatos descrevem que algumas partes do reboco interno do teto realmente estariam caindo, do mesmo modo que parte dos adornos na área externa. No entanto, consta que os alicerces e a estrutura ainda estavam em boas condições, sendo necessária, portanto, somente uma reforma no reboco.

A construção da igreja se deu no fim da década de 20; uma construção com aproximadamente 40 anos, portanto; edificada, pelo que consta em relatos, de acordo com as técnicas construtivas da época, seguras o bastante; não poderia, portanto, estar ruindo. Outro trecho do artigo, do mesmo jornal, refere-se a uma comissão encarregada de analisar a necessidade de reforma ou demolição:

Temos conhecimento que já está formada uma comissão que estuda o problema da paróquia São José, cujo reboco estava caindo. Resta-se, entretanto saber se essa comissão optará pela reforma daquele templo ou então, pela construção de uma nova Igreja Matriz, cujo projeto já está concluído. (A Voz da Serra, 27/7/1967, pg. 1)

A respeito dos integrantes da referida comissão, citada no jornal, não há informações documentadas; entretanto, relatos descrevem que havia interesses de empresários do ramo da Construção Civil na demolição, do mesmo modo que estaria havendo divergências dentro da própria Igreja quanto ao assunto. Em outros relatos, constam que fora efetuado um plebiscito na cidade e que os moradores haviam optado pela demolição. Contudo, nenhum destes relatos tem comprovação fundamentada, e pouco é comentado a respeito do assunto na cidade. É importante mencionar que no artigo, publicado no jornal, consta que o projeto da nova igreja já estava pronto, concluindo-se, com isso, que, possivelmente, a decisão quanto à demolição já havia sido tomada.



A direção da diocese costumava publicar avisos e notas aos fiéis no mesmo jornal. Desse modo, nos comunicados e nas informações da diocese, junto aos textos religiosos, estava sempre impressa imagem da maquete da nova igreja, de modo que os fiéis e leitores do jornal já fossem se habituando a ela.

Figura 01 - Reprodução de artigo do jornal, com a imagem da maquete da nova Igreja Matriz
 Fonte: Jornal A voz da Serra, 20/07/1969

O único manifesto redigido a respeito a demolição da igreja foi o do irmão marista Leão Magno, publicado na edição do dia 6 de julho de 1969, do jornal A Voz da Serra, na segunda página, alguns meses após a demolição. No artigo, sob o título "Os capitalistas compram uma igreja", o articulista cita que havia escrito algumas considerações a respeito da demolição da antiga igreja,

antes do ocorrido, as quais, “infelizmente não chegaram ao destinatário”. Também manifesta, claramente, a sua oposição à demolição, embora reconhecendo que o espaço interno já havia se tornado pequeno. No mesmo artigo Leão Magno faz uma comparação com um caso que supostamente teria acontecido na cidade de Chicago (EUA):

(...)Foi o que aconteceu com uma grande igreja em Chicago. O lugar onde estava tornou-se um centro comercial. Aos domingos o bairro ficava deserto e a igreja quase vazia. Os capitalistas cobiçavam o local da igreja para um grande prédio. Procuraram os padres e lhes apresentaram uma boa proposta: construíram uma nova igreja num bairro residencial de acordo com o planta apresentada pelos padres. Em troca receberiam a velha igreja e o terreno. Dariam ainda de sobrecarga o material recuperado da demolição. A proposta foi aceita. Os homens de negócio foram generosos, não regatearam despesas. Construíram uma igreja de encher os olhos (e o coração também). Ganharam os dois: os capitalistas ganharam um terreno bem no centro do bairro comercial e os fiéis tiveram uma igreja moderna, sem prejuízo de seu caráter sacral bem à porta. (Jornal A voz da Serra, 06/07/1969, pg.2)

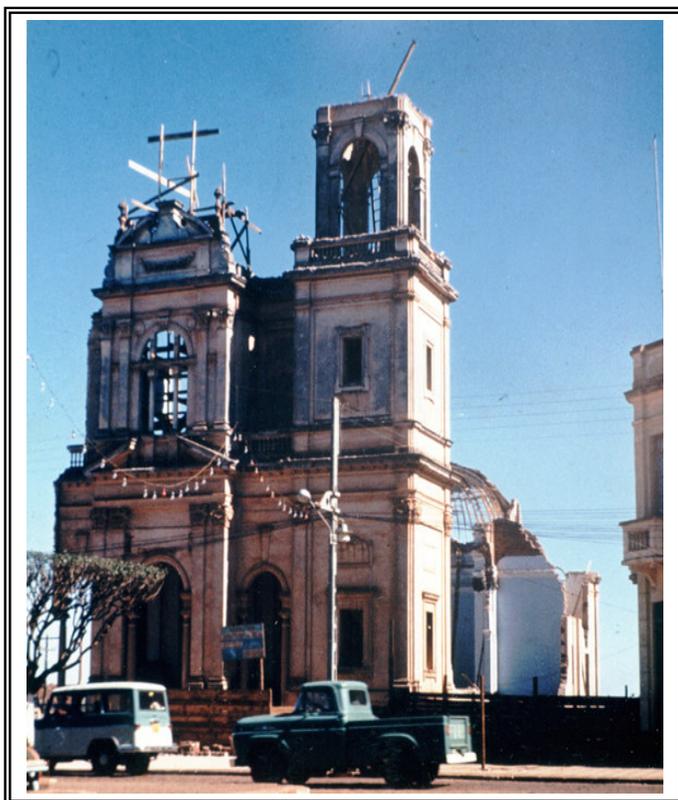


Foto 29 – Demolição da Igreja Matriz em 1969
Fonte: Frederico Stein

O texto faz uma alusão clara à participação do capital imobiliário na demolição da igreja, relatando o caso da igreja da cidade de Chicago como exemplo. Contudo nada foi comprovado, do mesmo modo que não é possível afirmar, categoricamente que houve interesses especulativos na demolição, ficando esta questão em aberto àqueles que futuramente possam esclarecê-la.

O Álbum Oficial do Cinquentenário de Erechim de 1968, tece alguns comentários a respeito da construção da nova igreja em uma de suas páginas:

Embora represente um patrimônio histórico e a sua demolição seja assunto de controvérsia, o tradicional templo deverá dar lugar a um novo e moderno, de linhas arquitetônicas arrojadas e, sobretudo muito vistosas.
A futura CATEDRAL terá sua construção iniciada ainda neste ano de 68 – cujo projeto que ilustra esta página, abaixo, bem demonstra o seu estilo, inédito, avançado e, sobretudo servirá de atração turística. (COSTA, 1968)

O início das obras de construção da nova igreja se deu logo a seguir, em março de 1969 e a inauguração oito anos depois, em 15 de Junho de 1977. A obra, projetada pelo engenheiro Porto Alegreense Plínio Totta, de acordo com o que foi citado acima, as linhas da arquitetura modernista. Arquitetura que refletia, para uma parte da população, o crescimento; o desenvolvimento e, de acordo com o que representa o próprio nome: “modernidade”. Um texto, contido no álbum, denota o interesse pelo “moderno” na parte em que é citado que a obra será “inédita”, servindo como atração turística e deixando claro que a arquitetura da igreja antiga já não servia mais aos propósitos da modernidade e que, portanto, deveria ser substituída; do mesmo modo que estava sendo substituída, aos poucos, grande parte das edificações da cidade.

O projeto destoava significativamente da paisagem, cujas edificações eram harmônicas, excetuando-se a obra do Condomínio, citada acima. Mesmo as novas edificações construídas dentro dos novos preceitos da arquitetura modernista, não destoavam tão drasticamente da paisagem, pois eram respeitados gabaritos, texturas e cores, como por exemplo os edifícios do Clube do Comércio, do Fórum e dos Correios.

Na verdade, uma indicação de seu status residual é a dificuldade que tem os arquitetos de encontrar um estilo apropriado para o papel cultural da igreja na vida moderna. Igrejas antigas tornaram-se discotecas e supermercados baratos, enquanto os prédios das novas igrejas parecem discotecas e supermercados baratos! (COSGROVE,1998, pg. 118)



Foto 30 – Imagem da nova Igreja Matriz.
Fonte: www.pmerechim.rs.gov.br

Outro ícone da modernidade, construído no mesmo período, foi o “Viaduto Rubem Berta”. A obra, localizada no fim da Avenida Maurício Cardoso, era destinada a transpor os trilhos da Viação Férrea, e resolver o problema identificado no cruzamento entre as ruas e os trilhos dos trens. Foi uma das maiores realizações do mandato do Prefeito Eduardo Pinto, que, de acordo com o Álbum Oficial do Cinquentenário de Erechim, modificara a fisionomia urbana da avenida, dando-lhe “beleza estética”.



Foto 31 – Imagem do Viaduto Rubem Berta na década de 70.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

VIDA URBANA

Em meio às transformações da paisagem, a vida urbana era tida como frenética nas ruas da área central da cidade.

Nesse tempo, a população se dirigia à área central não apenas para realizar as compras no pujante comércio, concentrado nessa área, mas também para momentos de lazer.

Aos domingos, as famílias se dirigiam à área central para assistir a primeira missa realizada pela parte da manhã, na Igreja Matriz. Após a missa, iniciavam uma tranqüila caminhada pelas largas calçadas da Avenida Maurício Cardoso.

O “subir e descer” a avenida, atividade que levava o nome de “footing” transformou-se na atividade predileta, não apenas dos casais, como filhos pequenos, mas também dos jovens, os quais aproveitavam o constante ir e vir para “paquerar”. De acordo com relatos, as moças “desfilavam” pela avenida, trajando suas melhores roupas, com o objetivo de serem observadas pelos rapazes, os quais ficavam parados, em pequenos grupos, nas calçadas, em busca de uma futura namorada.



Foto 32 – Footing na Avenida Maurício Cardoso no fim da década de 60.
Fonte: Detoni, 1999

As atividades de lazer da época não se restringiam somente às caminhadas após a missa. Nesse período haviam dois cinemas localizados na Avenida Maurício Cardoso, separados apenas por algumas quadras⁴⁷: o Cine Luz, localizado na primeira quadra e o Cine Ideal, localizado uma quadra acima, os quais sempre atraíam um grande número de pessoas em suas sessões. Também havia, na mesma área, bares e restaurantes, dos quais, o mais famoso era o “Café Grazziotin”, o qual foi referência como ponto de encontro da comunidade, durante, praticamente, vinte e cinco anos.

...O café Grazziotin, de lá saíam os grandes negócios de Erechim, mas o negócio até que não vai chamar tanto a atenção, mas saíram a maioria dos casamentos, que começavam com o namoro. Terminava a missa, passear com a namorada na avenida, dez e meia da manhã, sentar no Café Grazziotin e tomar um cafezinho com a namorada, depois ir embora. A freqüência era tanta, que não se esperava o fim do filme, quando tava mais ou menos no fim do filme, tu levantava, tu e a namorada para pegar um lugar no café. E tinha sempre uma música. O café Grazziotin foi a própria cidade de Erechim, foi mesmo, durante todo o tempo em que funcionou. (Helly Parenti)



Foto 33 - Imagem do interior do Café Grazziotin na década de 60.
Fonte: Detoni,1999

⁴⁷ Atualmente no local onde estava instalado o “Cine Luz”, encontra-se um bingo. O prédio do “Cine Ideal”, exemplar de arquitetura Art Dèco, encontra-se ocupado por um estabelecimento comercial.

A área central da cidade era caracterizada, nesse período como “centro de consumo”, de acordo com o que assinala LEFEBVRE (2001), com o seu duplo caráter de centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar.

Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião de pessoas; elas vêem, olham, falam, falam-se. E é o lugar do encontro, a partir do aglomerado das coisas. (LEFEBVRE 2001, pg. 131)

A área central, centro de consumo, era utilizada também para realizar os grandes desfiles cívicos nas datas festivas, como: Sete de Setembro; Comemoração da Semana Farroupilha; Semana do Município e datas festivas das escolas do Município. Eram realizados no trecho compreendido entre a Praça da Bandeira, onde era montado um grande palco nas escadarias da Prefeitura Municipal a fim de receber as autoridades, e a Praça Júlio de Castilhos.



Foto 34 – Imagem do desfile de Sete de Setembro na década de 70
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

4.

CONTEMPORANEIDADE

Novas paisagens

Até meados da década de 70, as transformações da paisagem da área central da cidade se davam de modo pontual, contudo, não deixavam de ter grande importância; exceção feita ao período dos grandes incêndios. No entanto, a partir da década de 80, esta paisagem é transformada profundamente, com uma crescente e rápida verticalização.

O Plano Diretor, recém aprovado, impõe novas regras que facilitam e incentivam a verticalização, sem, contudo, esboçar uma preocupação com a memória urbana da cidade.

Como o novo Plano, a construção em altura era facilitada, uma vez que não havia, no mesmo, um artigo que estabelecesse um limite máximo de construção vertical. Estes limites eram regulados pelo índice de aproveitamento; pela taxa de ocupação e pelos recuos. Os valores determinados para o Índice de Aproveitamento variavam de acordo com o uso e a zona, sendo a Zona Comercial Central (ZCC), coincidente com a área central, a área onde o índice de aproveitamento alcançava o maior valor. A Taxa de Ocupação, ao contrário do que havia sido estabelecido para o índice de aproveitamento, foi determinada para toda a área urbana em um valor máximo de 60% de uso do lote.

Ao confrontar os dados do Plano Diretor, aprovado em 1981, e o Projeto de Lei, apresentado em 1976, verificou-se que existem várias divergências, especialmente no que se refere aos índices de aproveitamento, sendo a Zona Comercial Central (ZCC) a que apresenta as maiores diferenças. O Índice de Aproveitamento máximo, apresentado no projeto para a área, possuía índice 2 (dois), porém o aprovado em 1981 dobrou, ficando em 4(quatro), o que indica que houve interferências no projeto do Plano Diretor elaborado para a cidade, durante a longa tramitação até a aprovação deste, possivelmente buscando atender aos interesses especulativos do mercado imobiliário da cidade.

De acordo com o Projeto de Lei apresentado à Câmara de Vereadores na década de 70, ao determinar o zoneamento foram levados em conta alguns objetivos: o primeiro item se refere a "evitar, no centro comercial, densidades excessivas que possam gerar problemas futuros de tráfego e estacionamento capazes por sua vez de conduzir à eliminação de canteiros e passeios, desfigurando o ambiente urbano" (ERECHIM, 1976). Percebe-se, portanto, que os profissionais da empresa contratada pra elaborar o Plano, tinham consciência de que não era possível aumentar a densidade da área central, pois a mesma não dispunha da infra-estrutura necessária para suportar o adensamento. O Plano, não apenas estabelecia regras em relação a taxas e índices, mas regulamentava também a localização do edifício em relação às divisas, estabelecendo regras claras em relação aos recuos. Conforme a Lei nº 1733/81:

Art. 16º Serão obrigatórios os seguintes recuos:

I – De ajardinamento – a partir do alinhamento predial as construções deverão obedecer a um recuo de ajardinamento igual a 4,00m (quatro metros). Nos lotes de esquina, a rua considerada secundária deverá ainda recuar 2,00m (dois metros).

II – De frente – além do recuo de ajardinamento, será exigido um recuo de frente à razão de 1,0m (um metro) para cada pavimento acima de 11,00m (onze metros) de altura. Este recuo deverá ser adotado desde o pavimento térreo.

III – Lateral – Será de um terço da altura do prédio e nunca inferior a 2,50 m (dois metros e cinqüenta centímetros) de cada lado sendo adotado desde o pavimento térreo.

IV – De fundos – Será de um sexto do comprimento do lote e nunca inferior a 4,00m (quatro metros). Poderá ser ocupado por garagem de altura máxima igual a 4,00m (quatro metros).

§ 1º - Quando se tratar de residência unifamiliar com altura inferior a 6,00m (seis metros) , situada na ZRE, ZR1 e ZR2, não será exigido recuo lateral e de fundos.

§ 2º - As construções em madeira deverão distar no mínimo 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) das divisas do lote.

Art. 17º - Nas edificações situadas na ZCC, quando o pavimento térreo for destinado a atividades comerciais serão dispensados os recuos de frente e laterais até a altura de 11,00 m (onze metros) vigorando desta altura para cima.

Art. 18º - nas edificações da ZCM, quando o pavimento térreo for destinado a atividades comerciais serão dispensados os recuos, excluindo o recuo de fundo, que será contado à partir do forro do pavimento térreo.

Mesmo com toda a liberalidade da Lei, verifica-se, no entanto, que alguns edifícios situados na ZCC, não possuem recuos laterais como previsto em Lei. Desse modo, a Lei era permissiva em demasia, pois fora modificada, a fim de atender aos interesses dos detentores do capital imobiliário da cidade. Mesmo assim, a não observância do regulamento, estabelecido pelo Plano, em alguns casos, demonstra claramente, a ambição dos especuladores imobiliários, interessados somente com o lucro, obtido a partir da construção, com o aval do poder público.

Os regulamentos estabelecidos pelo plano, além do incentivo à densificação na área central, em nenhum momento fazem menção à preservação de um monumento ou edificação históricos. Simplesmente, é ignorado o fato de que uma memória urbana significativa é parte fundamental de uma cidade. Desse modo, toda e qualquer demolição de edificação, representando um símbolo ou memória da cidade, poderia ser executada, assim que obtivesse a devida licença, emitida pelo poder público.

Conseqüentemente, nesse período, várias edificações, datadas das décadas de 30 e 40, deram lugar a novas edificações. Edifícios de maior altura; de dez ou doze pavimentos, substituíram, rapidamente, os edifícios de dois pavimentos, construídos na década de 30 e 40.

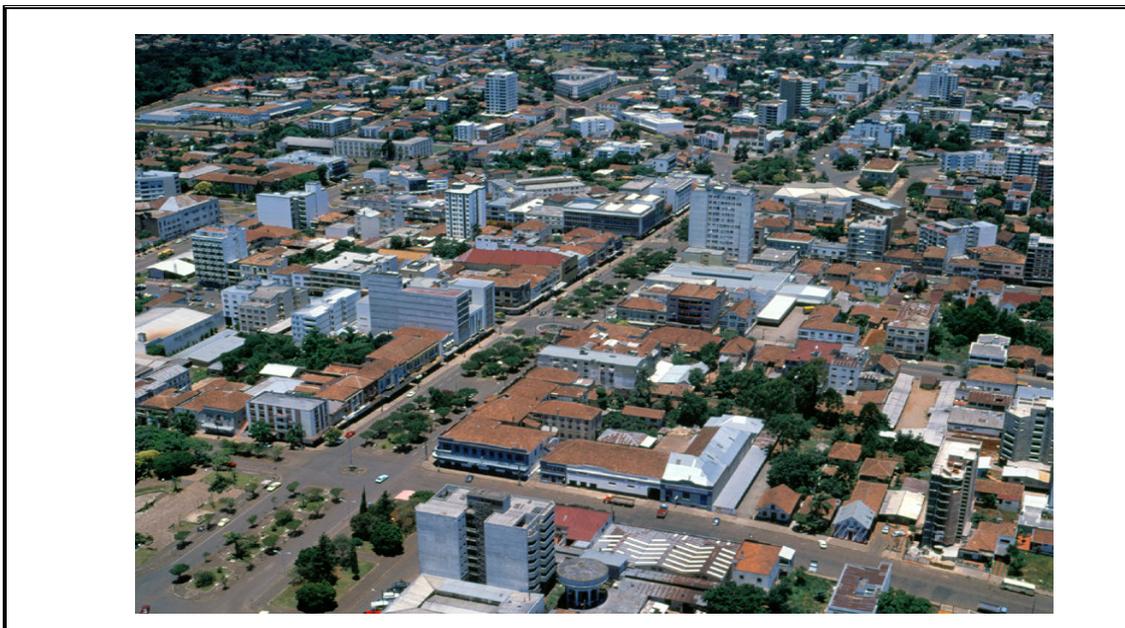


Foto 35 – Vista aérea da área central na década de 80
Fonte: Beto Hachmann

Contudo, um artigo do Plano freia, parcialmente, a substituição das edificações na Avenida Maurício Cardoso:

Art. 12º - Nos prédios de uso residencial ou misto será exigido o uso de garagem com capacidade mínima de um veículo para cada duas economias, excluindo-se os prédios situados na Av. Maurício Cardoso, entre as ruas Argentina e Salgado Filho onde não serão permitidas entradas de garagens “. (Lei 1733 de 05 de maio de 1981)”.

Desse modo, teve início a construção de edifícios residenciais nas demais ruas da área central, uma vez que, mesmo sem a exigência das garagens, os investidores interessados na aquisição destes imóveis, exigiam dos empreendedores a previsão de garagens nas edificações. Em consequência disso, aos poucos, a função da moradia na Avenida foi sendo reduzida. Em contrapartida este artigo da Lei ocasionou uma diminuição razoável do número de edificações a serem demolidas, auxiliando na preservação da paisagem da referida área.

Se de um lado a legislação auxiliou na preservação da paisagem da Avenida, evitando a verticalização, por outro, a exigência em relação a garagens não se fazia para edificações não residenciais. Desse modo, algumas edificações comerciais e públicas foram construídas na Avenida substituindo outras, com décadas de história.

As novas casas comerciais, que foram instaladas a partir de meados da Década de 80, demandavam grandes espaços para o estabelecimento. Desse modo, novamente, algumas edificações antigas, sem condições físicas para abrigar as referidas casas comerciais, foram substituídas ou reformadas e, desse modo, descaracterizadas.

Um exemplo, que pode ser citado, foi a da demolição de um conjunto de edificações, na Avenida Maurício Cardoso, construído na Década de 30, em estilo eclético, onde haviam pequenas casas comerciais e, durante algum tempo, o consulado alemão. As casas foram demolidas e, no lugar, foi construído um prédio para sediar uma filial da extinta rede de lojas “Hermes

Macedo". A área construída foi de 2838,30 m² , em uma arquitetura moderna, mas que seguiu o padrão de altura das demais edificações da Avenida.



Foto 36 – Vista de trecho da Avenida Maurício, onde se observa a grande dimensão da loja Hermes Macedo (HM).
Fonte: Beto Hachmann

Do mesmo modo que várias edificações de caráter histórico foram demolidas, outras foram preservadas e “envolvidas” pela nova edificação, onde os projetos procuraram usar o máximo que era permitido, dos índices urbanísticos, sem demolir a edificação, mesmo que os regulamentos da legislação em vigor não fizessem menção a essa possibilidade.

NOVO PLANO DIRETOR E NOVAS TRANSFORMAÇÕES

A partir dos anos 90, com o novo “boom” imobiliário na cidade, a verticalização é definitiva. Os regulamentos do novo Plano Diretor aprovado, em 1994, seguem a mesma lógica dos planos anteriores e incentivam a verticalização e a densificação⁴⁸ da área central. No entanto, estes mesmos regulamentos, ao mesmo tempo em que criam incentivos, expõe em alguns artigos, uma preocupação, por parte de seus idealizadores, com a paisagem e a memória urbana.

Em relação à paisagem urbana, o artigo 51 da Lei 2595/94 define como área de interesse paisagístico “As paisagens urbanas construídas pelo homem, de caráter histórico e cultural”, estabelecendo, no artigo seguinte, que estas áreas de interesse paisagístico terão regime urbanístico próprio, buscando a preservação da paisagem urbana, por meio da preservação de edificações de interesse sócio-cultural.

A seguir são contempladas as “Áreas de Interesse Cultural”, definidas pelo Plano como “aquelas que contém espaços ou edificações dignas de serem preservadas e valorizadas, com vistas à proteção da memória e da paisagem urbana”, em uma seção composta por artigos que buscam a “elaboração e execução de planos e programas destinados à promoção da cultura por meio da preservação, restauração, recuperação e valorização do patrimônio edificado e seus valores intrínsecos e o incentivo à participação da sociedade no resgate de sua memória e identidade cultural” (PDDU Lei 2594/94–Art. 59).

As referidas áreas, de acordo com o artigo 60 da mesma Lei, deverão ser identificadas, por meio de inventários e registros, realizados com o assessoramento de órgão oficial, observando-se critérios como valor histórico e arquitetônico, raridade formal, risco de desaparecimento, entre outros. Estas edificações inventariadas, de acordo com o artigo 61, não poderiam sofrer reformas, demolições, ou construções sem que houvesse parecer do Conselho do Plano Diretor e órgãos técnicos da Prefeitura.

Em mais três artigos são determinados incentivos à valorização dos imóveis localizados nestas áreas:

Art.62⁴⁹ –Com vistas a incentivar a valorização e manutenção de imóveis de interesse cultural, será assegurado aos seus proprietários, no caso de preservação integral da edificação:

I – Direito ao Regime Urbanístico Integral estabelecido para a Unidade de Uso em que estiver inserido, desconsiderando, para efeitos de índice de aproveitamento e taxa de ocupação, a área da edificação existente.

II – Acréscimo de 20%(vinte por cento) ao índice de aproveitamento;

III – Redução ou isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, mediante Lei específica que regule a matéria.

Parágrafo único – Considera-se preservação integral para fins desta lei, a manutenção da identidade cultural expressa nas fachadas e na volumetria da edificação, podendo ser reciclada a arquitetura de interiores, materiais e estrutura, visando melhorar as condições de conforto, segurança e estabilidade.

Art. 63 – Caso seja erigida uma nova edificação no mesmo lote, esta deverá ocupar os espaços vagos do terreno e ter localização e volumetria compatíveis com a edificação existente. Para tanto não poderá apresentar nenhum elemento com altura superior a definida por plano inclinado imaginário, que inicie no eixo da via para qual o lote faz testada e que intercepte o ponto mais alto da fachada frontal da edificação a ser preservada. O potencial construtivo poderá ser utilizado no todo ou em parte, em qualquer unidade de uso, cabendo ao Executivo Municipal as providências para a efetivação da documentação da permuta.

Art.64 – Em caso de preservação de apenas parte da edificação de interesse cultural, o imóvel deixará de ter vantagens integrais previstas mantendo, contudo, a possibilidade de usufruir parte dos benefícios, desde que apresente recuos e volumetria compatíveis com a concepção do plano geral de preservação.

Verifica-se, desse modo, que a Legislação possui aspectos positivos em relação à preservação da paisagem urbana. No entanto, desde a aprovação da Lei até a presente data, as edificações ou áreas de interesse cultural não foram inventariadas. Houve uma adequação da legislação aos aspectos da preservação da memória urbana, mas que necessitaria de uma regulamentação. Portanto, a partir do momento em que for solicitada a demolição, reforma ou reconstrução de alguma edificação de caráter histórico, o órgão público não poderá se opor legalmente ao pedido. Restando somente o bom senso dos empreendedores e responsáveis técnicos, em preservar a memória cultural da cidade resguardada em suas edificações.

⁴⁸ Sobre os Planos anteriores, ver capítulo 1 pg .52

⁴⁹ A redação deste artigo foi modificada pela Lei 3019/97

5.

A PAISAGEM URBANA EM 2004

Mesmo que o processo de renovação urbana tenha ocasionado uma importante transformação na paisagem da área central, a malha urbana desta área ainda se mantém preservada. Alguns lotes sofreram parcelamentos e outros foram aglutinados, mas o traçado original da cidade, na referida área, não sofreu alterações. Apesar de terem sido efetuadas várias propostas de fechamento de ruas para implantação de calçadões, modificações nos canteiros centrais, entre outras, nenhuma foi implantada em definitivo.

Com o crescimento da cidade, o trânsito também teve um aumento considerável e foi necessário que fosse adequado aos novos tempos. Foram criadas “ilhas” para pedestres e estacionamentos ao redor da Praça da Bandeira, a qual funciona hoje como uma grande rótula, por onde os pedestres transitam, sem se demorar em seus bancos, outrora ocupados com os jovens e famílias que descansavam depois do “footing”.



Foto 37 – Vista aérea da Praça da Bandeira com sua configuração atual.
Fonte: Beto Hachmann

Ainda são realizadas algumas festas e pequenas feiras na Praça, cuja visão continua fascinando os que por ela trafegam. A inauguração das Luzes de Natal é um dos momentos em que um público expressivo se concentra no local. Mesmo que só por um curto espaço de tempo, as pessoas voltam a utilizar a Praça como ponto de descanso e contemplação.

Os desfiles, que anteriormente lotavam a Praça e toda a Avenida, como as comemorações cívicas e procissões, hoje ocorrem de modo retraído e eventual.

No ano de 2001, a demolição da última edificação em madeira, a qual fazia parte da paisagem da Praça da Bandeira, e a substituição desta por um edifício comercial, de oito pavimentos, demonstrou o verdadeiro descaso com a memória urbana da cidade. Tanto da Prefeitura Municipal, quanto da população e dos técnicos (arquitetos, engenheiros) por não terem se manifestado, em momento algum, em relação ao fato.



Foto 38 – Vista aérea da Praça da Bandeira e entorno, onde se observa o edifício em construção, no local onde havia a residência em madeira.

Fonte: Arquivo Pessoal

Outras edificações vêm sendo, aos poucos, transformadas, abandonadas e completamente descaracterizadas, uma vez que a legislação municipal referente à preservação ou manutenção da paisagem urbana, citada anteriormente, não foi regulamentada.

Quais são os limites da transfiguração de um edifício? A quem já não aconteceu de não mais reconhecer uma pequena cidade ou um bairro de uma grande cidade? As operações de limpeza urbana produzem efeitos de desestruturação que uma memória individual logo percebe. Ora, a desfiguração não é apenas uma outra configuração. Esta última pode tornar-se incômoda em nome da história de uma cidade, em nome do respeito pelos valores ou em nome de uma lembrança precisa cujo desaparecimento do contexto faz sofrer. (JEUDY, 1990, pg. 53)

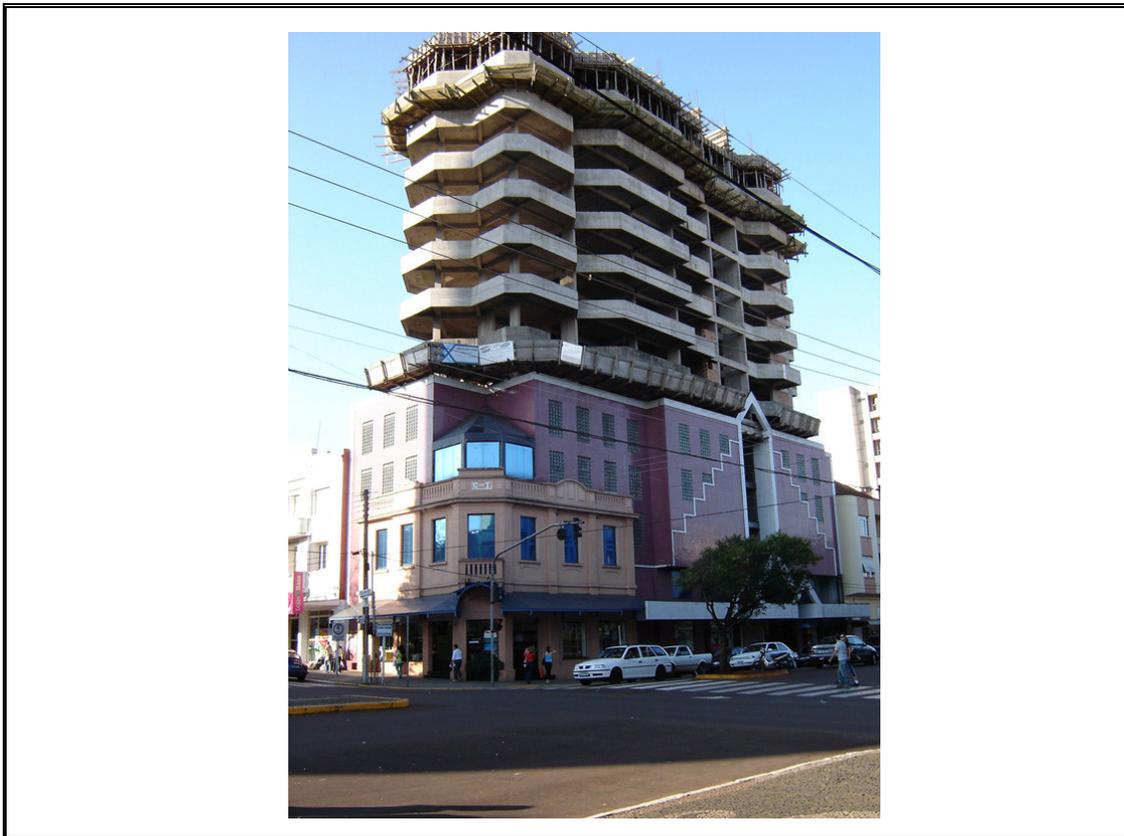


Foto 39 – Imagem de edificação na Av. Maurício Cardoso, totalmente descaracterizada.
Fonte: Arquivo pessoal



Foto 40 – Imagem do antigo cinema, em estilo Art Déco, descaracterizado pelo letreiro e cor destoante.

Fonte: Arquivo pessoal

Os passeios dos canteiros centrais e praças, pavimentados em pedra portuguesa (petit-pavê) com arabescos desenhados, encontram-se em estado de degradação, sem conservação e reparo, e quando o são, os desenhos originais são deturpados, e não são respeitadas, do mesmo modo, as formas originais.



Foto 41 – Detalhe de parte do passeio na Avenida Maurício Cardoso.

Fonte: Arquivo pessoal

A Praça Júlio de Castilhos, onde se realizavam festas e encontros na Década de 20, agora está abandonada, servindo apenas como terminal de passageiros, que ali embarcam e desembarcam dos ônibus urbanos. O antigo quiosque de madeira foi substituído por um de alvenaria, que funcionou por alguns anos como bar e restaurante, porém agora está fechado.

A área da Viação Férrea, responsável pelo desenvolvimento do Município por muitos anos, foi parcialmente ocupada por uma empresa de venda de material de construção. O prédio da Estação Ferroviária foi concedido a uma fundação cultural, que vem mantendo a edificação e que ali realiza alguns eventos culturais, mas, mesmo assim, o espaço permanece fechado durante a maior parte do tempo.

O antigo prédio da agência dos Correios, construído na década de 50, seguindo um projeto padrão, adotado pelo Departamento de Correios e Telégrafos, para as agências de todo país e implantado nas décadas de 30 e 40, encontra-se hoje abandonado⁴⁹. O prédio da agência foi fechado ao público no fim da Década de 90 e a Agência foi transferida a outro prédio, de propriedade particular.



Foto 42 – Imagem do prédio da antiga Agência dos Correios.
Fonte: Arquivo pessoal

⁴⁹ Embora o edifício seja de propriedade do Governo Federal, nenhuma providência, em relação a ele, foi tomada pelo Município, apesar da edificação fazer parte do conjunto arquitetônico formado pelos edifícios públicos no entorno da Praça da Bandeira.

VIDA URBANA

Os novos tempos modificaram também a vida urbana da área central. O “footing”, atividade de lazer que por muitos anos predominou na área central, entrou em desuso. O automóvel substituiu o passeio a pé. O ato de “subir e descer” a Avenida agora é feito por meio do automóvel. Os cinemas foram fechados e seus espaços alugados: para uma casa comercial no caso do Cine Ideal e para um Bingo, no caso do Cine Luz, cujo espaço funcionou, por muitos anos ainda, como locadora de vídeo. No fim da Década de 90, com a inauguração de uma sala de cinema e de uma praça de alimentação no novo shopping, localizado na Av. Sete de Setembro, as atividades de lazer até então restritas, praticamente, à área central, onde funcionavam lanchonetes, bares, cinema e boate, transferem-se para o novo local.

Sem os atrativos de antigamente e com a nova concorrência, o movimento de pessoas na área central, em busca de atividades de lazer foi se reduzindo gradativamente, e estas hoje são restringidas a datas específicas, quando são realizados eventos nos clubes sociais, ainda localizados na área central (Clube do Comércio, Clube Atlântico). A constante substituição da moradia pela atividade comercial auxiliam este processo de esvaziamento da área central, do mesmo modo que permitem com que se tornasse uma área considerada perigosa nos períodos em que o comércio não está funcionando.

O centro da cidade, atualmente, se caracteriza pela atividade essencialmente comercial e de serviços, predominando o comércio de pequeno porte. Ainda na Década de 90, as casas comerciais ocupavam amplos espaços, muitas vezes vários andares, inclusive. A mudança na economia do país se reflete também na economia do Município. O comércio da área central está reduzido a uma grande variedade de lojas, porém todas de pequeno porte. Apenas permanecem na área central em conjunto com as lojas populares, as grandes redes de lojas (Ponto Frio, Colombo, Base, entre outras). O espaço, conforme SANTOS(1992), se transforma a fim de se adaptar às necessidades da sociedade, cada vez que esta passa por um processo de mudança. Desse modo, onde antes era o local da elite, hoje se concentra o proletariado.

O que torna o “próprio” de uma cidade, o centro que veicula a memória coletiva, e então o lugar da mestiçagem, da aculturação sempre ativa. A burguesia parece abandonar o coração da cidade para refugiar-se em territórios que ela cria a sua imagem. (JEUDY, 1990, pg.109)

A área central vem perdendo gradativamente a função de “centro lúdico”, o centro de encontro; do passeio; da festa e do lazer. Sendo esta uma das funções que dá vida à área central de uma cidade cidade, seu espaço está cada vez mais reduzido a função política e comercial⁵⁰. Desse modo, a área central sem o elemento lúdico; atividade que lhe dá vida, assim como a perda das referências culturais, expressas em seu patrimônio urbano, tende a se tornar um espaço desprovido de vida e de memória.



Foto 43 – Vista Avenida Maurício Cardoso a partir da Praça da Bandeira em 2000
Fonte: Arquivo pessoal

⁵⁰ Como pode se observar no mapa da estrutura urbana constante na pg. 63

CONCLUSÃO

Na cidade de Erechim estão conservados, ainda, na paisagem da área central, fragmentos da memória urbana. Sujeitos, no entanto, ao desaparecimento, devido à ausência de uma política clara de preservação e da conseqüente perda dos valores culturais da sociedade local.

Pouco a pouco a participação do passado na paisagem urbana limita-se a monumentos cada vez mais isolados de seu contexto, sendo esse passado aprisionado em uma massa urbana nova que infelizmente possui o grande defeito de ser muito pouco modelada por um urbanismo consciente. (GEORGE, 1983, pg. 26)

O abandono da memória urbana e o incentivo à expansão da atividade comercial na área central, reduzindo a parte residencial e, por conseguinte, a função lúdica, em conseqüência de uma falta de planejamento, ou de clareza no planejamento urbano do Município, faz com que seja perdido o encanto que esta área possuía e também, as características originais de centralidade, as quais eram mantidas com a preservação da população que nela residia. Como resultado desse processo, transparece, a cada dia, uma desvalorização e um empobrecimento da área central.

É necessária, portanto, a implementação de uma política pública que reforce novamente a centralidade da cidade, reequilibrando as funções urbanas.

Numa cidade, a restauração e a reutilização dos monumentos podem gerar transformações das instituições culturais. A revitalização do patrimônio arquitetural, seguindo um movimento de recuperação do passado, tende a fazer reviver mais freqüentemente os centros das cidades. (JEUDY, 1990, pg. 114).

Portanto, para revitalizar a área central, seria necessário um projeto de preservação da memória urbana, no qual fosse valorizada a cultura do passado, respeitando não somente os traços expressos nas paisagens, mas também as formas de apropriação dos espaços, resgatando a centralidade da cidade.

Qualquer tentativa de preservação da memória e do patrimônio urbano, no entanto, encontra muitos obstáculos, e suscita várias discussões, dando origem a protestos de proprietários e incorporadores indignados.

Na Cidade de Erechim, sempre foram seguidos os conceitos estabelecidos pelos especuladores e as políticas das grandes empreiteiras, os quais transformaram a Cidade de acordo com as diretrizes privadas, e com a anuência do poder público. Como resultado dessa prática, houve uma constante destruição do patrimônio arquitetônico da Cidade.

Inúmeras são as situações que podem ser citadas como desrespeito à memória urbana da cidade, entre elas: a demolição da Igreja Matriz; a construção do primeiro edifício vertical na cidade; o abandono dos prédios públicos, a exemplo do prédio dos Correios e da Estação Ferroviária; a falta de conservação das áreas públicas e principalmente das praças, a exemplo da Praça Júlio de Castilhos, e dos canteiros centrais; a demolição da última casa de madeira, restante no entorno da Praça da Bandeira, a qual é caracterizada com "Centro Cívico" da cidade, do mesmo modo que a não observância do gabarito das edificações existentes no entorno da Praça e a falta de fiscalização (ou a impossibilidade em face da inexistência de legislação específica) nas reformas das edificações históricas.

Desse modo, a falta de regulamentação da legislação existente e referente à preservação das áreas consideradas pelo próprio Plano de "Interesse Cultural e Paisagístico", faz com que as marcas do passado, que ainda restam nas edificações da área central, estejam sujeitas, a qualquer momento, ao desaparecimento, a exemplo do que coloca JEUDY (1990): "A recusa de preservar assemelha-se a uma ordem de demolição".

Caso o processo de renovação urbana, sem regulamentação, continue, a área central corre o risco de se transformar em uma área sem vida; sem história; sem memória e, conseqüentemente, não ser mais a representante da história do Município, perdendo as características que a mantêm ainda como área de concentração da memória urbana da Cidade de Erechim.

É necessário, portanto, uma ação que envolva, não somente os poderes públicos constituídos, mas toda a sociedade, reunidos em suas entidades representativas, na busca de uma solução comum: a idéia de revitalização da área central, com o objetivo de preservar as paisagens, do mesmo modo que retomar as funções urbanas perdidas.

Para concluir, deixa-se como legado a futuros pesquisadores, os quais desejem se aprofundar no assunto, a disponibilidade de terem neste trabalho um instrumento que lhes sirva de fonte de pesquisa e de referencial teórico e bibliográfico, após devida edição e publicação.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVOLLO, Leonardo. **A História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BENINCÁ, Dirceu. **Severiano de Almeida e sua história**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier, 1990.
- BRASIL. Dados do Censo Demográfico 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em 20/12/2002.
- CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. Erechim: Cese, 1979.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2000.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.
- COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas In: Paisagem tempo e cultura. CORREA, Roberto Lobato. ROSENDHAL, Zeny (org.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- COSTA, Israel José da. **Álbum Oficial Cinquentenário de Erechim**. Porto Alegre: Metrópole, 1968.
- DETONI, Marindia Izabel Girardello, CHIAPARINI, Enori, MENEGATI, Altair. **Álbum Fotográfico da História de Erechim**. Erechim: Edelbra, 1999.
- FONT, Juarez Miguel Illa. **Serra do Erechim, Tempos heróicos**. Erechim: Empresa Gráfica Carraro, 1983
- GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Ed. Difel, 1983.
- IOTTI, Luiza Horn(org.) **Imigração e Colonização Legislação de 1747 – 1915**. Porto Alegre: EDUCS, Assembléia Legislativa do Estado do RGS, 2001.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Ed. Forense universitária, 1990.
- KARNAL, Oscar da Costa. **Subsídios para a História do Município de Erechim**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1926.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.
- _____. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002
- MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. **Belo Horizonte: Um espaço para a república**. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NETO, Antonio Ducatti. **O Grande Erechim e sua História**. Porto Alegre: Ed. Grafosul, 1981.

PAIVA, Romeu. *Revista de Erechim nº 1. Erechim: Livraria Modelo, 1951*

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Araranguá: Expansão e Plano Urbano. In: Geosul – **Revista do Departamento de Geociências**. Florianópolis: EDUFSC, nº 29, V.15, p. 79, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

ROCHA, Elaine Alves da. **Produção do espaço urbano em Erechim: considerações iniciais**. Não publicado, 1997.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, VOL I e II, 1969.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Ed. Nobel, 1997.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.

SCHMIDT, Benício Viero. **O Estado e a Política Urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, L&PM, 1983.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS E DAS OBRAS PÚBLICAS.
Relatório. Porto Alegre, 1913

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS E DAS OBRAS PÚBLICAS.
Relatório. Porto Alegre, 1914.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZANIN, Elisabete Maria. **Caracterização ambiental da paisagem urbana de Erechim e do Parque Municipal Longines Malinowski – Erechim – RS**. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, SP, 2002.

OBRAS CONSULTADAS

- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BALTHAZAR, Luiz Fernando. **Criciúma – Memória e Vida Urbana.** Florianópolis, 2001. Dissertação – (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- BATISTELLA, Noemia Schäfer. **Erechim – Comércio e Indústria. Um estudo preliminar.** Passo Fundo, 1992. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino da Geografia) – Universidade de Passo Fundo
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991
- HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de Amanhã.** São Paulo, Hucitec, 1996.
- LUCENA, Liliâne Monfardini Fernandes de. **Laguna: de ontem a hoje. Espaços públicos e vida urbana.** Florianópolis, 1998. Dissertação – (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- PAIVA, Romeu. **Erechim.** Revista de Erechim. Nº1, Liv. Modelo, Erechim, 1951
- PALLAMIN, Vera M. (Org.). **Cidade e Cultura: esfera pública e transformação.** São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- PERSPECTIVA, O Positivismo na Colonização do Norte do Rio Grande do Sul. Erechim, nº51.52, p.07-30, dez. 1991.
- PERSPECTIVA. Organização do Espaço Urbano em Erechim. Erechim, nº60, p.69-82, dez. 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1997.
- SÃO PAULO(CIDADE); Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH, 1992.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- WEIMER, Günter (Org.). **A Arquitetura no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1987.

OUTRAS FONTES

Mapas

Planta Geral da Colônia Erechim - 1913

Projeto da Sede Geral na Estação Paiol Grande – 1914

Projeto de Ampliação da Zona Urbana da Vila Boa Vista do Erechim – 1934

Planta Geral da Vila Boa Vista do Erechim – 1936

Projeto Vila Operária – 1951

Planta Provisória da Cidade de Erechim – Parte Urbana e Suburbana – sem data

Mapa Área Urbana Erechim – 2000

Leis

ERECHIM. Decreto nº 17 de 02 de Fevereiro de 1919. Limita as zonas urbana e suburbana da Vila de Boa Vista. Intendência Municipal de Erechim em Boa Vista.

ERECHIM. Ato nº 73 de 21 de Maio de 1924. Lei orgânica do Município de Erechim.

ERECHIM. Ato nº 22 de 12 de Fevereiro de 1931. Proíbe a construção de casas de madeira em determinadas ruas da vila.

ERECHIM. Ato nº 23 de 16 de Fevereiro de 1931. Prorroga o prazo da proibição da construção de casas de madeira em determinadas ruas desta vila, bem como trata da construção de muros.

ERECHIM. Ato nº 25 de 26 de Fevereiro de 1931. Amplia o perímetro a que se refere o Ato nº 22 de 12 de Fevereiro de 1931, onde não é permitida construção de casas de madeira.

ERECHIM. Ato nº 30 de 25 de Março de 1931. Toma diversas medidas sobre construção de muros e cercas em lotes urbanos e suburbanos e outras mais.

ERECHIM. Ato nº 37 de 10 de Agosto de 1931. Referente ao trânsito de carroças na Av. José Bonifácio.

ERECHIM. Ato nº 73 de 23 de Março de 1933. Institui o código de construções pondo-o imediatamente em execução.

ERECHIM. Ato nº62 de 24 de Maio de 1938. Delimita as áreas urbanas e suburbanas da cidade de José Bonifácio, sede do Município.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto 8053 de 23 de dezembro de 1939. Transfere ao município de José Bonifácio os lotes urbanos devolutos reservados para a sede deste município.

ERECHIM. Lei nº 465 de 17 de Junho de 1958. Altera denominação de ruas da cidade e dá outras providências.

ERECHIM. Projeto de Lei 09/76. Plano Diretor do município de Erechim. 1976. Prefeitura Municipal de Erechim.

ERECHIM. Lei nº 1600 de 05 de Dezembro de 1977. Delimita a cidade de Erechim.

ERECHIM. Lei nº 1659 de 30 de Dezembro de 1978. Institui a área industrial do município e dá outras providências.

ERECHIM. Lei nº1733 de 05 de Maio de 1981. Institui o zoneamento urbano de Erechim e dá outras providências.

ERECHIM. Lei nº1734 de 05 de Maio de 1981. Dispõe sobre a organização do sistema viário urbano de Erechim.

ERECHIM. Lei nº1735 de 05 de Maio de 1981. Dispõe sobre loteamentos urbanos.

ERECHIM. Lei nº1736 de 05 de Maio de 1981. Dispõe sobre as edificações na cidade de Erechim.

ERECHIM. Lei nº2401 de 08 de Abril de 1992. Institui o zoneamento urbano de Erechim – RS.

ERECHIM. Lei nº 2402 de 08 de Abril de 1992. Dispõe sobre as edificações da cidade de Erechim – RS.

ERECHIM. Lei nº 2595 de 04 de Janeiro de 1994. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano, zoneamento de usos do solo urbano e dá outras providências.

ERECHIM. Lei nº 2598 de 04 de Janeiro de 1994. Disciplina as edificações na área urbana do município de Erechim e dá outras providências.

Jornais Municipais

“A voz da Serra”: 2//07/1967 - 6/07/1969 - 27/07/1969 - 29/04/1989 -
13/05/1989 - 17/06/1989 - 19/07/1989 - 22/07/1989 - 19/08/1989 -
14/10/1989 - 04/11/1989 - 2/12/1989 - 25/10/1997

“Diário da Manhã” : 14/03/1997 - 30/04/1998